Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

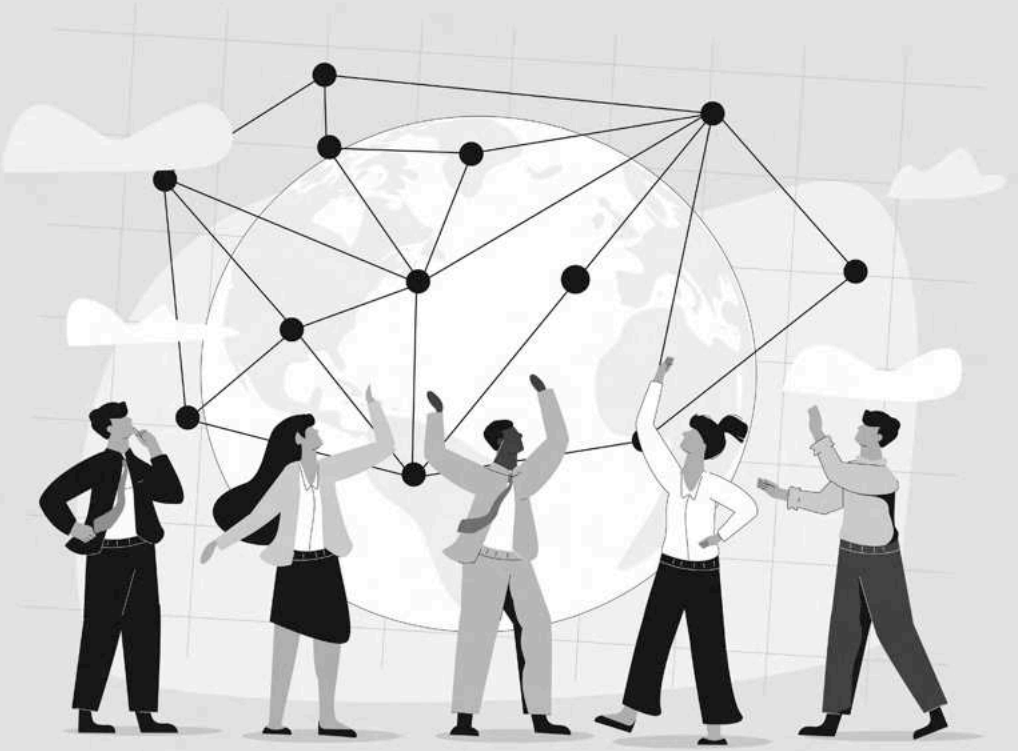
Tempo, indivíduo e sociedade

Atena
Editora
Ano 2022

Maria Izabel Machado
(Organizadora)

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe
Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Editora executiva
Natalia Oliveira
Assistente editorial
Flávia Roberta Barão
Bibliotecária
Janaina Ramos
Projeto gráfico
Bruno Oliveira
Camila Alves de Cremo
Daphynny Pamplona
Gabriel Motomu Teshima
Luiza Alves Batista
Natália Sandrini de Azevedo
Imagens da capa
iStock
Edição de arte
Luiza Alves Batista

2022 *by* Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do texto © 2022 Os autores
Copyright da edição © 2022 Atena Editora
Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.
Open access publication by Atena Editora

Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial
Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant'Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade

Diagramação: Bruno Oliveira
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadora: Maria Izabel Machado

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S678 Sociologia: tempo, indivíduo e sociedade / Organizadora Maria Izabel Machado. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0025-7
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.257220104

1. Sociologia. I. Machado, Maria Izabel (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Atena Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

A obra Sociologia: Tempo, Indivíduo e Sociedade nos convida a refletir sobre um conjunto de fenômenos contemporâneos em diálogo com múltiplos saberes e perspectivas, desde o olhar sociológico. Figurando como jovem ciência em comparação com outros campos do saber, a sociologia nos permite lançar o olhar sobre temas ausentes e emergentes em diversos contextos.

Os capítulos que seguem estão organizados por de maneira a nos conduzir por essas que são ao mesmo tempo grandes questões sociológicas e a vida cotidiana como experimentada por múltiplos sujeitos. O binômio indivíduo/sociedade, que tem polarizado leituras clássicas e contemporâneas, é colocado aqui em outra perspectiva: o tempo.

Não apenas como evidência cronológica, mas como a matéria das recorrências e rupturas, o passar do tempo “embrulha tudo”, como bem definiu Guimarães Rosa. No nosso caso ele é fio condutor nas reflexões que se seguem sobre direitos, partidas, chegadas, acessos e interditos.

Boa leitura.

Maria Izabel Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 ..... **1**

CONTRIBUTOS SPINOZANOS À CRÍTICA AO CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL

Rogério Pacheco Alves

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201041

CAPÍTULO 2 ..... **16**

PERIFERIA URBANA Y DESIGUALDADES TERRITORIALES: CAPITAL SOCIAL, COMUNIDAD CÍVICA EN COMUNIDADES RURALES CONURBADAS (LEÓN, GUANAJUATO, MÉXICO)

María del Carmen Cebada Contreras

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201042

CAPÍTULO 3 ..... **30**

MENINOS EM RISCO NA AMAZÔNIA: MODELOS DE CONDUTA DESVIANTE DE JOVENS NA GESTÃO SOCIAL

Jadson Fernandes Chaves

Elizabeth Reis

Josimar Souza Costa

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201043

CAPÍTULO 4 ..... **47**

DA MISSÃO DE PAZ À EXCLUSÃO NO "PAÍS EM PAZ": A NEGAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE "RESISTÊNCIA" POR MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2016-2017)

José Vitor Barros

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201044

CAPÍTULO 5 ..... **66**

ANTECIPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS E MERCADO DE TRABALHO: (IR)RELEVÂNCIA DOS STAKEHOLDERS ACADÉMICOS

Ana Paula Marques

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201045

CAPÍTULO 6 ..... **78**

ECONOMIA CIRCULAR À MODA BRASILEIRA"; UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE ECONOMIA CIRCULAR E BEM VIVER

Marcos Paulo Marques Araujo

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201046

CAPÍTULO 7 ..... **100**

MECANISMOS DE EXCLUSÃO DIGITAL E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Maria Lúcia de Paula Oliveira

https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201047

CAPÍTULO 8 ..... **114**

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL GLOBAL: ESTUDO DE CASO NO RIO DE JANEIRO
Beatriz Castelo Branco Maciel
https://doi.org/10.22533/at.ed.2572201048

SOBRE A ORGANIZADORA **123**

ÍNDICE REMISSIVO **124**

CAPÍTULO 1

CONTRIBUTOS SPINOZANOS À CRÍTICA AO CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2022

Rogério Pacheco Alves
Universidade Federal Fluminense, Professor Adjunto
Departamento de Direito Processual
Niterói, Brasil

RESUMO: O objetivo do presente trabalho é o de problematizar o conceito de identidade social, usualmente mobilizado nas discussões sobre minorias e populações vulneráveis, a partir do pensamento de Spinoza (1632- 1677). A problematização que ora se propõe pretende por em xeque a concepção da identidade social enquanto essência, analisando também a relação entre identidade e o processo de individualização, a identidade social e o conceito spinozano de comum, bem como a possibilidade de se pensar um devir identitário capaz de fugir do essencialismo, mas sem desprezar a existência de humores ou temperamentos individuais e sociais, forjados pela experiência histórica. A metodologia consistirá na revisão bibliográfica sobre o tema, com incursões nos campos da filosofia e da sociologia.
PALAVRAS-CHAVE: Direitos humanos; globalização; minorias; identidade social; essência; individualização; comum; spinoza.

ABSTRACT: The aim of the present work is to problematize the concept of social identity, usually mobilized in discussions about minorities and vulnerable populations, based on Spinoza's (1632-1677) thinking. The problematization that is being proposed seeks to put into question the conception of social identity as essence, also analyzing the relationship between identity and the individualization process, social identity and the spinozano concept of common, as well as the possibility of thinking about an identity becoming able to escape essentialism, but without neglecting the existence of individual and social moods or temperaments, forged by historical experience. The methodology will consist of bibliographical review on the subject, with incursions in the fields of philosophy and sociology.
KEYWORDS: Human rights; globalization; minorities; social identity; essence; individualization; common; spinoza.

1 I INTRODUÇÃO

Na experiência ocidental, a organização do poder do Estado se dá a partir da visão da maioria, cuja vontade é periodicamente aferida por intermédio das eleições, uma ocasião política que ao mesmo tempo sintetiza e comprime a expressão democrática. Há, contudo, um vínculo intrínseco entre a limitação do poder do Estado através da consagração de direitos e a opção pela democracia. É neste contexto que surge o tema dos direitos das minorias e de grupos vulneráveis, ou seja, da relação entre democracia e o respeito à diferença. E é também neste contexto que pode ser problematizada a eficácia do conceito de identidade social, usualmente mobilizado nesse

debate, pois parece haver certo consenso no sentido de que o conceito de minoria é um conceito construído, e não um dado.

A identidade pode ser entendida como um conjunto de atributos e características que permitem a individualização das pessoas na sociedade e que surge de nosso pertencimento a culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e nacionais, ou seja, a identidade é sempre social e possui diversas camadas: é sempre social na medida em que pertencimentos brotam, necessariamente, da interação com o grupamento social a que se está historicamente vinculado; possui diversas camadas uma vez que não há pertencimentos simples e unívocos, os pertencimentos são sempre complexos e plúrimos, fazendo com que todos nós tenhamos diversas identidades que convivem ora em harmonia, ora em conflito, todas elas psicologicamente e socialmente ancoradas. Além disso, a identidade social marca, a um só tempo, a similaridade que possuímos relativamente a outras pessoas ou grupos, e também aquilo que nos distingue de outras pessoas e grupos (sou brasileiro, falo português, não falo alemão).

Contudo, quando associada às minorias e populações vulneráveis o conceito de identidade vai apresentar vários problemas. Inicialmente, já que há dois processos inseparáveis na formação da identidade, o relacional (identidade para o outro) e o biográfico (identidade para si), a primeira dificuldade é saber por quem a identidade é formada (pelo grupo ou pelo indivíduo?), sendo a identidade a partir "de fora" um processo de normalização em que hierarquias e classificações cumprem o papel de definir "o que fica dentro" e "o que fica fora", num verdadeiro tribunal moral. No processo de normalização cuida-se de eleger uma identidade como parâmetro e de atribuir a essa identidade características positivas em oposição às outras identidades, avaliadas negativamente. Nesse sentido a identidade se assemelha a *status*, isto é, a papéis sociais hierarquizados de acordo com a honra e o prestígio social, elementos presentes, por exemplo, no pensamento medieval. Os papéis sociais dependem do *status* social, que determina formas esperadas e típicas de comportamento: por exemplo, no Brasil do século XIX, do negro escravizado se esperava um comportamento dócil e pronto para o trabalho determinado pelo colonizador; no Brasil contemporâneo se espera da mulher um comportamento "adequado", discreto e honesto (a "mulher honesta" da legislação penal brasileira).

Nos processos formativos da identidade social há também a questão, crucial, sobre a possibilidade de um tipo de *drop out* ("cair fora") da etiqueta identitária socialmente colada em todos nós, sem que o "cair fora" implique em severas censuras morais, em algum tipo de "traição" ao passado e às origens ou "raízes". Há aqui um importante elemento a demonstrar a complexidade da formação das identidades e a permanente tensão entre o relacional e o biográfico.

Para além de tais problemas, os pertencimentos identitários, sendo complexos e plúrimos, podem se chocar num mesmo indivíduo ou grupo. Por exemplo, a identidade negra pode chocar-se com os interesses identitários femininos a partir de recortes de classe

(a empregada doméstica negra que cuida dos filhos da patroa branca). Além disso, os pertencimentos identitários podem ser estrategicamente acionados, sem que a identidade mobilizada aniquile a identidade provisoriamente "posta de lado" (num presídio brasileiro, a identidade religiosa pode valer mais do que outras, por exemplo).

Quando correlacionados ao tema da globalização os problemas se tornam ainda maiores. De fato, se entendermos a globalização como uma fase da economia global em que se dá a articulação dialética entre o local e o global atravessada por um processo de imposição de uniformidades econômicas, mas também políticas, sociais e culturais, parece que o conceito de identidade perde a sua força e utilidade. Se há uma nova configuração do binômio tempo-espaço e do próprio espaço social, e se decisões tomadas pelo centro (Europa e EUA) repercutem sobre a periferia (América Latina, por exemplo) evaporando a ideia de que haja espaços isolados, ou seja, se a globalização impõe um processo contínuo e irreversível de interdependência, parece pouco operativo, na perspectiva da resistência e da defesa dos direito humanos, articular um conceito de pertencimento cultural ou social cujas origens, muitas vezes, remontam a tempos imaginários e imemoriais (a formação das nações e dos povos, a pureza das raças etc), isto é, a sistemas simbólicos que não mais se sustentam.

Mas há aqui uma evidente tensão se consideramos que a globalização opera também no registro contra-hegemônico que valoriza a dimensão cultural, habitada por sujeitos que não se deixam domesticar facilmente, tais como os movimentos negros, os femininos, os LGBT's etc. Naturalmente, o processo de globalização não é vivenciado da mesma forma pelos indivíduos e pelos grupos sociais. Questões de gênero e raça, só para citar dois exemplos, impõem desigualdades na experimentação da globalização. Mas, de todo modo, se há um processo hegemônico é também preciso articular um enfrentamento a partir das linhas de fuga que esse processo oferece (culturais, tecnológicas, migratórias etc), arrostar a globalização com uma contraglobalização. Contudo, nessa dimensão de resistência parece que estamos diante de algo diferente, não mais de uma identidade já dada e imóvel, mas de um devir que escapa a qualquer tipo de identidade enquanto essência.

Postas tais balizas, o objetivo do presente trabalho, a partir de revisão bibliográfica, com incursões nos campos da filosofia e da sociologia, é o de problematizar o conceito de identidade social, aparentemente um conceito central no campo das minorias, a partir do pensamento de Baruch de Spinoza (1632- 1677), o judeu polidor de lentes que foi expulso de sua comunidade religiosa em razão de suas "ousadas" ideias, e que, justamente por isso, viveu em sua própria história pessoal a experiência identitária, suas dores e delícias. A problematização que ora se propõe pretende por em xeque a concepção da identidade social enquanto essência, analisando também a relação entre identidade e o processo de individualização, a identidade social e o conceito spinozano de comum, bem como a possibilidade de se pensar um devir identitário capaz de fugir do essencialismo, mas sem desprezar a existência de humores ou temperamentos individuais e sociais, forjados pela experiência histórica.

2 | IDENTIDADE ENQUANTO ESSÊNCIA

Como já referido, a existência de uma pluralidade de identidades surgidas da combinação das variáveis gênero, raça e orientação sexual etc (mulher, negra e homossexual; homem, negro e heterossexual; mulher, branca e heterossexual; homem, branco e homossexual; mulher, negra e heterossexual; homem, negro e homossexual etc) gera uma série de conflitos na definição do papel a ser desempenhado em situações específicas e concretas, sobretudo em situações de risco (numa blitz policial, num presídio, num manicômio, no campo de concentração etc qual seria a identidade prevalente?). A rigor, o conflito é anterior à definição do papel social a ser desempenhado, na medida em que a existência de variadas identidades tem como pressuposto lógico a possibilidade de convivência, no interior de cada indivíduo, de "essências identitárias" também variadas. Tais constatações já permitem problematizar o conceito de identidade social enquanto essência.

Entender a identidade social enquanto essência significa afirmar a existência de elementos comuns compartilhados por vários indivíduos e grupos, isto é, que determinados indivíduos e grupos (as mulheres, por exemplo) possuiriam determinadas características em razão de uma dada essência, uma natureza compartilhada e universal (AGUILAR, 2019). A essência seria a própria atestação da existência de determinados indivíduos e grupos, a marca distintiva (a identidade enquanto diferença) e ao mesmo tempo constitutiva (a identidade enquanto sinal da existência de elementos comuns). Para além das perspectivas do indivíduo ou do grupo, diz-se também que as culturas e práticas sociais, que moldam as identidades sociais, possuiriam suas próprias essências, constatáveis a partir de determinadas qualidades ou caraterísticas singulares: por exemplo, a identidade do futebol brasileiro, sua essência, consistiria no gingado e no drible, diferentemente da essência do futebol europeu, caracterizado pela organização tática e pela participação coletiva.

Na formação dessa identidade enquanto essência há o concurso de diversos elementos. Nessa linha, evoca-se a existência de imemoriais vínculos de parentesco ou consanguinidade (a raça ariana, por exemplo) ou a existência de um passado compartilhado (as "gloriosas batalhas" por independência travadas com outros povos), imagens que formam uma memória coletiva e uma história autêntica (WOODWARD, 2002). Aqui rituais e símbolos cumprem um papel fundamental e são mobilizados como memoriais da existência de essências que se pretende preservar nas mentes e corações das atuais e futuras gerações. Rituais e símbolos, mitos de origem etc geram segurança, ligando passado e presente, sobretudo em situações de crise e de risco de ruptura social que demandam unidade. Além de tais elementos, que aparecem muito claramente na formação das identidades nacionais e étnicas, a identidade pode ancorar-se também em elementos naturais e biológicos, como ocorre nos campos do gênero e da sexualidade, muito embora também aqui a mobilização de elementos culturais cumpra um papel importante (SILVA, 2014), como se dá na formação da imagem de que as mulheres seriam mais frágeis, física

e psicologicamente.

Um primeiro problema que surge do essencialismo é a sua forte feição binária, a sua inclinação à negação da possibilidade de ambiguidades e ambivalências (WOODWARD, 2002), num horizonte existencial de um purismo que busca manter a ordem social (WOODWARD, 2014), mas que a "vida como ela é" nega a todo instante. Ou seja, a identidade enquanto essência tende a forjar modelos existenciais que se opõem a modos de existência tidos por imperfeitos e impuros, uma cesura entre "nós" e "eles". A formação de uma identidade "europeia" em oposição a uma identidade "mulçumana" é um bom exemplo do binarismo a que nos referimos. Há aqui uma positividade ("o que sou"), a qual, contudo, "é parte de uma extensa cadeia de 'negações', de expressões negativas de identidade, de diferenças" (SILVA, 2014, p. 75).

Um segundo problema do essencialismo identitário é a sua rigidez, a tendência à cristalização de determinadas visões de mundo e práticas sociais, o que gera a imagem de um passado fixo com uma história linear e simples que não acomoda as divergências, as mudanças ou qualquer tipo de flexibilidade, interditando a possibilidade de reconstrução das identidades (WOODWARD, 2002; HALL, 2014).

Tanto a negação da diferença (feição binária e excludente) quanto a rigidez do essencialismo identitário decorrem de um certo idealismo que forja a identidade e põe essência e existência em campos distintos, o que a imanência de um existir sempre concreto problematizará de diversas formas. Já para Spinoza, essência e existência são inseparáveis:

> "Digo pertencer à essência de uma certa coisa aquilo que, se dado, a coisa é necessariamente posta e que, se retirado, a coisa é necessariamente retirada; em outras palavras, aquilo sem o qual a coisa não pode existir nem ser concebida e vice-versa, isto é, aquilo que sem a coisa não pode existir nem ser concebido (EII, Def. 2).[1]

A inseparabilidade de essência e existência, ou seja, a concepção de que a essência é sempre atual e concreta, indicia a filiação materialista de Spinoza, sua ancoragem à imanência, a negar a proeminência do ideal sobre o mundo sensível (dualismo). Na verdade, o cavalo não existe, nem tampouco a "cavalidade" (essência) do cavalo (coisa), o que existem são este cavalo, aquele cavalo etc. Da mesma forma, nessa linha, a negritude não existe, o que existem são este negro, aquele negro etc.

Se, por um lado, a essência põe a coisa, por outro, sem a coisa não há essência, isto é, sem a coisa a essência sequer pode ser concebida. E a coisa, como veremos adiante, é interna e externamente plural, conflituosa, tensa em sua composição e em suas relações, jamais uma coisa estática e pura. Assim, contra a tradição, Spinoza estabelece uma relação de simetria entre essência e coisa, "a essência sendo essência da coisa, e a coisa, essência da essência" (RAMOND, 2010, p. 36). É exatamente o que se dá na matemática, em que a

1 Utilizaremos uma forma abreviada de citação das obras de Spinoza, em que E=Ética; II=livro; P=proposição; D=demonstração; def.=definição; esc. ou escólio= escólio; TP= Tratado Político; TTP=Tratado Teológico Político.

coisa e sua essência (definição) são idênticas.

Tal simetria, quando bem compreendida, implode o conceito de identidade social, pois a essência identitária não pode ser uma abstração inerente a indivíduos ou grupos, mas sim, a manter-se a utilidade do conceito, [2] o resultado do conjunto das relações sociais que tais indivíduos ou grupos travam em suas existências sempre concretas

O que surpreende na definição de essência de Spinoza não é tanto a sua primeira parte, coincidente com a definição tradicional e mesmo usual de essência (essência enquanto "natureza"), mas justamente a sua segunda parte, que, como já referido, estabelece uma relação de simetria entre coisa e essência. Assim, se, por um lado, retirar a essência da coisa significa retirar a própria coisa, por outro, uma essência não pode existir sem a coisa a qual se refere, o que está a indicar que a essência tem uma realidade física (DELEUZE, 2014), uma positividade que lhe é inerente, é um agir (MACHEREY, 1997). Spinoza estabelece, desse modo, uma lógica que impede que a essência de uma coisa possa ser identificada a um gênero abstrato "indiferente à sua essência de coisa singular" (MACHEREY, 1997, p. 22), ou seja, para nosso autor, a natureza de algo não pode ser concebida senão como existente.[3]

Ainda sobre o problema da essência, referindo-se agora especificamente ao homem, Spinoza afirmará que o desejo "... é a própria essência ou natureza de cada um, à medida que ela é concebida como determinada em virtude de algum estado preciso de cada um, a realizar algo" (EIII, P. 56, demonstração) e que "um afeto qualquer de um indivíduo discrepa do afeto de um outro tanto quanto a essência de um difere da essência de outro" (EIII, P. 57). A realização desse "algo" é precisamente delineada: "o apetite [ou desejo] é a própria essência do homem, enquanto determinada a agir de maneiras que contribuem para a sua conservação" (EIII, definições dos afetos, 1, Explicação). [4] Em razão disso, trata-se sempre de uma essência singular (a essência de Maria) e não da essência de uma identidade ou da identidade enquanto essência (a identidade das "mulheres").

A atualidade da essência contra a rigidez identititária decorre da concepção de Spinoza de que cada coisa "esforça-se, tanto quanto está em si, por perseverar em seu ser" (EIII, P. 6), ou seja, que há em todas as coisas um esforço em perseverar na existência (*conatus*) enquanto um tipo de dinamismo positivo de resistência a tudo que a elas se opõe e aos perigos inerentes ao viver,[5] uma estratégia de guerra e de resolução de problemas postos pelas situações de risco (BOVE, 2012), o que faz com que o conceito de identidade

2 Como defendido por Hall (2014, p. 104) em razão de sua centralidade para a questão da (*agency*), ou seja, o elemento ativo da ação individual.

3 Por exemplo, o Deus de Spinoza é um ponto de partida objetivo, não um criador, é *causa sui*, isto é, "aquilo cuja essência envolve a existência, (...) aquilo cuja natureza não pode ser concebida senão como existente" (EI, Definição 1).

4 Spinoza chamará de *conatus* a essência atual de uma coisa singular ("O esforço pelo qual cada coisa se esforça por perseverar em seu ser nada mais é do que a sua essência atual" - EIII, P. 7). O *conatus* é o esforço em perseverar na existência, presente em todas as coisas. Ao mesmo tempo em que pontua o *conatus* como um tipo de amor a si mesmo, Spinoza relembra ser totalmente impossível que não precisemos de nada que nos seja exterior para conservar o nosso ser e que vivamos apartados das coisas que estão fora de nós. Assim, o desejo supõe uma *relação* e só pode ser concebido no interior da interação que o homem estabelece com outros homens ou outras coisas.

5 "… nenhuma coisa tem em si algo por meio do qual possa ser destruída, ou seja, que retire a sua existência (...); pelo contrário, ela se opõe a tudo que possa retirar a sua existência" (EIII, P. 6, Demonstração).

perca muito de sua operacionalidade em razão de sua natureza estática.

Em suma, a concepção da identidade enquanto essência, diversamente do proposto por Spinoza, prescreve modos de vida fundados na distinção entre existência e essência, o que, em razão da pluralidade e dos conflitos identitários já referidos, abre a possibilidade de juízos, por vezes morais, mas sempre negativos, de que o homem não seja, de fato, o que é "potencialmente", isto é, "de não ser o que deveria ser".

3 I IDENTIDADE E INDIVIDUALIZAÇÃO

O conceito de identidade social vai encontrar também uma entrada crítica a partir do conceito de indivíduo de Spinoza, ou seja, a concepção da multiplicidade interna do indivíduo e a ideia do indivíduo enquanto uma multiplicidade tensa.

Uma das originalidades do pensamento de Spinoza consiste em estabelecer uma relação de igualdade, ou paralelismo, entre mente e corpo, contrariamente à tradição, especialmente a Descartes que, a partir do cogito e da concepção hierarquizada entre corpo e mente, considerava possível a existência da alma, isto é, da mente, independentemente da existência do corpo, mera extensão não pensante, sendo a essência do homem unicamente o pensar. Diversamente, Spinoza dirá que "a mente não conhece a si mesma senão enquanto percebe as ideias das afecções do corpo" (EII, P. 23) e que "o objeto da ideia que constitui a mente humana é o corpo' (EII, p. 13), o que está a significar que a mente não é autofundante.

Em sua Ética, o tema do corpo é tratado na parte em que Spinoza investigará a natureza e a origem da mente (livro II). A partir da proposição n. 13, utilizando-se dos paradigmas da Física do Século XVII, Spinoza discorrerá sobre a natureza do corpo humano, a união entre mente e corpo, a dinâmica corporal de movimento e repouso, a singularidade dos corpos etc. É também na Proposição 13 da EII que aparecerá o conceito de indivíduo, mais especificamente no momento em que Spinoza expõe a sua "pequena física" a respeito dos corpos:

> "Quando corpos quaisquer, de grandeza igual ou diferente, são forçados, por outros corpos, a se justaporem, ou se, numa outra hipótese, eles se movem, seja com o mesmo grau, seja com graus diferentes de velocidade, de maneira a transmitirem seu movimento uns aos outros segundo uma proporção definida, diremos que esses corpos estão unidos entre si, e que, juntos, compõem um só corpo ou individuo, que se distingue dos outros por essa união de corpos" (EII, P. 13, Definição).

Essa concepção é complementada pelas afirmações no sentido de que "o corpo humano compõe-se de muitos indivíduos (de natureza diferente), cada um dos quais é também altamente composto" (EII, P. 13, Postulado 1), de que "os indivíduos que compõem o corpo humano e, consequentemente, o próprio corpo humano, são afetados pelos corpos exteriores

de muitas maneiras" (EII, P. 13, Postulado 2) e de que "o corpo humano tem necessidade, para conservar-se, de muitos outros corpos, pelos quais ele é como que continuamente regenerado" (EII, P. 13, Postulado 4).

Para Spinoza, o indivíduo é uma união de corpos num corpo composto (o homem, por exemplo) e como tal é finito (uma coisa que pode ser limitada por outra da mesma natureza – EI, Definição II) e particular (é uma afecção dos atributos de Deus, ou seja, é um modo pelo qual os atributos de Deus se exprimem – EI, P. 25, Corolário). Poderá ser também um singular quando contribui com outros indivíduos para uma mesma ação:

> "Por coisas singulares compreeendo aquelas coisas que são finitas e que têm uma existência determinada. E se vários indivíduos contribuem para uma única ação, de maneira tal que sejam todos, em conjuto, a causa de um único efeito, considero-os todos, sob este aspecto, como uma única coisa singular" (EII, Definição 7).

O singular pode ser simples ou composto (o povo brasileiro, por exemplo), mas jamais será um singular fechado em si. Por sua peculiar dinâmica de movimento e repouso, o indivíduo é distinto de outros indivíduos,[6] também eles peculiares, o que confere ao indivíduo uma "identidade", mas num sentido muito diferente do uso mainstream do conceito de identidade.

Esse "um só corpo" que é o indivíduo, e não sua mente, o distingue dos outros indivíduos, também eles compostos por uniões específicas de corpos cujos movimentos se dão segundo uma proporçao definida. Somente nessa perspectiva pode-se dizer que o indivíduo tem uma "identidade", a qual, de todo modo, jamais será uma essência imutável ou rígida. Vê-se, portanto, que a multiplicidade é essencial ao indivíduo e nele haverá um "comércio contínuo de movimentos em determinações mútuas (CAMPOS, 2010, p. 85). Por isso, "... a formação do comum em corpo não cumpre o pré-estabelecido de uma harmonia perfeita, mas é resultado de um jogo de tensões entre corpos que estão relacionados entre si à força" (CAMPOS, 2010, p. 85). Além da multiplicidade, os corpos compostos são, intrinsecamente, relações por excelência, relações que marcam justamente a sua individualidade, contra qualquer tipo de essencialismo estático.

Mas haverá sempre a tensão relacional entre o indivíduo e o seu entorno. Aqui o conceito de transindividualidade (BALIBAR, 1996) dará conta de forma bastante clara dessa relação entre o individual e o supraindividual (ou multitudinário, que pode ser uma "nação") a partir das premissas segundo as quais a individualidade em Spinoza é a forma de existência necessária e, portanto, real; a de que o indivíduo é uma unidade composta de partes distintas; e, fundamentalmente, a ideia de que a construção do indivíduo e sua atividade implicam uma relação com outros indivíduos, pois os processos que autonomizam os indivíduos não são separados, mas recíprocos e interdependentes (BALIBAR, 1996, p. 37). Como consequência, "(…) o *conatus* de cada essência (…) implica ao mesmo tempo uma

6 "Os corpos se distinguem entre si pelo movimento e pelo repouso, pela velocidade e pela lentidão, e não pela substância" (EII, P. 13, Lema 1).

resistência à sua destruição por outras coisas e uma combinação ou coalizão com outras coisas 'semelhantes' contra a adversidade" (BALIBAR, 1996, p. 37).

Além disso, se o desejo é a significação efetiva do conatus, o outro nome desse perseverar no ser (EIII, Definições dos Afetos 1, Explicação), que é a própria essência do homem tomado na perspectiva da afirmação de uma essência individual, há a afirmação de uma individualidade que convive com a constatação do desejo enquanto condição natural de todos os homens, o que faz com que ora o desejo apareça como um traço comum a todas as coisas singulares, ora como "partido em tantos tipos e identidades diferentes quantos sejam as combinações possíveis de sujeitos e objetos do desejo" (RAMON, 2010, p. 33). Evidentemente, o ser próprio a todos os homens não induz à fundação de uma identidade, pois "... o desejo de um indivíduo discrepa do desejo de um outro, tanto quanto a natureza ou a essência de um difere da essência do outro" (EIII, P. 57, Demonstração). De fato, "… quando comparamos os homens entre si, nós os distinguimos unicamente pela diferença dos afetos, chamando uns de intrépidos, outros de tímidos e outros ainda, enfim, por outro nome" (EIII, P. 51, Escólio). Para Spinoza, os afetos se distinguem pelos objetos aos quais são referidos (EIII, P. 56, Escólio) e um mesmo homem pode ser "afetado de diferentes maneiras relativamente a um mesmo objeto e, sob tal condição, ele é volúvel" (EIV, P. 33, Demonstração).

A partir de tais aportes spinozanos é possível compreender que os processos de individuação são interdependentes e recíprocos (BALIBAR, 1996) e que a conformação de um indivíduo sempre estará em relação com outros indivíduos (AGUILAR, 2019), num processo contínuo. Daí se segue que a formação de "identidades" será sempre um movimento sem fim de (permanente) interpenetração e de atravessamentos causados pela dinâmica das relações desejantes dos indivíduos e dos grupos.

Talvez seja o caso de falar-se, então, não mais em identidade social, mas em "devir" (ou "devires"). Como nos ensinará Deleuze,

> "Devir é nunca imitar, nem fazer como, nem se conformar a um modelo, seja de justiça ou de verdade. Não há um termo do qual se parta, nem um ao qual se chegue ou ao qual se deva chegar. Tampouco dois termos intercambiantes. A pergunta 'o que você devém?' é particularmente estúpida. Pois à medida que alguém se transforma, aquilo em que ele se transforma muda tanto quanto ele próprio. Os devires não são fenômenos de imitação, nem de assimilação, mas de dupla captura, de evolução não paralela, de núpcias entre dois reinos" (DELEUZE, 1998, p. 184).[7]

7 "(...) num devir qualquer (devir-animal, devir-mulher etc.), não é o término que é buscado (o animal ou a mulher que nos tornamos), mas sim o próprio devir, ou seja, as condições de um relançamento da produção desejante ou da experimentação" (ZOURABICHVILI, 2004, p. 18).

4 | IDENTIDADE E O COMUM

O conceito de identidade tomado em sua concepção *mainstream* é um universal racional (*a priori*) que marca tanto a diferença (a identidade exclusiva e diferente dos demais) quanto a semelhança (a identidade com outros).

Os universais são um conceito da razão e uma invenção do pensamento grego e da tradição judaico-cristã incorporada pela tradição ocidental (ex. democracia, cidadania, natureza humana etc). É possível distinguir, contudo, dois tipos bastante diversos de universal: o universal em sentido "fraco", da ordem da experiência e de juízos de fato que fazemos ordinariamente ("o homem é um animal bípede"; "os bebês choram"); e o universal em sentido "forte", que poderíamos denominar de universal abstrato pois é anterior à experiência (*a priori*) e forma juízos necessários e imperativos (tudo ou nada, "é ou não é"), juízos prescritivos. Os universais abstratos são da ordem do "dever-ser"- daí a sua utilização privilegiada pelo direito-, e nascem como uma exigência da ciência, que demanda validade universal, necessária e objetiva (legitimidade e verdade). Naturalmente, haverá problemas na utilização dos universais abstratos pelas ciências sociais, que envolvem indagações sobre a passagem das leis da natureza aos valores, á ética, à política, à cultura etc.

O problema do universal abstrato se liga, mais amplamente, à formação do "UM" (unidade) próprio da civilização ocidental (na política, a formação do Estado "contratualizado" e de um "povo" como forma de conter a pluralidade explosiva da multidão), que na tradição judaico-cristã se expressa na criação de todas as coisas por um único Deus e no humanismo universalista de S. Paulo, que encontrará na conversão de Constantino e no nascimento do Império Cristão (312 d.c.) um ponto de culminância.[8]

Os universais abstratos habitam a imaginação e surgem da representação mutilada das coisas singulares pelos sentidos, ou seja, dos signos formados pela memória, pela linguagem e pela imaginação. Para Spinoza resultam da confusão do corpo na formação de imagens e do ultrapassamento de sua capacidade de imaginar diferenças entre coisas singulares (como, por exemplo, a cor, o tamanho, etc, de cada um):

> "(...) essas noções não são formadas por todos da mesma maneira. Elas variam, em cada um, em razão da coisa pela qual o corpo foi mais vezes afetado, e a qual a mente imagina ou lembra mais facilmente. Por exemplo, os que frequentemente consideram com admiração a estatura dos homens compreenderão, pelo nome de homem, um animal de estatura ereta; os que estão acostumados a considerar um outro aspecto formarão dos homens outra imagem comum, por exemplo, que é um animal que ri, que é bípede e sem penas, que é um animal racional. E, assim, cada um, de acordo com a disposição do seu corpo, formará imagens universais das outras coisas"

8 No contemporâneo, como apontado por JULIEN (2009), surge o uniforme enquanto *repetição* do "UM" do universal (*uni-versus*). Da ordem da regularidade, da série, da imitação e da produção (princípio da funcionalidade), produto da globalização e corruptela do universal, o uniforme adormece, produz a monotonia e o "mesmo". A uniformização não se limita aos bens materiais, invade o imaginário (o imaginário adolescente, por exemplo), sendo o seu oposto a *diferença* (com relação ao *outro* ou a *si*), que gera o direito a uma história própria e cria tensões (o "imperfeito", o "anormal", o "imoral" etc).

(Escólio 1 da Proposição 40 da EII).

A identidade social seria, então, se tomarmos a sério a advertência de Spinoza, nada mais do que uma representação imaginária e mutilada das diversas camadas de diferença relativamente ao gênero, raça, nacionalidade etc, um esforço, débil, de unificação da pluralidade e da singularidade. De fato, é extremamente problemático falar numa identidade feminina, dada a diversidade de indivíduos "mulher"; da mesma forma, falar em "identidade brasileira" (ou francesa, italiana, alemã etc), para citar mais um exemplo, ignora a imensa diversidade de nossa formação histórica, social e cultural; a existência de uma identidade negra também seria questionável, pelas mesmas razões.

Diversamente de conceitos universais de toda a ordem, que são impostos e já dados, o conceito de comum não é da ordem da razão (lógica), mas da ordem do político, é aquilo que é partilhado e do qual participamos (o pertencimento a uma família, a uma cidade), ou seja, uma comunidade de vida, de trabalho, de cultura, a construção de espaços comuns etc (JULIEN, 2009).

O comum enraiza-se na experiência - uma significativa diferença relativamente aos universais abstratos-, aprofunda-se nela e a enriquece. Embora tenha um prévio, um originário (a família, a nação, a raça, o gênero), nos qual todos nós estamos desde sempre mergulhados, esse "prévio" não é necessário pois sempre se pode investir em novas relações do comum (uma nova nação, uma nova família, uma nova sexualidade etc). Por isso o comum é da ordem da decisão política e não da ordem da moral, ou seja, não é um universal prescritivo e necessário (JULIEN, 2009). A vinculação ao comum é realizada na coisa (*in re*), a abstração do universal é ulterior, ou seja, *post rem* (JULIEN, 2009, p. 39). Além disso, a extensão do comum é gradual:

> "(...) tenho algo em comum com os da minha cidade; numa outra escala, com meus compatriotas; ou, mais amplamente, no estágio da comunidade europeia ou da comunidade ou ´família humana'; até mesmo, ainda mais amplamente, com todos os seres racionais, incluindo os deuses (*idem*).

Em Spinoza há elementos que são comuns a todas as coisas, e que existem igualmente na parte e no todo: "existem certas ideias ou noções comuns a todos os homens" (todos os corpos estão ou em movimento ou em repouso; o homem é bípede e ri). As noções comuns mais universais são as menos úteis por representarem uma similitude ou comunidade de composição num nível mais geral (mas não abstrato), ou seja, a partir de um ponto de vista ainda externo. Já as noções comuns menos universais são as mais úteis, pois estabelecem uma similitude entre corpos que *convêm* diretamente, a partir de seu próprio ponto de vista (o que é comum ao meu corpo e a certos corpos exteriores). Neste caso, tem-se a criação de conveniências pelos encontros (e não de identidades). As noções comuns menos gerais, por resultarem dos encontros específicos, formam-se

em nós antes das noções comuns mais universais e é precisamente ao nível do "menos universal" que conquistamos nossa potência de agir: "À medida que uma coisa concorda com a nossa natureza, ela é necessariamente boa" (EIV, P. 31). Enfim, o comum é da ordem da troca, da circulação e da comunicação e não se opõe nem ao individual singular (não há "achatamento") nem ao diferente. Tem-se aqui um comum "aberto".

Mas o comum pode ser também "fechado" e excludente, ou seja, um comum que cria fronteiras, muros, cercas e muralhas (ex-comunga), a xenofobia, por exemplo (JULIEN, 2009). Assim, o identitário, se concebido enquanto um "comum fechado", ou seja, enquanto enclausuramento baseado em operações de inclusão e exclusão, se contrapõe ao comum spinozano, aberto às relações que se formam a partir do encontro de conveniências (e não de identidades universais, insista-se) dos encontros que os homens travam com outros homens com os quais possuem algo em comum, em quem identificam uma utilidade de comunidade, mas que não serão necessariamente identitários, pois "nossa potência de agir (...) pode ser determinada e, consequentemente, estimulada ou refreada pela potência de outra coisa singular que tem algo em comum conosco, e não pela potência de uma coisa cuja natureza é inteiramente diferente da nossa" (Demonstração da Proposição 29 da EIV). Assim, "uma coisa singular qualquer, cuja natureza é inteiramente diferente da nossa, não pode estimular nem refrear a nossa potência de agir e, absolutamente, nenhuma coisa pode ser, para nós, boa ou má, a não ser que tenha algo em comum conosco" (EIV, P. 29).

E não serão necessariamente identitários, pois as coisas exteriores ou serão de tal modo diferentes a ponto de serem neutras ou indiferentes para nós (não são "boas" ou "más" para nós), ou elas terão alguma coisa em comum conosco, e por isso contribuirão à nossa potência de agir (serão "boas" para nós) ou lhe farão obstáculo (serão "más" para nós). Esse repertório é exaustivo (MACHEREY, 1997) e a partir dele podemos compreender que as coisas que tem algo em comum conosco (o gênero, por exemplo) *podem ser*, mas não serão necessariamente boas para nós, ou seja, não concordarão necessariamente com a nossa natureza. Podem concordar, ou não. Para Spinoza, "à medida que uma coisa concorda com a nossa natureza, ela é necessariamente boa" (EIV, P. 31) e "… quanto mais uma coisa concorda com a nossa natureza, tanto mais útil ou melhor é para nós" (EIV, P. 31, Corolário). Como se vê, concordar é muito mais do que "ter algo em comum" - embora o ter algo em comum seja um antecedente lógico ou um pressuposto da *concordância* - e é necessariamente bom. Nas proposições 35, 36 e 37 da EIV[9] Spinoza cuidará especificamente da concordância nas relações inter-humanas, ou seja, em que medida os homens são úteis e bons uns aos outros, o que também põe em xeque o conceito de identidade enquanto um mero universal abstrato ou mesmo um "ter algo em comum".

Enfim, se o comum for o ato de compartilhar uma essência, os outros indivíduos que

9 "Apenas à medida que vivem sob a condução da razão, os homens concordam, sempre e necessariamente, em natureza" (EIV, P. 35); "O supremo bem dos que buscam a virtude é comum a todos e todos podem desfrutá-lo igualmente" (EIV, P. 36); "Todo aquele que busca a virtude desejará, também para os outros homens, um bem que apetece para si próprio, e isso tanto mais quanto maior conhecimento tiver de Deus" (EIV, P. 37).

não compartilhem dessa essência serão incompatíveis com a possibilidade de cooperação, ou seja, incapazes de formarem alianças (AGUILAR, 2019). Trata-se de um imenso risco, fruto, em parte, da tendência, sobretudo europeia, de encarar a identidade não como uma questão de pertencimento mútuo (copertencimento), mas sim como uma relação do mesmo com o mesmo (Mbembe, 2018).

5 I CONCLUSÃO

Spinoza vive numa Holanda economicamente forte e "globalizada", um dos centros comerciais e culturais de seu mundo, a maior província da República dos Países Baixos. É expulso, em 27 de julho de 1656, do círculo dos judeus portugueses de Amsterdã sob a acusação de que suas ideias e seus escritos colocavam em risco a harmonia social, política e religiosa de sua comunidade. A excomunhão (cherem, *ex-comunga*) representou para Spinoza um difícil processo de rompimento identitário, dado que sua família gozava de considerável prestígio, sendo a exclusão um tipo de expulsão física e social. Mas talvez justamente por isso seu pensamento esteja em condições de nos fornecer elementos críticos para pensar o conceito de identidade social no contemporâneo.

Naturalmente, há elementos compartilhados universalmente, o que a experiência demonstra, mas que não são universais abstratos: o corpo feminino, a cor da pele, a língua compartilhada desde a infância etc. Além disso, os indivíduos e os povos possuem, cada qual, o seu *ingenium*, termo que em Spinoza pode ser traduzido como "compleição", "temperamento", "humor", "constituição", "maneira" ou "modo"[10] ou ainda como "caráter":[11] os ingleses apreciam o chá da tarde e são pontuais; os espanhóis são calorosos e gostam da sesta; os brasileiros são festeiros e religiosos, e por aí vai. O *ingenium* individual ou coletivo é um acúmulo histórico, um modo de ser individual e coletivo que nasce da interação social a partir de determinadas coordenadas de espaço e tempo, de relações historicamente consolidadas, mas que não são uma essência.

Sabe-se que não há mais um sujeito capaz de encarnar uma vulnerabilidade universal (o trabalhador marxista, por exemplo), constatação que abre o campo dos direitos humanos à diferença. Mas, sem prejuízo disso, também não há "a cor absoluta", mas a cor em relação com outra cor ou com outros elementos (a luz, o fundo). Por isso, talvez seja o caso de evitar os "Tribunais Identitários", ou seja, simplesmente identificar aquilo que nos convém ou desconvém de modo a permitir a chegada e o florescer de novos modos de existência. Em suma, do pensamento de Spinoza brota uma complexa articulação entre similitude e diferença que não se deixa reduzir à simplicidade e às amarras do conceito de identidade.

10 Tratado Político, Capítulos I, § 5º, 2, §9º, 2, §18, 3, §3º, e 5, §2º.
11 Tratado Político, Capítulos 7, §30, 8, § 37, e 10, §7º.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Claudia. *Mujeres: Resignificación, Resistencia y Alianzas.* Uma propuesta desde la teoria de la individualidad spinoziana. Buenos Aires: Ragif Ediciones, 2019;

BALIBAR, Étienne. *Individualité et Transindividualité chez Spinoza*. In: Architectures de la Raison. Mélanges offerts à Alexandre Matheron. Paris: ENS Éditions, 1996.

BOVE, Laurent. *La Stratégie du Conatus*. Affirmation et Résistance chez Spinoza. Paris: VRIN, 2012.

CAMPOS, André Santos. *Jus Sive Potentia*. Direito Natural e Individuação em Spinoza. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2010.

DELEUZE, Gilles. DELEUZE, Gilles. *Crítica e Clínica*. 2ª edição. Tradução de Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2011.

_____. *Spinoza et le Problème de L'Expression*. Paris: Les Éditions de Minuit, 2014.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. *Conceitos Essenciais de Sociologia*. 2ª. Edição. Tradução de Cláudia Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

HALL, Stuart. *Quem Precisa da Identidade*. In: Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUBILUT, Liliana Lyra. *Itinerários para a Proteção das Minorias e dos Grupos Vulneráveis: os Desafios Conceituais e de Estratégias de Abordagem*. In: Direito à diferença: aspectos teóricos e conceituais da proteção às minorias e aos grupos vulneráveis. Vol. I. Liliana Lyra Jubilut et alii (coords.). São Paulo: Saraiva, 2013.

JULIEN, François. *O Diálogo entre as Culturas*. Do Universal ao Multiculturalismo. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

MACHEREY, Pierre. *Introductions à l'Étique de Spinoza*. La Seconde Partie. La Réalite Mentale. Paris: PUF, 1997.

MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Tradução de Sebastião Nascimento. 3ª edição. São Paulo: n-1 edições, 2019.

RAMOND, Charles. *Vocabulário Espinosa.* Tradução de Cláudia Berliner e Homero Santiago. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A Produção Social da Identidade e da Diferença*. In: Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

SPINOZA, Baruch. *Ética*. Tradução de Tomaz Tadeu. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. *Tratado Político*. Tradução de Manuel de Castro. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

WOODWARD, Kath. *Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual*. In: Identidade e Diferença: a Perspectiva dos Estudos Culturais. Tomaz Tadeu da Silva (org.). 15ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. *Questioning identity*: gender, class, ethnicity. London: Routledge, 2004.

_____. *Understending Identity*. London: Hodder Education, 2002.

ZOURABICHVILI, François. *O Vocabulário de Deleuze*. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Centro Interdisciplinar de Estudo em Novas Tecnologias e Informação, 2004 (versão eletrônica).

CAPÍTULO 2

PERIFERIA URBANA Y DESIGUALDADES TERRITORIALES: CAPITAL SOCIAL, COMUNIDAD CÍVICA EN COMUNIDADES RURALES CONURBADAS (LEÓN, GUANAJUATO, MÉXICO)

Data de aceite: 01/03/2022
Data de entrega: 20/10/2021

María del Carmen Cebada Contreras
Universidad de Guanajuato
cebada@ugto.mx
Guanajuato,México

RESUMEN: A partir del trabajo de campo que se ha estado realizando en comunidades rurales que tienen una vecindad geográfica con la ciudad de León, Guanajuato, en este ensayo se plantea una reflexión en torno a los presupuestos teóricos sobre capital social y comunidad cívica en contraste con las situaciones y procesos de cambio que se están dando en los espacios y sociedad rurales, caracterizados como periferia urbana o asentamientos irregulares, generados o influidos por procesos de conurbación, crecimiento poblacional e inmigración. Estos espacios presentan diferentes condiciones de desigualdad social y vulnerabilidad en tanto que no son atendidos por los programas dirigidos a ámbitos rurales ni por los programas que atienden a población en condiciones de pobreza 'urbana', precisamente por su condición de asentamientos irregulares, así también como las problemáticas que enfrentan como 'comunidades excluidas'. La reflexión gira en torno a la cuestión de si se construye capital social, si se trasciende a la construcción de una comunidad cívica en sus nuevas condiciones y si se abona para que se dé la participación en búsqueda de la solución de las problemáticas de manera colectiva. Se parte de la idea que, si las redes sociales son débiles, no se densifican en el ámbito comunitario y, por lo tanto, el aprovechamiento del capital social beneficia a unos grupos a expensas del colectivo social en su conjunto.
PALABRAS CLAVE: Capital social, comunidad cívica, asentamientos irregulares.

1 I INTRODUCCIÓN

1.1 De comunidades rurales a periferia urbana

El tránsito de la condición de población rural a población urbana plantea reflexiones en torno a la construcción de capital social en las nuevas condiciones en las que se vinculan los pobladores de estos lugares. Lo es más cuanto que lo que caracteriza este cambio es que los espacios rurales, cercanos a las ciudades y que son absorbidos por el crecimiento de la ciudad y pasan a formar parte de la periferia urbana, por lo general en calidad de asentamientos irregulares, los cuales se identifican con condiciones de precariedad social y económica y/o se vinculan con situaciones de pobreza y marginación. Rasgos que reflejan el proceso de segregación territorial y social que sufre la población que vive en estos lugares y que se manifiesta con una serie de carencias infraestructurales, vinculadas comúnmente con los servicios públicos como iluminación, red de drenaje y agua potable, pavimentación de calles

y banquetas, donde además, la traza urbana que presenta este tipo de asentamientos es irregular, pues sigue la forma que tenía la parcela o predio rústico, asimismo predomina la autoconstrucción de la vivienda que por lo común se da por etapas. En los últimos años, a estos lugares también se les vincula con situaciones de inseguridad.

Esta clase de asentamiento se caracteriza por dos tipos de pobladores: los pobladores originales o nativos, que se concentraban en lo que era la zona urbana del ejido, y los pobladores nuevos o inmigrantes, personas que llegan a poblar lo que antes eran las parcelas agrícolas del ejido, que son las que se dividen y pasan a ser los lotes urbanos. Dándose con ello una diversificación de la procedencia de los habitantes del lugar y en la forma de acceder y construir su vivienda y, lo más importante, en las formas de interactuar, de relacionarse y de constituir capital social, que se manifiestan de manera diferenciada entre los antiguos pobladores, entre éstos y los nuevos, y entre los nuevos.

Por otra parte, la condición de irregularidad dificulta cualquier tipo de intervención de las autoridades locales -presidencia municipal- o la de los promotores de programas del ámbito federal o del gobierno estatal cuyas acciones están dirigidas a la atención de las diversas 'necesidades' de población marginada o en condiciones de pobreza.

Ahora bien, si con estos procesos de urbanización, el urbanismo como forma de vida es lo que influye en la cotidianidad de las personas ¿qué pasa con los habitantes que de ser rurales devienen a ser urbanos? Wirth (2005) señalaba que la vida en las ciudades se distingue por su densidad y que a pesar de que la proximidad física es mayor los contactos sociales son distantes, por lo que las relaciones e interacciones que se producen es distinta a cuando la concentración de las personas es menor. Los habitantes de las ciudades se enfrentan a una heterogeneidad mayor que los habitantes de las zonas rurales. El crecimiento del número de pobladores en determinado territorio trae, por sí solo, una segmentación de las relaciones humanas. Los contactos entre las personas, aunque cara a cara, se distinguen por ser contactos de tipo superficial, transitorios y segmentados. (*Cfr*. WIRTH, 2005)

La vida en las ciudades también se caracteriza por una disociación entre los lugares de trabajo, de culto, de estudio, de consumo, de esparcimiento y el lugar de residencia. Además de que se da una competencia por el espacio, por su apropiación y aprovechamiento, que se convierten en factores que actúan como cohesionadores sociales o como segregadores (WIRTH, 2005).

Este tipo de ideas nos lleva a preguntarnos si se establecen relaciones de confianza y reciprocidad; si se construye capital social o no en estas nuevas condiciones, o entre quienes sí y entre quienes no. Así, partiendo de la idea 'positiva' de capital social que expone que tiene *que pasar un tiempo y un proceso de adaptación para construir nuevas reservas de capital social*, el cuestionamiento sería ¿Qué pasa con las relaciones sociales entre los pobladores de estos lugares? ¿Se organizan para solicitar el mejoramiento de los espacios comunitarios? ¿Cómo enfrentan o se adaptan a estas condiciones de precariedad?

¿Participan colectivamente para el bien común?

En este primer acercamiento analítico, nos interesa ver los nexos que los habitantes de estos asentamientos poblacionales mantienen con sus familiares y vecinos y ver si constituyen formas de organización y participación para la búsqueda de mejoramiento de vivienda y del espacio social y físico comunitario de su lugar de residencia. Tratando de captar las diferencias entre los asentamientos antiguos y los nuevos. Partimos de la idea que las transformaciones en sus tejidos productivos, la movilidad de la población y la organización social dependen de las características del lugar, los factores contextuales que intervienen y las formas en que los individuos viven su cotidianeidad y responden a las condicionantes que enfrentan.

2 I MARCO CONCEPTUAL SOBRE EL CAPITAL SOCIAL: LAS RELACIONES DE CONFIANZA Y RECIPROCIDAD Y LA PARTICIPACIÓN SOCIAL

Putnam (2003, p.14) resalta aspectos importantes en el uso que se ha dado a la expresión 'capital social'. Señala que para Hanifan es el compromiso comunitario y las redes de solidaridad; para Seeley es la afiliación a clubes y asociaciones; Jacobs lo utilizó para recalcar el valor colectivo de los vínculos informales de vecindad de la metrópoli moderna; Bourdieu lo definió como la acumulación de recursos reales o potenciales ligados a la posición de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos; Schlicht subraya el valor económico de las organizaciones y el orden moral; Coleman la utiliza para poner de relieve el contexto social de la educación. Recalca la idea que estudiosos del tema han encontrado que el desarrollo económico puede verse estimulado, en determinadas circunstancias, por unas existencias adecuadas de capital social; que las redes sociales formales e informales reducen los índices de criminalidad; o que hay poderosos efectos de la vinculación social sobre la salud física; o bien que la calidad de la administración pública varía en función de las dotaciones de capital social de cada lugar. También menciona que otros trabajos han retomado la idea de los teóricos políticos clásicos, desde Alexis de Tocqueville a John Stuart Mill, según la cual la propia democracia depende de la participación activa de los ciudadanos en asuntos de la comunidad. (*Cfr*. PUTNAM, 2003, p.10-12).

La función identificada del capital social es el valor de aquellos aspectos de la estructura social que para los actores representan recursos utilizables para alcanzar sus intereses. Donde las relaciones de confianza y las normas de reciprocidad que regulan la convivencia y las redes de asociacionismo cívico son los elementos que mejoran la eficiencia de la organización social y las que promueven iniciativas de común acuerdo, pues al igual que el capital físico y humano, crean valor, tanto individual como colectivo y poder invertir en la construcción de una red de relaciones. (*Cfr*. PUTNAM, 2003).

Putnam, retomando a Michael Woolcock y Deepa Narayan, señala que la idea

básica del capital social es que la familia, los amigos y los compañeros de una persona **constituyen un valor importante al cual recurrir** en una crisis, del cual disfrutar por sí mismo, y del cual servirse para conseguir ventajas materiales. Lo que opera tanto para los individuos, como para los grupos. Se resalta la importancia de las redes sociales en cuanto que posees un valor para quienes se hallan en ellas. El capital social es de carácter relacional, implica un mixto de valores y redes que producen beneficios. De modo que, las comunidades con recursos variados de redes sociales y asociaciones cívicas se encuentran en una posición más sólida para hacer frente a la pobreza y la vulnerabilidad, para resolver disputas y para sacar partido a oportunidades nuevas (Citados por PUTNAM, 2003, p. 12).

Las relaciones sociales están determinadas por la confianza y por la distancia social. La confianza es un rasgo cultural que adquiere de manera cognitiva el sujeto, está compuesta por la construcción de relaciones de intercambio recíproco entre los individuos, el dar y recibir bienes materiales y servicios. El intercambio recíproco no está determinado por las leyes de la oferta y la demanda, sino que existe reciprocidad cuando se intercambian valores equivalentes de acuerdo con las necesidades de los sujetos sociales de la comunidad, con base en la distancia social y física que existe entre los individuos. La distancia social se caracteriza más por el grado de confianza que por el parentesco, mientras más cercana mayor confianza. Por tanto, entre más cercana sea la relación entre los sujetos mayor será la tendencia a desarrollar intercambios recíprocos. (*Cfr*. ADLER LOMNITZ, 1998, p. 253).

Dependiendo de la cercanía de la interacción, del grado de confianza y de la distancia social, será el grado de reciprocidad. Asimismo, los individuos de un grupo pueden pasar de una categoría a otra: los conocidos se vuelven amigos, los amigos en amigos cercanos y hasta en parientes por medio del matrimonio. A partir de estos vínculos sociales se va dando el proceso de integración.

Las redes sociales se consideran como el conjunto de relaciones sociales o interpersonales que vinculan personas u organizaciones en grupos o conjuntos de acción -cruzamiento de relaciones sociales delimitadas y organizadas por un ego que a su vez enlaza a otros individuos- definidas y conectadas a partir de criterios y lazos de vecindad, parentesco, amistad e intereses comunes, que constituyen el tejido social de distintos espacios sociales. A través del tejido social los individuos obtienen recursos que capitalizan para su beneficio. La naturaleza de las redes es acumulativa con tendencia a incrementarse. (MAYER, 1990).

Las redes densas de interacción social parecen fomentar las sólidas normas de la reciprocidad generalizada[1], ayuda a solucionar dilemas de acción colectiva animando a la gente a actuar de forma confiada en ocasiones en que, de no ser así, quizá no lo haría, se

1 La reciprocidad generalizada refiere al hecho que: hago esto por ti sin esperar nada a cambio de inmediato, pues más adelante corresponderás a mi buena voluntad (o si no, lo hará algún otro). Si no tenemos que compensar de inmediato cualquier intercambio, podremos hacer muchas más cosas.

reducen los incentivos para el oportunismo y la corrupción. Una sociedad caracterizada por una reciprocidad generalizada es más eficiente que otra desconfiada. La confianza lubrica el capital social (PUTNAM, 2003, p.14).

3 I LA CUESTIÓN ¿HACIA UN COMPROMISO COMUNITARIO O AISLAMIENTO INDIVIDUAL?

Aplicando las características señaladas por Wirth de las consecuencias del urbanismo, en este paso de rural a urbano con características de precariedad social, se aúna el hecho de que se van segmentando las formas de relación e interacción social. Conduce a las preguntas acerca de cómo viven estos procesos de segmentación relacional y cómo impactan las reservas de capital social, o en todo caso qué tipo de capital social construyen o si existen reservas de capital social.

Adler Lomnitz (1998) señala el papel que juegan las redes sociales en situaciones de carencia económica y marginalidad social, planteando que las redes basadas en la confianza, la solidaridad, la reciprocidad son un bien o recursos del que el individuo dispone, es su capital social[2]. Pero, qué pasa cuando se habla de trascender del ámbito del individuo al colectivo, al de la comunidad, al de civilidad, o sea al capital social civil.

El análisis que hace Putnam (2003) sobre las redes sociales y la cultura de ciertas comunidades en relación con el funcionamiento de las instituciones a la luz de condiciones comunitarias, nos introduce a la visión del capital social como civilidad. Cabe resaltar la perspectiva capital social de Bourdieu, quien refiere la importancia de los recursos que proporciona el hecho de pertenecer a redes sociales y sus consecuencias positivas en la obtención de bienes para el desarrollo económico; define al capital social como el agregado de los recursos reales o potenciales que se vinculan con la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento o reconocimiento mutuo. Hace hincapié en el carácter fungible de diferentes formas de capital, cada uno con su propia dinámica. A través del capital social los actores pueden obtener acceso directo a los recursos económicos e incrementar su capital cultural gracias a los contactos que establece o su pertenencia a instituciones con credenciales valoradas. El volumen de capital social poseído por un agente dado depende de la dimensión de la red de relaciones que el agente puede efectivamente movilizar y por el volumen de capital (económico, cultural o simbólico) poseído por cualquier otro agente con los cuales se ha relacionado (*Cfr*. BOURDIEU, 1980; PORTES, 2003; TORRE, 2010, p. 63).

Para Putnam el capital social es una propiedad de todo sistema social que favorece tanto el desarrollo económico como la democracia. Putnam estudia el rendimiento de las instituciones, para este autor, el capital social consiste en la organización social basada en

2 ADLER LOMNITZ (1998) plantea que en los momentos de supervivencia, las personas movilizan sus recursos sociales, tales como amigos, familiares, vecinos, que posteriormente transforman en recursos económicos. Entre los objetos en circulación están la información, entretenimiento, ayuda para obtener empleo, préstamo de dinero, alimento, ropa, herramientas, servicios y apoyo emocional.

la confianza en las personas, en las normas de reciprocidad que regulan la convivencia y las redes de asociacionismo y compromiso cívico, que promueven las relaciones sociales de cooperación y la acción colectiva y aumentan la eficiencia de la sociedad promoviendo iniciativas de común acuerdo (PUTNAM, 2003). Son las normas de reciprocidad generalizada las que generan la confianza y favorecen la acción colectiva, tienen una tradición cívica fuerte. Pero en aquellos lugares con una tradición cívica débil, carecen de capital social, con gobiernos ineficaces y estancamiento económico.

La intervención y la participación en grupos pueden tener consecuencias positivas para el individuo y la comunidad. Las escalas de capital social van desde la capacidad de los individuos y las familias para garantizar los beneficios a través de la pertenencia de redes y otras estructuras sociales, hasta los rasgos generales distintivos de ciertas comunidades, ciudades e incluso naciones. (TORRE, 2010, p. 61,66).

Por su parte Coleman (1988, citado por RUSSO, 2007) indaga sobre los mecanismos a través de los cuales se genera el capital social, señala que las redes sociales fomentan normas de reciprocidad (no se espera retribución en lo inmediato, pero se tiene la seguridad de un beneficio diferido); y la interacción se produce sobre la base de la confianza. Para Coleman el capital social concierne a la estructura de las relaciones sociales entre dos o más personas, y la función identificada es el valor de aquellos aspectos de la estructura social que para los actores representan recursos, como las relaciones que posee un individuo, que junto con otros son utilizables para alcanzar sus propios intereses. Son tres las formas de capital social: 1) Las obligaciones y expectativas, las personas siempre hacen algo por los demás, se instaura una expectativa y una obligación, se espera que las obligaciones sean devueltas; 2) Los canales informativos, es el potencial de información inherente a las relaciones sociales, convierte en disponible la adquisición de informaciones que de otro modo no estarían disponibles o lo estarían a costos muy elevados; y 3) Las normas y sanciones sociales, que facilitan ciertas acciones cuando existen y son efectivas y están apoyadas por sanciones (*Cfr*. RUSSO, 2007).

Collier clasifica estas rutas en dos categorías. Las dos primeras se incluyen como capital social civil: cantidad y calidad de la sociedad civil. La tercera como capital social gubernamental (calidad del contexto político institucional). (citado por RUSSO, 2010, p. 22).

Aquí, la reflexión se interesa principalmente por los dos primeros aspectos, el de la confianza generalizada y el de las relaciones sociales que, según nuestra consideración, definen el capital social civil al hacer referencia a la cantidad y **calidad de la sociedad civil,** de cómo se crea la idea del bien común y del imperio de la ley. Así, la confianza y las redes asociativas son los bienes que forman el capital social, pues tienden a auto reforzarse y a tener efecto acumulativo. Como círculo virtuoso tienen como resultado equilibrios sociales con altos niveles de cooperación, confianza, reciprocidad, compromiso cívico y bienestar colectivo, siendo éstos los componentes de la civilidad y, por lo tanto, de la “comunidad cívica”. (PORTES, 2003; PUTNAM, 2003; BOURDIEU, 1980).

Por otra parte, es opinión generalizada que comunidades con elevada confianza interpersonal, fuerte asociacionismo, sólidas relaciones sociales e instituciones públicas de alta calidad, con una burocracia y sistema judicial eficiente, ausencia de corrupción, fuertes libertades civiles y políticas, tutela de derechos de propiedad, elevada estabilidad política y conciencia cívica son beneficiosas para las inversiones en capital físico y capital humano y refuerzan el crecimiento económico en cuanto aumentan la probabilidad de soluciones cooperativas a problemas de acción colectiva, bajan los costos de transacción e incertidumbre asociados con la actividad económica y refuerzan la eficiencia de los intercambios. (*Cfr*. RUSSO, 2007).

Está el supuesto de que el capital social promueve los gestos cívicos a gran escala, por medio de normas de reciprocidad mutua que desarrolla la vida en comunidad; que la confianza horizontal (interpersonal) promueve un mejor funcionamiento de la democracia, en la medida en que hace más gobernables los conflictos, la existencia de redes comunitarias garantiza los controles sociales informales sobre los miembros de la comunidad. No así la confianza vertical (en las instituciones), la cual claudica a los necesarios controles (rendición de cuentas) que garantizan un desempeño confiable de los gobernantes en relación con sus representados (CLEARLY Y STOKES, 2006 citado por TORRE, 2010, p. 58).

Putnam señala diversos tipos de capital social: Capital social formal e informal (asociaciones organizadas y las que se constituyen día a día); Capital denso y débil (determinados por la frecuencia y proximidad de contacto); Capital social vuelto hacia adentro y hacia afuera (Cohesión y confianza interna, otros miran hacia afuera); Capital social vinculante y capital social que tiende puentes (Redes entre grupos homogéneos y puentes entre grupos heterogéneos). (PUTNAM, 2003).

En la práctica el capital social es multifacético, las reservas de capital social de una comunidad pueden ser más formales, sirven menos para tender puentes, pero son más intensas y menos preocupadas por lo público. No obstante, se le atribuyen tres funciones básicas del capital social, aplicables a una variedad de contextos: Como fuente de control social (disciplina y lealtad por medio de imposición de reglas en la comunidad); Como fuente de apoyo parental y familiar y; Como fuente de beneficios a través de las redes extrafamiliares. (TORRE, 2010, p. 70-71, 79).

4 I METODOLOGÍA

Con el fin de captar las relaciones sociales (familiares, de confianza, de reciprocidad, de amistad) y la participación social (asociacionismo, asistencia a reuniones) se realizó una encuesta por cuestionario y entrevistas semiestructuradas, así como observación directa en las reuniones de colonos, en colonias de la periferia urbana consideradas en el ámbito de cobertura de los denominados ‘polígonos de pobreza’, a los que están dirigidos los

programas de política social del gobierno del estado de Guanajuato (México).

5 | CAPITAL SOCIAL CIVIL EN UN CONTEXTO DE CONURBACIÓN EN ASENTAMIENTOS IRREGULARES

La reflexión se centra en al menos tres de las 'tesis' del capital social civil: la que parte de la idea de la afiliación, reuniones cotidianas, la de sentido de pertenencia y la de las crisis.

Los asentamientos poblacionales irregulares, por lo general, se ubican en la periferia de la ciudad, por lo que se les define como población 'suburbana', con carencias de equipamiento e infraestructura urbana. La imagen urbana por lo común presenta desorden en los criterios de construcción, una mezcla heterogénea de materiales de construcción en viviendas, trazos irregulares, presencia de elemento del mobiliario urbano en mal estado (por ejemplo, postes de luz y cableado) y múltiples tiraderos de basura desbordados. La lotificación de las parcelas la hicieron los propios ejidatarios y fueron vendidos a particulares. Existen áreas no ocupadas que las siguen considerando como rurales y, por lo tanto, no objeto de programas destinados a los ámbitos urbanos, pero tampoco son atendidas por los programas destinados a población rural porque están físicamente 'en la ciudad', incluso por la instalación de escuelas, esta indefinición los deja fuera de los programas de crecimiento de este ámbito, quedan en una situación de vulnerabilidad. Asimismo, los asentamientos irregulares generalmente se clasifican como polígonos de pobreza, ilustran por lo mismo condiciones de precariedad social de la población.

En la población que deviene del crecimiento de la zona urbana del ejido, se da una mayor identificación con los valores ambientales, fuertes vínculos vecinales, de amistad y solidaridad. Pero en su nueva situación, las costumbres de vecindad de la vida rural y compromiso cívico que las caracterizaba caen en desuso. Sin embargo, cuando se trata de poder cubrir los aspectos necesarios para dignificar su vida cotidiana, con el mejoramiento de la infraestructura y equipamiento urbano, no se da una participación en el ámbito comunitario, para llevar a cabo las mejoras en su comunidad, como se daba cuando se era 'ejido', pues lo ven como acciones que son responsabilidad de las autoridades municipales.

La gente tiene que desplazarse a su lugar de trabajo, a la escuela, a las compras, son con estas personas con quienes se relacionan cotidianamente y con las que establecen sus vínculos.

Otro aspecto que se ha observado es que a pesar del tiempo o antigüedad en el asentamiento (15 a 20 años), dadas las características de cómo se dio y en qué condiciones se dio el acceso al lugar de residencia, no existen relaciones de confianza, solidaridad o reciprocidad. No se aprecia la construcción de redes urbanas como recurso indispensable en la vida de las ciudades. Más bien podría decirse que estas nuevas formas de asentamiento y segregación social pueden mostrar un declive o no existencia

o construcción de capital social. No obstante, existe la idea de que nuevas formas de agregación supone la construcción de nuevas formas de capital social, y que cuando el capital social se ha perdido por cualquier causa, el rédito que produce desaparece hasta que el nuevo capital social es nuevamente acumulado. Retomando los tipos de capital señalados por Putnam, se podría suponer que el capital social es el que se establece con sus grupos familiares y con las personas que se relacionan con su trabajo, pero es capital social hacia adentro, no tiende puentes.

El aislamiento y la ausencia de compromiso cívico que se observa en estos lugares permite afirmar que no existe esa unidad social que permita mover los activos sociales con el fin de solucionar sus problemas sociales, económicos y políticos de sus comunidades. No se aprovechan las ventajas públicas y privadas que pudiera ofrecer la existencia de capital social para mejorar de forma sustancial las condiciones de vida de la comunidad.

Existen programas municipales que no son aprovechados a su favor de manera colectiva.

A pesar de que se han organizado en consejos comunitarios, la gente no participa. Hay una desafiliación, ya no hay pertenencia al 'ejido', ni después a lo que es el poblado o la 'colonia urbana'. No se genera es especie de título negociable que su poseedor pueda transferir o utilizar como garantía.

Dadas las condiciones de carencia, el valor colectivo de los vínculos informales de vecindad no juega un papel importante. A pesar de los años de vecindad no se da la convivencia con vecinos que puedan ayudar a estrechar los lazos de vecindad ni la asistencia a las reuniones de los consejos comunitarios.

La situación de una creciente inseguridad, la gente resuelve de manera individual su enfrentamiento con situaciones de delincuencia, más que actuar de manera colectiva para tratar de solucionar de común acuerdo esa problemática.

Un aspecto que resalta es el hecho de que algunas viviendas son lugar de residencia y lugar de trabajo, pues algunos de sus habitantes se dedican ya sea al pespunte (los hombres) y al adorno o terminado del calzado (las mujeres), con convenios de maquila o trabajo a domicilio con empresas de la industria del calzado.

La intervención de las autoridades locales del municipio de León, se basa en el Plan de Ordenamiento Territorial y Ecología del Gobierno del Estado, en el que se establecen los objetivos, estrategias y prioridades de acción; que se articulan en torno a los cinco ejes señalados por el Plan Nacional de Desarrollo: Estado de Derecho y Seguridad; Economía Competitiva y Generadora de Empleos; Igualdad de Oportunidades; Sustentabilidad Ambiental; y Democracia Efectiva y Política Exterior Responsable. De lo anterior se deriva una serie de temas prioritarios para el desarrollo de los polígonos de pobreza, en los que están considerados los asentamientos irregulares: Agua, financiamiento para el desarrollo, campo y desarrollo rural, ciencia y tecnología, grupos vulnerables, combate a las adicciones, infraestructura, comercio, medio ambiente y recursos naturales, competitividad, migrantes,

población, cultura, procuración e impartición de justicia, producción y distribución de alimentos, protección civil, deporte, salud, derechos humanos, desarrollo empresarial, seguridad pública, desarrollo regional, seguridad social, desarrollo social, desarrollo urbano, superación de la pobreza, educación, trabajo, empleo, energía, equidad de género, vivienda, familia, niños y jóvenes.

Las acciones gubernamentales se canalizan por medio de la denominada "Estrategia Vivir Mejor", que está encausada hacia el desarrollo humano sustentable. La estrategia tiene los *siguientes* objetivos específicos: Alimentación, educación, salud, vivienda, servicios básicos en su hogar y comunidad para todos; protección ante condiciones de vulnerabilidad y riesgos como enfermedades, desempleo o desastres naturales; Reducción de la desigualdad entre regiones y al interior de éstas, fortaleciendo los lazos comunitarios; Más y mejores opciones de empleo e ingreso; Respeto al entorno natural de las comunidades.

En este contexto de la acción gubernamental, el Plan Estatal de Ordenamiento Territorial define las políticas generales para la fundación, crecimiento, conservación y mejoramiento de los centros de población, así como, los lineamientos estratégicos de los sistemas urbanos del sector de educación y cultura, salud y asistencia pública, comercio y abastos, comunicaciones y transportes, recreación y deporte, y administración pública y seguridad.

En el mismo sentido se encuentra el programa Hábitat, en el que se indica que la infraestructura es fundamental para proporcionar servicios básicos en beneficio de la población y de las actividades productivas, siendo así un componente esencial de la estrategia para la integración regional y el desarrollo social equilibrado, así como para incrementar la competitividad de la economía nacional y, con ello, alcanzar un mayor crecimiento económico, generar más y mejores empleos y alcanzar el desarrollo humano sustentable. Se apoya, junto con otros programas, a la regularización de vivienda y la construcción, servicios de la vivienda e infraestructura básica, problemas vinculados con la salud, educación y alimentación de la población, poniendo énfasis en los grupos vulnerables (mujeres, niños y ancianos).

A pesar de la existencia de este tipo de programas gubernamentales, la gente no tiene confianza en la acción o competencia de dichos programas. Los asentamientos irregulares o las áreas aún no urbanizadas totalmente quedan al margen de cualquier acción gubernamental. Los programas de desarrollo urbano no los reconoce como población objeto de atención y los programas del ámbito rural no los incorpora porque están en un territorio 'urbanizado'. Sin embargo, los habitantes de estas zonas, no se agrupan colectivamente para solicitar, o demandar atención, las situaciones se individualizan. Están en una situación de vulnerabilidad.

La estrategia de intervención del gobierno municipal se ha venido dando mediante la organización de grupos comunitarios (una especie de asamblea de barrio), en la que por colonia se nombra a la mesa directiva del comité comunitario: un presidente o presidenta, un

secretario o secretaria, y vocales. El cambio se da cada dos o tres años, con posibilidades de reelección.

En los comités que se visitaron son las mujeres las que ocupan la presidencia y secretaría del comité. Y son las mujeres las que mayor asistencia muestran en las reuniones a las que se les convoca por la presidencia municipal para tratar los asuntos 'públicos' relacionados con su colonia. Se les está convocando cada mes.

Se observaron diferentes dinámicas en el funcionamiento de estos comités y en la participación o asistencia de la gente a las reuniones convocadas.

Existen colonias donde se ha construido una casa comunitaria cuya cobertura está pensada para las colonias cercanas, más de dos. Este lugar es donde se lleva a cabo las reuniones de esa colonia. Mientras que las colindantes realizan sus reuniones en la calle, por lo general, en donde vive la presidenta o presidente del comité. Se observó que la inasistencia de colonos era mayor en donde existía la casa comunitaria mientras que en la asistencia era mayor en las reuniones que se hacían en la calle. En este último caso, se ejercía presión hacia el promotor de presidencia municipal para negociar mayores recursos. También se pudo apreciar que la gente mostraba confianza en la persona que fungía como presidenta del comité.

En el caso de inasistencia la presidenta señaló que la gente era muy apática, que, aunque estaban en sus casas y ella los iba a invitar directamente, le argumentaban escusas varias y no asistían a las reuniones. Cuando se tenía que tomar alguna decisión importante, la presidenta del comité asumía la responsabilidad y ella llevaba a cabo las gestiones. La gente decía que ella estaba haciendo bien las cosas y que la apoyaban.

Otra situación que se observó es que, aunque se convocaba e invitaba directamente y se les hacía ver la importancia de los puntos a tratar, la gente no asistía. Por lo que la presidenta del comité llevó a cabo las gestiones para mejorar las condiciones de aquellos aspectos que le afectaban directamente a su vivienda y familia: nivelación y pavimentación de la calle, establecimiento de la toma colectiva de agua potable, contenedores de basura, presencia de patrullas de la policía. La gente comentaba que para qué asistían a las asambleas si sólo se beneficiaba un grupo.

En el cambio de comités también se observan muchas variantes. Se observó que en donde la gente quería reelegir a la presidenta, ésta ya no aceptó argumentando que nadie trabajaba ni se comprometía, que la dejaban sola y que así no se podía seguir pues ella también tiene obligaciones que cumplir en su casa y con sus hijos. Otra argumentó razones vinculadas con su horario de trabajo y que no tenía tiempo para continuar con las actividades que tenía que cumplir como presidenta, pues es un tiempo que no le pagan.

Se dio el caso que los que quedaron con el nombramiento de presidente de comité, fue simplemente porque asistió a la reunión. Y señalan que por eso no van a las reuniones, porque no se quieren comprometer.

En estas zonas un problema que ha detonado es lo relacionado con la inseguridad

pública. La gente comenta que a pleno día los asaltan o los delincuentes se meten a las casas a robar. A pesar de ello, esto no ha servido para detonar una mayor organización y participación de la gente en el ámbito de su colonia y mucho menos pensado para el ámbito de Las Joyas. Las madres se acompañan para ir a recoger a sus hijos a la escuela, en algunos casos comentaron que los padres van a esperar a sus hijas en la parada del camión. Pero estas respuestas no han trascendido al nivel de comunidad. Lo que si se ha dado es que la inseguridad no permite una convivencia social pues comentan que los habitantes han tenido que encerrarse en sus hogares.

Existe una sensación de abandono entre la población de este tipo de colonias, por parte de las autoridades, derivado del bajo nivel de atención en áreas que tienen que ver con la calidad de vida (escuelas, centros de salud, instalaciones deportivas y recreativas) y con la seguridad.

6 I CAPITAL SOCIAL CIVIL Y CIUDADANÍA (A MANERA DE CONCLUSIÓN)

Con base en los resultados que hemos encontrado, ponemos a discusión algunas reflexiones acerca de algunas de las tesis del capital social.

A pesar de la antigüedad que tiene la mayoría de la población en este tipo de asentamiento poblacional, 15 años en promedio, las condiciones de precariedad siguen siendo las mismas, no existen acciones organizadas colectivamente para modificar su situación. Esto se contrapone con la idea de capital social civil que señala que *tiene que pasar un tiempo y un proceso de adaptación para construir nuevas reservas de capital social*.

No se da convivencia entre vecinos de manera cotidiana; sufren de asaltos en plena luz del día y la gente reporta situaciones de inseguridad en sus colonias; asimismo, la gente resuelve de manera individual las situaciones que enfrenta. Esto ejemplifica lo contrario de lo que dice una de las tesis del capital social: *que las relaciones de vecindad, las redes de solidaridad y los vínculos informales que se crean tienen un valor colectivo; las redes sociales formales e informales reducen la criminalidad*.

Se han formado Consejos consultivos comunitarios promovidos por el municipio de León; los miembros de la mesa directiva tienen que ser electos; los comités los constituyen básicamente mujeres; la gente no asiste a las reuniones mensuales a las que se les convoca; ante la apatía de la gente, la presidenta del comité tiene que asumir la toma de decisiones y llevar a cabo las gestiones; los que no asisten comentan que para qué asistir si el comité sólo trabaja para su propio beneficio. La tesis que se pone a discusión es: *las comunidades con recursos variados de redes sociales y asociaciones cívicas se encuentran en una posición más sólida para hacer frente a la pobreza y a la vulnerabilidad, resolver disputas y sacar partido a oportunidades nuevas*.

De igual manera, en algunas colonias que ya han logrado su regularización, se les

ha construido una 'casa comunitaria'. No obstante, la asistencia a las reuniones vecinales se daba en mayor medida en las colonias donde dichas reuniones se hacían en la calle. Además, en el cambio de comités se dieron varias situaciones: los miembros ya no quisieron reelegirse, argumentando que ninguno de los vecinos trabaja ni se compromete y que ellos tenían que dedicarles tiempo a sus propias necesidades; o bien, se daba el hecho de que el nombramiento del comité quedaba entre los miembros que asistían a las reuniones, por lo que lo sentían como una obligación impuesta. La tesis del capital social dice: *la confianza y la participación lubrican las relaciones sociales y promueve el bien común*.

Otras situaciones como el no estar considerados en los programas gubernamentales por ser asentamientos 'irregulares' o estar en zonas rurales dentro de la ciudad, no tener garantía a la seguridad pública, ni a los derechos sociales establecidos en la Constitución Política mexicana, ni tener condiciones mínimas de supervivencia y dignidad en igualdad de oportunidades, se ven excluidos en cuanto a sus derechos ciudadanos.

Podría decirse que estas formas de asentamiento y segregación social muestran varias situaciones respecto al capital social: si hay un declive, si no existe o bien si se construyen nuevas reservas. Sin embargo, con respecto al capital social civil, consideramos que las condiciones de precariedad (y desigualdad social) que predominan en este tipo de poblamiento, no abonan a la construcción de ciudadanía. Pues una característica de la civilidad, o componentes de ésta son: altos niveles de cooperación, compromiso cívico, confianza y reciprocidad generalizada y bienestar colectivo.

Consideramos que la cuestión continúa: cómo construir reservas de capital social comunitario; cómo la población en estas condiciones podrá ejercer su ciudadanía plena en condiciones de desigualdad social; cómo ejercer sus derechos para lograr que estos principios filosóficos y democráticos del deber ser ciudadano se conviertan en una realidad plena de ejercicio de derechos y deberes, en donde impere la ley y el Estado de derecho.

REFERENCIAS

ADLER LOMNITZ, Larissa. **Redes sociales, cultura y poder. Ensayos de antropología**. Flacso-Miguel Angel Porrúa, 1988.

BOURDIEU, P. Le capital social, notes provisoires, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 3, p. 2-3, 1980.

TORRE Marina de la. Capital social y seguridad ciudadana. In: RUSSO, Juan José (coord.) **Calidad democrática, formación ciudadana y comportamiento electoral**. México: IFE-CONACyT, 2010.

MARSHALL, T.D; BOTTOMORE, Tom. **Ciudadanía y clase social**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.

MAYER, Adrián. La importancia de los cuasigrupos en el estudio de las sociedades complejas. In: BANTON, M (comp.). **Antropología social de las sociedades complejas**. Madrid: Alianza Editorial, 1990.

OLVERA, Alberto. **Ciudadanía y democracia**. México: IFE, 2008 (Cuadernos de divulgación, 27).

PORTES, Alejandro. Hacia un nuevo mundo. Los orígenes y efectos de las actividades trasnacionales. In: PORTES, Alejandro, *et.al.* **La globalización desde abajo: trasnacionalismo inmigrante y desarrollo**. México: FLACSO-Miguel Angel Porrúa, 2003.

PUTNAM, R. **Making democracy work**, Princeton NJ: Princeton University Press, 1993.

PUTNAM, Robert (ed.) **El declive del capital social**. **Un estudio internacional sobre las sociedades y el sentido comunitario**. Galaxia: Gutemberg, 2003.

RUSSO FORESTO, Juan José. La calidad democrática, las reglas y los actores. In: RUSSO, Juan José (coord.) **Calidad democrática, formación ciudadana y comportamiento electoral**. México: IFE-CONACyT, 2010.

RUSSO, Juan. Capital social y calidad democrática: cuestiones comparadas. In: AAVV: **La responsabilidad social de las organizaciones: Presente y Futuro**. Caracas, Venezuela: Asociación Iberoamericana de Sociología de las Organizaciones y Red Venezolana de sociología de las organizaciones, 2007.

WIRTH, Louis (2005) “El urbanismo como modo de vida”, en **Bifurcaciones**. **Revista de Estudios Culturales Urbanos**, No. 2, otoño, 2005.

CAPÍTULO 3

MENINOS EM RISCO NA AMAZÔNIA: MODELOS DE CONDUTA DESVIANTE DE JOVENS NA GESTÃO SOCIAL

Data de aceite: 01/03/2022

Jadson Fernandes Chaves
Doutor em Métodos Quantitativos com especialidades em Análise de Dados
ISCTE/IUL/Portugal/Lisboa

Elizabeth Reis
Doutora em Métodos Quantitativo/Universidade Técnica de Lisboa
Professora Catedrática do ISCTE/IUL/Portugal/Lisboa

Josimar Souza Costa
Doutor em Administração/Unifor/Ceará/Brasil

RESUMO: A realidade da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, que fica localizada na Amazônia, é o objeto do estudo. O principal objetivo foi estimar o efeito das variáveis 'atividades de lazer' (hedonistas, instrutivo e lúdico), 'valoração familiar' e 'sentimento anômico' sobre as condutas desviantes de jovens. No método utilizado foi abordado a modelagem de equações estruturais, para estimar os modelos e suas estruturas. O resultado do estudo aponta em direção de um modelo inovador de gestão social, com o intuito de frear as condutas desviantes de jovens, por meio de estratégias de marketing social, consolidando uma estrutura voltada à família, aos hábitos saudáveis de lazer, aos aspectos motivacionais e à relação do Estado com a comunidade.
PALAVRAS-CHAVE: Jovens, Condutas desviantes, Modelos de equações estruturais, Gestão social.

ABSTRACT: The reality of the metropolitan area of Belém (RMB) in the state of Pará, located in the Amazon Region, is the object of study. The main objective of this thesis is to estimate the capacity of variables "leisure activities" (hedonist, instructive and playful), "family valuation" and "anomic feeling" to explain youth deviant behavior. In the method used was approached a structural equation modeling to estimate the models and their structures. This study points towards an innovative model of social management, in order to curb the deviant behavior of youth through social marketing strategies, consolidating a dedicated family structure, healthy leisure habits, motivational aspects and Government's relationship with the community.
KEYWORDS: Youth, deviant behavior, structural equation models, social management.

1 I INTRODUÇÃO

A realidade da Região Metropolitana de Belém (RMB), no Estado do Pará, que fica localizada na Amazônia, é o objeto de estudo.

O crescimento demográfico urbano na RMB, que se concretizou entre as décadas de 60 a 80, foi aquecido pelos fluxos intensos das migrações inter-regionais. A explosão demográfica é resultado do êxodo rural de microregiões vizinhas, tendo como fatores desencadeantes a incipiente infraestrutura social, aliada às crises agroextrativistas, questões de origem fundiária, expansão da

pecuária, falta de estrutura para a produção da agricultura familiar e inadequados créditos rurais.

Assim, criaram-se ambientes propícios à marginalização socioeconômica e a falta de sentimento de empatia. Há, então, um processo de erosão progressiva, que faz com que os valores culturais de convivência coletiva e pacífica venham a perder sua importância como referencial normativo. Neste contexto, a violência dos jovens manifesta-se na transgressão das regras sociais, perpetuando sua exclusão social.

O principal objetivo deste estudo é estimar o efeito das variáveis 'atividades de lazer' (hedonistas, instrutivo e lúdico), 'valoração familiar' e 'sentimento anômico' sobre as condutas desviantes de jovens.

No trabalho de campo, foi utilizado um questionário estruturado, desenhado a partir de estudos já testados, aplicado a duas amostras de jovens de ambos os sexos e na faixa etária de 12 a 19 anos, com 558 entrevistados das Fundações PROPAZ e FASEPA.

Os resultados foram: o fortalecimento da valoração familiar entre os jovens é um importante balizador, que influência no equilíbrio comportamental, tendo efeito inibidor nas condutas desviantes. A mesma interação familiar é também inibidora do sentimento anômico. Quanto maior a valoração familiar dos jovens, menor será o seu sentimento anômico. O sentimento anômico atua como fator incentivador da conduta desviante ao associar-se positivamente a esse tipo de conduta, ou seja, quanto maior o sentimento de anomia social, maiores serão as condutas desviantes; neste caso, a autoestima age como fator de proteção dessa conduta. Os hábitos de lazer assumem, neste estudo, uma perspectiva psicológica, pois revelaram a capacidade estimulante (hábitos hedonistas) e inibidora (hábitos instrutivos e lúdicos) das condutas desviantes.

Este estudo aponta em direção de um modelo inovador de gestão social, com o intuito de frear as condutas desviantes de jovens, por meio de estratégias de marketing social, consolidando uma estrutura voltada à família, aos hábitos saudáveis de lazer, aos aspectos motivacionais e à relação do Estado com a comunidade.

1.1 REVISÃO DA LITERATURA

Violência urbana é um dos assuntos mais pautados nos debates mundiais. A mesma violência motivada por, ódio, ciúmes, comida, consumo, religiosidade, roubo, drogas, estupros, entre outros fatores, vista como algo inadmissível em uma sociedade que tanto fala em convivência harmônica, também é banalizada e se torna parte do cotidiano dos relacionamentos sociais, diariamente.

Segundo Galtung (1972), a violência se torna estrutural na medida em que as imperantes relações socioeconômicas obstaculizam ou até impedem o pleno desenvolvimento físico e mental das pessoas em seu cotidiano.

Além de corriqueiro, esse tema também é inquietante e muito polêmico. Aferindo valor ainda maior à paz como sua opositora, sendo considerado por estudiosos como um

fenômeno avassalador, que fere o bom convívio dos indivíduos.

Essa profunda mudança leva a um olhar mais atento aos acontecimentos urbanos, principalmente aos que refletem na sociedade como o todo, como os valores, as desigualdades, as diferenças, as injustiças, o isolamento, a falta de solidariedade e de amor ao próximo, que estão se perdendo em meio ao vazio e à distância entre as populações.

Para Arendt (1994), a violência é um sentimento de reação frente à impotência diante das perspectivas sociais que, por mais que sejam mudadas, perpetuam-se. Nisso, podem-se encontrar as respostas para atitudes violentas da juventude moradora de favelas urbanas mundiais, resultado dos valores adquiridos e acumulados durante a formação familiar (Mitschein e Paraense, 1989).

Relacionado a isso, é importante destacar que dados do programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), de 2007, mostram que a maioria da população mundial vive em áreas urbanas, provocando o inchaço das *shanty-towns* (favelas). As favelas do Hemisfério Sul, que hoje possuem mais de um bilhão de pessoas, recebem, por ano, 30 milhões de novos moradores (Chaves e Mitschein, 2006).

Jorge Gavida, diretor do UN-Habitat para a América Latina e o Caribe, diz que as aglomerações da América do Sul, por mais que apontem núcleos de riqueza e oportunidades, têm-se revelado regiões propensas ao crime, doenças, falta de infraestrutura urbana, de apoio governamental e de oportunidades, quadro que gera pobreza, desigualdades e exclusão social de boa parte de seus habitantes.

Dados apontam para a influência decisiva do crescimento demográfico acelerado e das mudanças de comportamento nos grandes centros urbanos de países em desenvolvimento na devastação ambiental, favelização do espaço urbano, desigualdades sociais e êxodo do campo para a cidade. Essas tendências cooperam de maneira decisiva para o flagelo da violência, portando-se como porta de entrada para esses fenômenos que, muitas vezes, são incontroláveis (Chaves e Mitschein, 2006).

No Brasil, o cenário não difere muito. Existe uma profunda e enraizada polarização socioeconômica manifestada através da convivência entre a menor e maior parte da população, sendo que a menor é comandada por uma avançada sociedade industrial, com poderio produtivo e avançada tecnologia de gestão inovadora, às vezes superiores a muitas escolas europeias e americanas. Já a grande maioria não é lembrada, definha em condições sub-humanas de extrema pobreza, condenada a um futuro incerto, às margens dessa sociedade industrial, sem perspectiva de interagir com essas oportunidades abertas no mercado (Jaguaribe, 1986).

Por outro lado, a democracia brasileira, por mais que proporcione livre abertura do ponto de vista das organizações, nos diálogos e de suas estruturas em relação aos movimentos sociais e à superioridade da lei como método para solucionar conflitos, não consegue reduzir as desigualdades sociais, mesmo que os debates apontem para esse caminho. Esse desafio é balizador importante na avaliação das condições nas quais se

encontram hoje as populações mais vulneráveis. Nesse contexto, a luta deve ser para que os mais pobres possam usufruir das melhorias dessa condição, para que o Estado tenha a capacidade de implantar iniciativas políticas que visem à redução da desigualdade social.

Com o enfoque ao combate à desigualdade, pode-se, então, traçar uma estratégia, voltada à condição inicial, ou seja, para os que mais necessitam. No entanto, é preciso entender que não se pode ter como solução somente uma política de tolerância zero ao crime, contando com o aumento das forças policiais, combate ao narcotráfico e que dê condições para a melhoria da qualidade de vida dos mais pobres. (Chaves e Mitschein, 2006).

No período, foi criado o Modelo Amazônico de Desenvolvimento e Crescimento Desequilibrado Corrigido (Sudam, 1976). Desequilibrado, pois dava ênfase aos segmentos mineral, madeireiro, pesqueiro, elétrico e empresarial; e corrigido, porque o Estado interferia nas ações estruturais, socioeconômicas e ambientais desses segmentos. Essa política de modernização não se mostrou eficiente, pois o modelo não adotava característica de aporte regional de desenvolvimento, priorizando outros setores de características diferentes da região.

Nesse caso, a atitude corretiva do Estado foi atuar como moderador da economia local, mas com capacidade de planejamento além do que poderia oferecer, com uma fraca disposição de alcançar recursos financeiros que pudessem suprir as necessidades cruciais que o modelo implicava. Portanto, tornou-se um sistema incipiente de gestão desses recursos. Foi uma política de desenvolvimento que não dispunha dos meios técnicos e financeiros necessários para sobrepor os desequilíbrios provocados (Chaves e Mitschein, 2006).

Do ponto de vista político, a população que viveu este movimento de marginalização socioeconômica ficou exposta a mazelas irreversíveis em alguns casos. Nesse caso, há a tendência de cobrar mais do poder público, exigindo o mínimo de condições básicas para satisfazer necessidades urgentes. Mas, na maioria das vezes, tais necessidades não são atendidas de acordo com as demandas, já que o Estado não dispõe de recursos financeiros para suprir as carências na periferia urbana. Portanto, ressalta-se que setores marginalizados da sociedade foram inseridos nessas estruturas urbanas em condições precárias de sobrevivência.

Assim, há um cenário negativo que impede a consolidação e a reprodução pacífica da síntese social nas aglomerações urbanas, estando essas ligadas a setores marginalizados em seu contexto histórico. Há, ainda, as mensagens, imagens e interlocução das mídias sobre a sociedade de consumo, balizadas por telenovelas, filmes, noticiários e internet, que disseminam que só tem valor quem possui os melhores e mais caros bens, como moradias adequadas, carros do ano, produtos de última geração - vestuário, calçados, celulares inovadores, iPad e tablet. Os consumidores, segundo Bauman (2008), são bombardeados de todos os lados por sugestões de que precisam se equipar com um ou outro produto

fornecido pelas lojas se quiserem ter a capacidade de alcançar e manter a posição social que desejam cumprir suas obrigações sociais e proteger a autoestima.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

1.2.1 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE AS CONDUTAS DESVIANTES

Para dar um enquadramento confiável ao estudo, foi realizada pesquisa bibliográfica, a fim de sustentar as hipóteses relacionadas às condutas desviantes em jovens e as variáveis que influenciam esses atos. Esse referencial dará robustez ao trabalho, com o intuito de validar a teoria.

As condutas desviantes são responsáveis por grande parte das atitudes violentas que tangenciam as normas sociais e humanas, aparecendo, quase sempre, na fase da adolescência. Não é dada, muitas vezes, a importância devida, podendo levar os jovens, desde a adolescência, à formação de gangues, a práticas de jogos de diversão violentos e de vandalismo, a alto consumo de álcool e de drogas ilícitas e a atitudes não éticas e violentas contra o outro (Formiga e Gouveia, 2005).

Estudos recentes mostram que existe uma relação significativa entre o envolvimento dos adolescentes em comportamentos de risco e certas características do ambiente familiar, problemas relacionados à falta de comunicação ou de expressão inadequada de aceitação, compreensão, de coesão afetiva e de apoio dos pais. Junte-se a isso, a disciplina dos pais com base em controle permissivo ou autoritário, com influência decisiva no comportamento e significativamente relacionada com o comportamento antissocial e delinquente (Barrera e Li, 1996; Baumrind 1978, Demaray e Malecki, 2002; Musitu et al., 2007).

A pesquisa sugere que as diferenças de comportamentos violentos são atribuíveis aos contextos familiares, após o controle de desigualdade de renda (Conger et al., 1992; Heimer, 1997).

Os pais podem ter uma influência protetora sobre seus filhos, devido ao seu afeto durante toda a criação. A investigação descobriu práticas parentais positivas, que incluem o estabelecimento de diretrizes claras, relacionadas ao comportamento positivo e ao monitoramento dos atos - a entrega de consequências justas e consistentes podem agir como um amortecedor, protegendo um adolescente do envolvimento em comportamentos violentos ou delinquentes (Gorman-Smith e Tolan, 2004; Griffin et al., 2000; Herrenkohl et al., 2003).

Outro estudo concluiu que as famílias desempenham um papel importante na estrutura social e na diretriz de um comportamento adequado (Windle et al., 2010).

Stattin e Kerr (2000) mostra que os adolescentes com maior apego são menos propensos a se envolver em delinquência grave, incluindo o comportamento violento e antissocial na esfera familiar. Crianças com fortes ligações com os pais podem ser mais propensas a relacionar-se e a obedecer em situações adversas, tendo também mais facilidade em se comunicar com seus pais e acompanhá-los em suas decisões.

Outros pesquisadores argumentaram que a supervisão dos pais afeta diretamente o comportamento desviante. As crianças que estão cientes de que estão sendo monitoradas são menos propensas a se envolver em comportamentos desviantes (Griffin et al., 2000), enquanto que as que não são constantemente monitorados, são mais propensas a se envolver em situações violentas (Dishion e McMahon, 1998).

Quando um jovem age com violência, é possível caracterizar as atitudes violentas que podem estar por trás disso, como o uso de drogas e condutas desviantes. Portanto, para identificar os construtos que fazem parte da composição do fenômeno violência, é de fundamental importância analisá-los um a um ou relacioná-los através da convergência entre eles (Elzo, 1999).

As condutas desviantes entre jovens podem ser desmembradas em condutas antissociais e delitivas, fazendo referência ao comportamento transgressor, antiético e social. As condutas antissociais baseiam-se na falta de aplicabilidade das normas sociais vigentes, sendo as regras quebradas, mas não causando danos físicos, somente rompem com algumas atitudes positivas em relação ao comportamento adequado. As condutas delitivas, por sua vez, ferem leis vigentes e enfraquecem os laços de convivência harmônica, pois as atitudes negativas são merecedoras de punição, por serem passiveis de causar danos graves, morais e/ou físicos (Formiga e Diniz, 2011).

É importante ressaltar que os jovens que apresentam condutas antissociais não, necessariamente, tornam-se delinquentes, mas quando essas atitudes não são freadas, por uma prática parental responsiva ou por professores exigentes, é grande a probabilidade de converterem-se em conduta delitiva (Formiga e Diniz, 2011).

A adaptação comportamental dos adolescentes e o desenvolvimento do comportamento desviante têm mostrado que as condições encontradas no indivíduo, na família, na escola e na comunidade, bem como suas interações, podem influenciar na probabilidade de envolvimento em atividades de risco. Assim, argumenta-se que os fatores de risco presentes em jovens têm maior probabilidade do envolvimento em comportamentos ofensivos (McCord et al., 2001).

O comportamento antissocial de alguns adolescentes é considerado temporário e situacional: depende do meio, da fase e do estilo de vida. Mas, uma minoria de adolescentes têm comportamento antissocial constante e pode persistir até a idade adulta. Em particular, no que diz respeito aos problemas de comportamento, os de comportamento constante, parecem mostrar escalonamento, isto é, progressão de mau comportamento a mais grave e, por fim, criminosa (Pudney, 2002).

1.2.2 REFERENCIAL TEÓRICO DO MARKETING SOCIAL

Kotler e Roberto (1992) afirma que o marketing social é uma estratégia de comportamento, combinada com os mais importantes atributos e abordagens tradicionais

responsáveis pela mudança social e contidos em um plano de ação interligado, com avanços tecnológicos das áreas de comunicação e a estrutura do marketing tradicional.

Na análise de Goldberg (1995), é sugerido um alargamento no âmbito do domínio do marketing social existente. Tais objetivos de mudança de comportamento individual são articulados com objetivos sociais mais amplos de mudança nos níveis políticos e no ambiente social. Assim, além do interesse para os comerciantes sociais que trabalham para a mudança do comportamento individual, o potencial do marketing social pode afetar a política de resultado, isto é, um fator preponderante para a mudança de comportamentos individuais, como: a redução das taxas de fumadores de cigarros, tem influência positiva e decisiva nos custos de saúde, levando a proibição ou diminuição da comercialização dos produtos oriundos do tabaco.

Atualmente, o conceito de marketing social baseia-se em um processo destinado à aplicação de técnicas de marketing para criar, expressar, comunicar e expor valor, com o objetivo de influenciar o comportamento do público-alvo que se quer alcançar (Kotler e Lee, 2011).

Para (Quinn et al., 2007), a aplicação dos princípios tradicionais de marketing social para a promoção de comportamentos tem influência na saúde comportamental, baseado na teoria da troca do marketing tradicional, que afirma que os consumidores vão adotar mudanças de comportamento quando as barreiras são reduzidas de acordo com suas necessidades específicas.

Na visão de Bloom e Novelli (1981), marketing social é um esforço que pode ser exercido por organizações com fins lucrativos (por exemplo, a Anheuser-Busch, incentivando o consumo responsável), bem como por organizações sem fins lucrativos e públicas. Em outras palavras, independentemente do patrocinador, incentivando as partes interessadas a se envolver em comportamentos socialmente responsáveis, todas as instituições são bem-vindas, se vierem com o objetivo de ajudar a causa socialmente responsável.

O marketing social gera mudança de comportamento através da criação de incentivos ou consequências que abordam trocas voluntárias. Especificamente, os comerciantes sociais buscam identificar barreiras para a mudança de comportamento e destacar os benefícios que são relevantes para o público a que se destina, como algumas mulheres que amamentam por causa dos benefícios de saúde para crianças desconhecidas ou àquelas que optam por amamentar para criar um único vínculo criado entre mãe e filho.

Tal como a educação, o marketing social oferece às pessoas uma escolha sobre comportamento adequado e auxilia em alterar o ambiente, para tornar o comportamento recomendado e mais vantajoso, selando a relação custo-benefício mais favorável (Quinn et al., 2007).

Um conceito recente de marketing social o aponta como uma metodologia inovadora capaz de fazer evoluir nas atitudes sociais em relação ao modo de lidar com ideias, modo de agir, conceitos, ações, comportamentos e/ou práticas. Nesse caso, visa

promover transformações sociais adequadas em cada indivíduo e o marketing da mudança de comportamento que deve atingir uma larga influência em um curto período de tempo, assegurando tanto as mudanças comportamentais planejadas quanto a sua continuidade ao longo do tempo (efetividade) (Leandro et al., 2004).

Marketing social, portanto, é conceituado como o conjunto de técnicas inovadoras em marketing tradicional, baseados nos 4Ps e no bem-estar comum das pessoas, com ênfase nos aspectos sociais, e tendo como intuito alterar comportamentos e atuar na prevenção e proteção de problemas socioambientais e culturais, gerando envolvimento de toda a comunidade.

Desta forma, ele deve se preocupar com algumas questões fundamentais da atualidade: de cunho socioambiental, no que se refere à escassez de recursos e à devastação do meio ambiente, e proteção social, no que se refere à explosão populacional, desigualdade, fome, violência e pobreza mundial, buscando a harmonia entre lucro, satisfação dos consumidores e o interesse público (Mendonça e Schommer, 2000).

É nesse contexto que se enquadram as ações desenvolvidas pela Fundação PROPAZ.

2 | MÉTODOS E PROCEDIMENTO DA PESQUISA

O objeto do estudo são os jovens que cometeram atos infracionais, que cumprem medidas socioeducativas em 11 unidades da FASEPA e jovens participantes do programa PROPAZ, especificamente do projeto PROPAZ nos Bairros, em situação de risco social. Todos na faixa etária de 12 a 19 anos e que moram na RMB (Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara).

A orientação do estudo seguiu cinco etapas metodológicas. A primeira etapa, desenvolvida nos capítulos anteriores, consistiu em uma revisão bibliográfica das fontes secundárias, como: teses de mestrado, doutorado, revistas, jornais e internet, entre outros.

A segunda etapa consistiu na definição e conceitualização do modelo teórico a partir da escolha das variáveis selecionadas. O modelo conceitual foi baseado em vários estudos de diversos autores, que abordaram o tema a partir de modelos de equações estruturais, baseados na violência urbana cometida por e contra a juventude.

Na fase seguinte, optou-se pela pesquisa primária com os jovens que são assistidos nas unidades de medidas socioeducativas da FASEPA e com jovens atendidos pelo projeto PROPAZ nos Bairros, realizado pela Fundação PROPAZ. Nesta etapa, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas, também chamadas de alternativa fixa. Nesse caso, o entrevistado teve de optar por uma das alternativas propostas pela equipe de pesquisa.

Na quarta etapa, foram realizadas as digitações, codificações, tabulações, tratamento e a condensação da informação vinda do campo de pesquisa. Optou-se pelo uso do Software SPSS 22.0 e do módulo AMOS. O AMOS utiliza o método de estimação mais

aplicado nos modelos de equações estruturais e permite a análise de variáveis categóricas, no entanto, há ausência nas análises das correlações policóricas (Marôco, 2010).

Já na última fase do estudo, foram realizados testes para a validação do modelo teórico proposto. Optou-se pela análise de modelos de equações estruturais, para identificar os diversos relacionamentos existentes entre as variáveis latentes, envolvidas no processo a partir das hipóteses propostas.

Figura 1 - Etapas do plano amostral.

Fonte: Vicente, 2012.

No caso específico deste estudo, as dimensões amostrais, para o caso de dispersão máxima da população, são de 270 e 288 elementos, respectivamente para a população de jovens apreendidos que cumprem medidas socioeducativas na FASEPA e participantes do programa PROPAZ nos Bairros.

Unidades de atendimento socioeducativo - RMB	Quant.	%	Dimensões amostrais	%
Serviço de Atendimento Social (SAS)	4	1,1	3	1
Centro de Internação do Adolescente Masculino (CIAM Sideral)	98	28,1	76	28

Centro de Internação Jovem Adulto Masculino (CIJAM)	28	8,1	22	8
Centro Juvenil Masculino (CJM)	21	5,9	16	6
Centro Socioeducativo Masculino (CSEM)	45	12,6	34	13
Centro Socioeducativo de Benevides (CSEB)	56	15,9	43	16
Centro de Adolescentes em Semiliberdade (CAS)	26	7,4	20	7
Unidade de atendimento socioeducativo (UASE)	34	9,6	26	10
Centro Atendimento socioeducativo feminino (CASF)	14	4,1	11	4
Centro Socioeducativo Feminino (CSEF)	25	7	19	7
Total	**350**	**100**	**270**	**100**

Tabela 1 - Quantidade de socioeducandos na faixa etária de 12 a 19 anos e estratos proporcionais das entrevistas realizadas na FASEPA/RMB.

Fonte: Governo do Pará - 2014.

Polos PROPAZ	Quant.	%	Dimensões amostrais	%
Sacramenta	630	35,8	102	35,4
UFRA	390	22,2	67	23,3
Mangueirão	278	15,8	45	15,6
UFPA	241	13,7	39	13,5
IESP	220	12,5	35	12,2
Total	**1.759**	**100**	**288**	**100**

Tabela 2 - Quantidade de jovens atendidos na faixa etária de 12 a 19 anos nos polos do PROPAZ e estratos amostrais na RMB.

Fonte: Governo do Pará - 2014.

3 I RESULTADOS DA PESQUISA E DISCUSSÃO

Depois da análise das pontuações médias, desvios padrão, valores máximo e mínimo e as curtoses dos itens do modelo de medida, recorreu-se à Análise Fatorial Confirmatória (AFC) a partir das cargas fatoriais, para analisar os índices de fiabidade dos construtos.

Nesse ponto, é possível observar uma das análises de confiabilidade das escalas administradas no estudo, o *alfa do Cronbach*. Pode-se verificar que seus valores apresentaram alfas de acordo com o padrão aceitável, que segundo Hill (2000), é acima de 0,70. Vale destacar que os alfas da escala de condutas desviantes (antissocial e delitiva) e valoração familiar ficaram acima de 0,90, um valor do índice excelente.

Também analisou-se a validade das medidas proporcionadas pelo modelo fatorial

final (Graver e Mentzer 1999): a validade convergente permite determinar até que ponto duas medidas do mesmo conceito estão correlacionadas, ou seja, até onde os vários itens associados a um mesmo construto, partilham um elevado nível de variância comum. Para avaliar a validade convergente foram utilizados valores do VEM e da fiabilidade compósita e, ainda, magnitude, direção e significância dos pesos fatoriais.

Analisando os resultados, verificou-se que os valores da fiabilidade compósita foram adequados em todos os fatores, apresentando todos os valores iguais ou superiores a 0,70, conforme indicado por Hair et al. (1998). Em relação a VEM, todos os valores foram iguais ou superiores a 0,5. Com isso, pode-se concluir que o instrumento de medida possui validade convergente (tabela 3).

Variáveis	Fiabilidade Compósita	VEM	Alfa de Cronbach
Lúdico	0,85	0,54	0,73
Sentimento Anômico	0,86	0,56	0,78
Valoração Familiar	0,95	0,73	0,91
Hedonista	0,73	0,50	0,71
Instrutivo	0,80	0,56	0,70
Condutas antissociais	0,84	0,58	0,97
Condutas delitivas	0,85	0,59	0,98

Tabela 3 - Comparativos entre os valores de fiabilidade: Alpha de Cronbach, Fiabilidade Compósita e Variância Extraída Média (VEM).

Foi também avaliada a validade discriminante (VD) dos construtos que, segundo revela Fornell e Larcker (1981), permite avaliar até que ponto um construto é diferente de todos os outros.

A figura 2 apresenta os resultados do modelo global estimado. A partir do modelo global de medida, foi possível construir as estimativas das correlações e os valores de R^2, e, desta forma, montar uma matriz (tabela 4). Nota-se, na parte superior, que os valores estimados foram adicionados, assim como os valores de VEM na diagonal principal, destacados em azul. A interpretação deve atender ao indicado por Fornell e Larcker (1981), na parte inferior da tabela os valores de R^2 devem ser inferiores aos valores de VEM, para que atendam aos critérios de VD. Nota-se que todos os valores foram inferiores ao VEM, indicando validade discriminante adequada, portanto, não necessitando da aplicação de outro teste de VD.

Variáveis	AHLi	AHLlu	AHLh	CDDE	CDAN	IDF	SA
AHLi	0,56						
AHLlu	-	0,54					
AHLh	-	-	0,50				
CDDE	0,12	0,35	0,06	0,59			
CDAN	0,43	0,13	0,03	-	0,58		
IDF	0,27	0,33	0,08	-	-	0,73	
SA	-	-	-	0,38	0,32	0,10	0,56

Tabela 4 - Matriz de VEM e R².

Nota: Na diagonal principal encontra-se os valores de VEM.

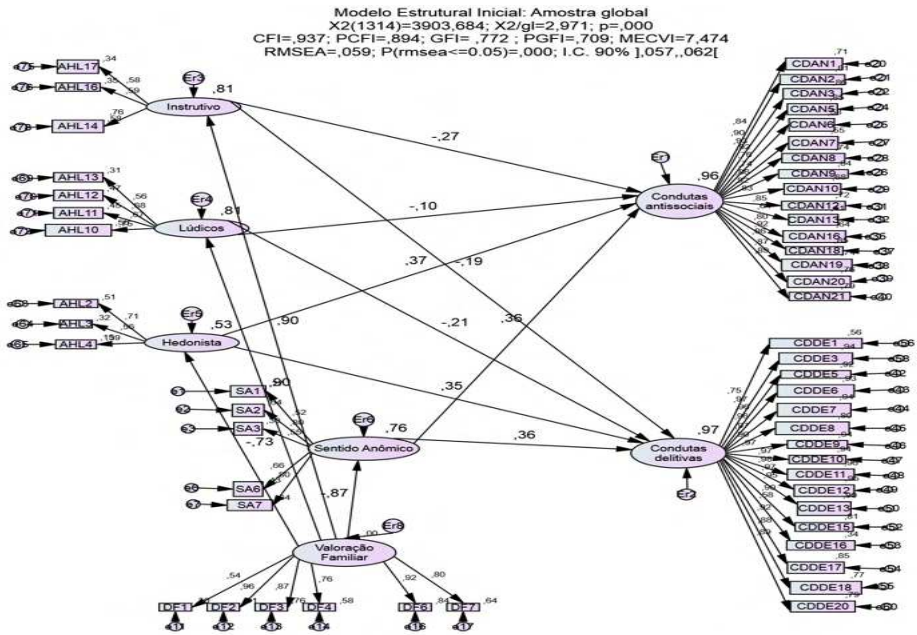


Figura 2 - Representação gráfica do modelo global hipotético das condutas desviantes.

Para identificar quais os pesos estruturais foram responsáveis pelas diferenças entre os dois grupos de jovens foi aplicado um teste paramétrico t-Student; na figura 3 apresenta-se um resumo das principais conclusões relativas às estimativas encontradas para os três modelos gerados: Modelo Global, PROPAZ e FASEPA. É importante ressaltar o efeito da valoração familiar sobre as outras variáveis que compõe o modelo. Quando ela se relaciona de forma secundária e mediadora com as condutas desviantes, tem uma forte influência sobre elas: modelo global (λ= -0,93), modelo PROPAZ (λ= -0,77) e FASEPA (λ= -0,92) e sobre as condutas antissociais, modelo global (λ= -0,92), modelo PROPAZ (λ= -0,20) e FASEPA (λ= -0,93). Isso demostra que quanto maior o efeito da voloração familiar sobre as condutas desviantes, menor será o comportamento desviantes desses

jovens, ou seja, jovens que têm uma boa relação familiar (relação com os pais, irmãos, tios, sobrinhos, cunhados, primos, entre outros familiares) são mais propensos a ter menos condutas desviantes.

O efeito da valoração familiar sobre os hábitos de lazer (hedonista) foi forte e negativo nos modelos global (λ= -0,73) e FASEPA (λ= -0,71). Conclui-se, com isso, que quanto maior o efeito da valoração familiar sobre os hábitos hedonistas, menor será o comportamento hedônico. No caso do PROPAZ, o efeito foi positivo e não significativo a $p > 0{,}01$, (λ= 0,10). A explicação para o efeito positivo ocorre devido os participantes do PROPAZ receberem ações e ensinamentos específicos sobre as relações familiares e comportamentos em grupos, através de valores que diminuem os efeitos desses comportamentos, ou seja, os jovens que participam do PROPAZ nos Bairros assimilam o comportamento hedonistas de forma positiva quando relacionados à questão intra-familiar.

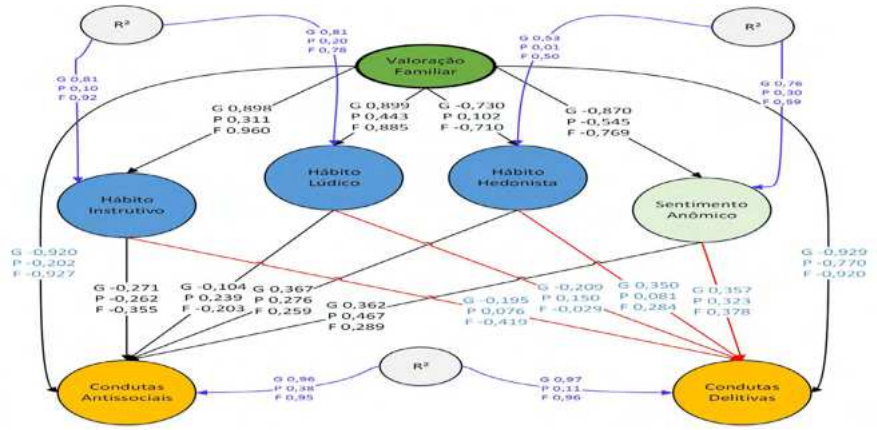


Figura 3 - Resumo comparativo das estimativas estandardizadas dos três modelos, amostra Global, amostra PROPAZ e amostra FASEPA.

Nota: G - modelo Global; P- modelo PROPAZ; F- modelo FASEPA.

4 I CONCLUSÃO

A partir dos resultados consolidados, não é possível estimar o quanto a direção das entidades públicas citadas, PROPAZ e FASEPA, estaria errada em sua política de gestão. No entanto, ao sinalizarmos que os jovens que disseram dar mais importância nas relações intra-familiares tendem a ter menos atitudes violentas e jovens que praticam mais esporte e lazer (lúdico e instrutivo) também seguem na mesma direção, abre-se um leque de opções que pode ilustrar uma perspectiva mais animadora do ponto de vista social no convívio comunitário e parental das boas práticas e das relações. Neste caso, os ensinamentos corretos dos país, avós e professores, fundamentalmente, podem consolidar um modelo inovador, que consiga resultados positivos para frear as condutas desviantes.

O estado precisa pensar em um novo modelo de gestão social, visando uma política pública baseada em metodologia que aponte para o fortalecimento dos laços intra-familiares e práticas de atividades lúdicas e instrutivas, e para a qualificação dessa juventude para o mercado de trabalho. Ele precisa, mais do que nunca, dar uma resposta convincente à sociedade, implementando projetos que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.

Outro ponto a ser discutido em relação à FASEPA: os jovens que estão apreendidos não demonstraram avanços comportamentais significativos para conter as condutas desviantes, quando comparados aos jovens que participaram do projeto PROPAZ nos Bairros. Os comportamentos não mudaram em 61,3% dos que estavam apreendidos em regime fechado e disseram ser reincidentes uma ou mais vezes em um período de até um ano, enquanto que 52% dos que estavam em regime semiaberto declararam ter tais atitudes.

Diante desse cenário preocupante, é importante que a gestão da FASEPA adote estratégias de ressocialização desses jovens pautadas em ações que possam impactar na autoestima social, que promova a inclusão dos socioeducandos no convívio harmônico, e na estrutura familiar que, em sua maioria, estão enfraquecidas, segundo confirma este estudo: 51% jovens da FASEPA viveram a maior parte das suas vidas sem, pelo menos, um dos pares -mãe ou pai, 21% declararam que não estavam estudando no momento da pesquisa, 67% ou eram analfabetos, ou não tinham completado o ensino fundamental. Entre eles, 48,5% eram pretos; 5,7% declararam que a família não tem renda alguma; 75,1% que a família ganha até um salário mínimo, e 68,5% declararam não possuir religião.

Os resultados mostram, ainda, que o fortalecimento da dinâmica familiar nos aspectos subjetivos da relação humana (confiança, afeto, compreensão, perdão entre outros,) diminuem as intensidades das condutas desviantes. Por isso, conclui-se que é importante buscar alternativas de fortalecimento familiar desses jovens, criando alternativas de consolidação dessa relação através de projetos de apoio à estruturação familiar, como: fortalecimento dos aspectos educacionais, na saúde, emprego, renda, moradia, esportes e oportunidades igualitárias.

REFERÊNCIAS

[1] ARENDT, H. ***Sobre a violência***. Rio de Janeiro, 1994.

[2] BAUMAN, Z. **Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro, 2008: Zahar.

[3] BAUMRIND, D. **Parental disciplinary patterns and social competence in children**. *Youth and Society*, 9, 239-276, 1978.

[4] BARRERA, M.J. e LI, S.A. **The relation of family support to adolescents' psychological distress and behavior problems**. In G. R. Pierce, and I. G. Sarason (Eds.), *Handbook of social support and the family*,313-343. New York, 1996: Plenum Press.

[5] BLOOM, P.N. e NOVELLI, W.D. **Problems and Challenges in Social Marketing, Journal of Marketing**, 45 (Spring), 79-88, 1981.

[6] CHAVES, J.F. e MITSCHEIN, T. **Crescimento, Pobreza e Violência em Belém**. 2º edição. Numa Ufpa, Poema, 2006.

[7] CONGER, R.D., CONGER, K.J., ELDER, G.H., LORENZ, F.O., SIMONS, R.L. e WHITBECK, L.B. **A family process model of economic hardship and adjustment of early adolescent boys**. *Child Development*. 63:526-541, 1992.

[8] DEMARAY, M.P. e MALECKI, C.K. **The relationship between perceived social support and maladjustment for students at risk**. *Psychology in the Schools*, 39, 305-316, 2002.

[9] DISHION, T.J. e MCMAHON, R.J. **Parental monitoring and the prevention of child and adolescent problem behavior: A conceptual and empirical formulation**. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1:61-75, 1998.

[10] ELZO, J.I. **Materiales para estudio y prevención de la violencia juvenil**. Disponível em http://www.fad.es/sala_lectura/ Acesso em 15 de Março de 2013, 1999.

[11] FORMIGA, N.S. e GOUVEIA, V.V. **Valores humanos e condutas antissociais e delitivas**. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*. Paraíba, 2005.

[12] FORMIGA, N.S. e DINIZ, A. **Estilo da Orientação Cultural e Condutas Desviantes**: Testagem de um Modelo Teórico. *Revista Psicologia em Pesquisa*, UFJF, 2011.

[13] FORNELL, C. e LARCKER, D.F. **Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error**. *Journal of Marketing Research, 18*(1), 39-50, 1981.

[14] GALTUNG, J. **Theorien des Friedens, in.: Senghaas, A**. (Ed) *Kritsche Friiedens for schung*, Frannkfurt am Main, 1972.

[15] GORMAN-SMITH, D., HENRY, D.B. e TOLAN, P.H. **Exposure to community violence and violence perpetration: the protective effects of family functioning**. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*. 33:439-449, 2004.

[16] GOLDBERG, E. **Social Marketing: Are We Fiddling While Rome Burns**? *Journal of Consumer Psychotogv*, 4 (4), 347-70, 1995.

[17] Governo do Pará. **Relatório FASEPA**, Belém-Pa, Brasil, 2014.

_____ (2014). *Relatório PROPAZ*, Belém-Pa, Brasil.

[18] GRAVER, M.S. e MENTZER, J.T. **Logistics research methods: employing structural equation modelling to test for construct validity**. *Journal of Business Logistics*, n. 20 (1), 33-57, 1999.

[19] GRIFFIN, K.W., BOTVIN, G.J., SCHEIER, L.M., DIAZ, T. e MILLER, N.L. **Parenting practices as predictors of substance use, delinquency, and aggression among urban minority youth: Moderating effects of family structure and gender**. *Psychology of Addictive Behaviors*, 14, 174-184, 2000.

[20] HAIR, J.F., ANDERSON, R.E., TATHAM, R.L. e BLACK, W.C. **Multivariate Data Analysis**, 5. th ed., Prentice Hall, Upper sanddle River, New Jersey, 1988.

[21] HEIMER, K. **Socioeconomic status, subcultural definitions, and violent delinquency**. *Social Forces.* 75, 7, 99-833, 1997.

[22] HERRENKOHL, T.I., HILL, K.G., CHUNG, I.J, GUO, J., ABBOTT, R.D. e HAWKINS, J.D. **Protective factors against serious violent behavior in adolescence**: A prospective study of aggressive children, *Social Work Research*, 27, 179-191, 2003.

[23] HILL, M. e HILL, A. **Investigação por Questionário**. Lisboa: Edições Sílabo, 2000.

[24] JAGUARIBE, G. **Brasil, 2000: para um Novo Pacto Social**, Rio de Janeiro, 1986.

[25] KOTLER, P. e ROBERTO, E. **Marketing Social: Estratégias para alterar o comportamento Público**. Editora Campus. Rio de Janeiro, 1992.

[26] KOTLER, P. e LEE, N.R. **Marketing Social: Influenciando comportamentos para o bem.** Editora Bookman. 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2011.

[27] LEANDRO, F., LUCILENE, F., STAVARENGO, W., MANHARELO, R., R, A. e SCOARIZE, R. **Marketing social: um novo diferencial para competitividade das marcas ou empresas**. III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicada. Cascavel, Paraná, 2004.

[28] MARÔCO, J. **Análise de Equações Estruturais. Fundamentos Teóricos, Software e Aplicações**. Report Number, Lda. Lisboa, 2010.

[29] MENDONÇA, P. e SHOMMER, P.C. **O Marketing e sua Relação com o Social: dimensões conceituais e estratégicas e o caso de duas organizações em interação**. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ENANPAD), Florianópolis, 2000.

[30] MITSCHEIN, T e PARAENSE, M. **Urbanização Selvagem e Proletarização Passiva da Amazônia**. *O caso de Belém.* Belém, 1989.

[31] MUSITU, G., ESTÉVEZ, E. e EMLER, N. **Adjustment problems in the family and school context, attitude towards authority, and violent behaviour at school in adolescence**. *Adolescence*, 42, 779-794, 2007.

[32] MCCORD, J., WIDOM, C.S. e CROWELL, N.A. **Juvenile crime. Juvenile justice. Panel on juvenile crime: Prevention, treatment, and control**. Washington, DC: National Academy Press, 2001.

[33] PUDNEY, S. **The road to ruin? Sequences of initiation into drug use and offending by young people in Britain** (Home Office Research Study 253). London: Home Office, 2002.

[34] QUINN, G.P., ELLISSON, B.A., LOOMIS, W. e TUCCI, M. **Adolescent perceptions of violence: Formative research findings from a social marketing campaign to reduce violence among middle**

school youth. *Journal of the Royal Society of Public Health,* 121, 357-366, 2007.

[35] STATTIN, H. e KERR, M. **Parental Monitoring: A reinterpretation**. *Child Development*, 71, 1072-1085, 2000.

[36] SUDAM. **II Plano Nacional de Desenvolvimento, Programa de Ação do Governo Para a Amazônia**. 1975-1978, 1976.

[37] VICENTE, P. **Estudos de Mercado e de Opinião. Princípios e aplicações de amostragem**. Lisboa: Sílabo, 2012.

[38] WINDLE, M., BRENER, N., CUCCARO, P., DITTUS, P., KANOUSE, D.E. e MURRAY, N. **Parenting predictors of early-adolescents' health behaviors: Simultaneous group comparisons across sex and ethnic groups.** *Journal of Youth and Adolescence*, 39, 594-606, 2010.

CAPÍTULO 4

DA MISSÃO DE PAZ À EXCLUSÃO NO "PAÍS EM PAZ": A NEGAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE "RESISTÊNCIA" POR MIGRANTES HAITIANOS NA CIDADE DE SÃO PAULO (2016-2017)

Data de aceite: 01/03/2022

José Vitor Barros
Universidade de São Paulo
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

RESUMO: Este trabalho tem com objetivo analisar, por meio da comparação de entrevistas e conversas com diferentes atores (migrantes, militares, moradores locais etc.), por que haitianos entrevistados na cidade de São Paulo negavam sofrer discriminação. A pesquisa de campo (2016-2017) foi conduzida a partir de entrevistas em profundidade e do método de observação etnográfico, cujos resultados foram analisados à luz da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu. Igualmente, a identidade de todos os migrantes entrevistados será protegida. Comprova-se a hipótese levantada de que a negação da discriminação se dá enquanto estratégia de "resistência" (categoria nativa) dos migrantes, os quais apreendem previamente um discurso, visto como legítimo, que retrata o Brasil como um país livre de tensões raciais, discurso esse reproduzido pelas Forças Armadas brasileiras durante a MINUSTAH (Missão de Paz para a Estabilização do Haiti) (2004-2017). Isso é demonstrado no capítulo. Assim, os migrantes se privam de retratar a violência a que estão submetidos para evitar constrangimento e potenciais entraves, advindos de uma afirmação da discriminação, por parte de sujeitos que não vejam tal reivindicação enquanto legítima.

PALAVRAS-CHAVE: MINUSTAH; migração haitiana; discriminação; racismo; resistência.

ABSTRACT: This paper aims to analyze, through the comparison of interviews and conversations with different actors (migrants, military personnel, local residents, etc.), why Haitian migrants interviewed in the city of São Paulo denied suffering discrimination. The fieldwork (2016-2017) was conducted using in-depth interviews and the ethnographic observation method. The results were analyzed in the light of Pierre Bourdieu's reflexive sociology. Likewise, the identity of all the migrants interviewed was protected. The raised hypothesis goes as follows: the self-denial of discrimination occurs as a strategy of "resistance" (indigenous category) by migrants, who previously apprehend a discourse, seen as legitimate, that portrays Brazil as a country free of racial tensions. This discourse was reproduced by the Brazilian Armed Forces during MINUSTAH (Peacekeeping Mission for the Stabilization of Haiti) (2004-2017). The hypothesis was confirmed. Thus, migrants refrain from portraying the violence to which they are subjected to avoid embarrassment and potential obstacles that could be aroused by people who do not see such claims as legitimate.

KEYWORDS: MINUSTAH; Haitian migration; discrimination; racism; resistance.

INTRODUÇÃO[1]

Esse capítulo versa sobre as estratégias adotadas por migrantes haitianos na cidade de São Paulo entre 2016 e 2017 – quando foi realizado o trabalho de campo de minha Iniciação Científica –, assim como sobre as percepções do fenômeno migratório por parte desses migrantes. A partir de janeiro de 2010, quando um abalo sísmico de grau 7 na escala Richter[2] ocorreu no Haiti, tendo seu epicentro a apenas 25 km de Porto Príncipe, capital do país, um grande fluxo de migrantes haitianos se iniciou com destino ao Brasil. Esse terremoto destruiu a maior parte da cidade e precarizou ainda mais a situação do país, considerado um "Estado-falido" (cf. HELLMAN; RATNER, 1992) e ocupado pelas Nações Unidas (MINUSTAH) desde 2004 (REDIN; BARBOSA, 2014, p.13-14; CORREA, 2015, p.230-231). São os sujeitos advindos desse Haiti que se pretendeu estudar. Entretanto, estudar os haitianos na cidade de São Paulo é um objetivo um tanto quanto amplo e ousado, mesmo à época, quando a literatura especializada era consideravelmente menor. A questão era demasiado ampla para ser abordada em abstrato. Por isso, ao invés de encarar o sol, resolvi olhar para baixo e estabelecer um recorte para análise: a questão da discriminação. Ao entrevistar migrantes haitianos, percebi que a grande maioria deles, para minha surpresa, negava sofrer discriminação de qualquer tipo uma vez em território brasileiro. Todavia, ao conversar com moradores locais da região do Glicério (São Paulo – SP) onde conduzi as entrevistas, conhecida à época por ser repleta de migrantes haitianos, esses me atestavam com firmeza a presença de discriminação contra migrantes. Havia, então, uma situação no mínimo curiosa, e é acerca dessa aparente contradição que esse trabalho se constrói.

Comprova-se, aqui, a hipótese levantada para explica-lo: os migrantes haitianos internalizaram um discurso produzido por outrem (os missionários brasileiros da MINUSTAH[3]), visto como legítimo, o qual estabelece um Brasil livre de tensões raciais e, pois, sem discriminação, e o reproduzem – por mais que ele contradiga suas experiências – de modo a evitar constrangimento e potenciais empecilhos oriundos de serem vistos como ingratos ou agitadores em sua nova vida na sociedade receptora.

Este texto sofreu algumas modificações, adições e cortes se comparado ao relatório final apresentado em 2017, mas nada que descaracterizasse o apresentado anteriormente. Por isso, faltam referências mais contemporâneas e um debate com o acontecido no Brasil de lá para cá. Em todo caso, acredito que os achados de pesquisa, apresentados como foram à época – no que pese marcas admitidas da inexperiência –, sustentam a prosa

1 Devo agradecer a Mônica de Carvalho pela fantástica orientação durante a Iniciação Científica, pela constante ajuda, pelas conversas, indicações de leitura e por valiosas lições de como ir a campo. Também, agradeço a Missão Paz que me permitiu conduzir entrevistas em seu pátio, assim como ao CEPE-PUC-SP por financiar a pesquisa que deu origem a este capítulo. Por fim, não posso deixar de agradecer à FAPESP por financiar minha formação como pesquisador e minha pesquisa atual (nº de processo: 2021/02568-0).

2 Ou seja, considerado "muito forte".

3 Da sigla em francês para Missão de Paz para a Estabilização do Haiti (2004-2017), missão que foi criada no âmbito das Nações Unidas e liderada pelo Brasil.

das páginas a seguir e dão algum substrato a futuras discussões que queiram reconstruir os desenvolvimentos recentes da migração haitiana no Brasil quanto à discriminação ou que se engajem com o papel das Forças Armadas e sua visão de mundo na vida nacional brasileira. Igualmente, o texto serve como um relato de pesquisa fiel à experiência de um pesquisador iniciante, gênero que dificilmente encontra espaço nas páginas de periódicos, embora seja bastante útil a outros pesquisadores de primeira viagem em busca de referências comparáveis a si que lhes permitam aquilatar sua própria prosa e seus próprios resultados.

Quanto à estrutura do capítulo, antes de tudo, há uma breve reflexão metodológica. Nela, conto, em linhas gerais, como foi realizado o campo, assim como as dificuldades que lá enfrentei, junto ao aprendizado metodológico que levei comigo ao final dessa pesquisa. Igualmente, faço algumas considerações gerais que me ajudaram a pensar sobre o estudo de migrações e localizo o referencial por meio do qual essa pesquisa se construiu. Por sua vez, na seção seguinte, *Narrativas sobre o "País em Paz"*, exponho os resultados obtidos com o trabalho de campo. Primeiro, o discurso difundido pelas forças de paz brasileiras que clama uma excepcionalidade do *missionário* brasileiro, *a Brazilian way of peacekeeping*, que adviria de nosso tecido social miscigenado, acostumado à pobreza e sem tensões raciais. Então, analiso as entrevistas em profundidade (10) e informais (18) conduzidas com migrantes haitianos a partir desse recorte. Observamos um certo eco do discurso dos missionários presente no discurso dos haitianos, de onde vem nossa hipótese. Por fim, encontramos o já supracitado paradoxo da discriminação, no qual os haitianos negam sofrer discriminação, ao passo que os perpetradores dessa, os moradores locais, reconhecem que ela existe. Na última seção, *A questão da discriminação: a negação do inegável enquanto estratégia de resistência*, defendo a hipótese construída para pensar o porquê do paradoxo da discriminação. Dado o encontro diário com a fronteira, com a alteridade, que se traduz por meio da língua alheia, dos olhares, da discriminação e demais dificuldades do processo migratório, os migrantes, cientes de sua posição na estrutura social, privam-se de atestar a situação de violência a que são submetidos de modo a evitar mais entraves a sua vida na sociedade receptora, ou seja, utilizam a negação da discriminação enquanto estratégia. Inteligentes, e vulneráveis, negam a violência de modo a prevenir potenciais retaliações advindas de sua afirmação.

METODOLOGIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O CAMPO, OS CONCEITOS E O MÉTODO

Como diz Bourdieu (2014 [1992], p. 56), o cientista social deve operar sempre por meio de uma *objetivação participante*, ou seja, ter ciência de que toma por objeto fenômenos de que participa e, por isso, que sua própria posição em relação ao objeto influi em sua percepção sobre esse mesmo objeto; na análise social, o *ideal* a ser perseguido

é a capacidade de conseguir *romper* com o objeto e tentar apreender o "jogo", não como um dos jogadores, mas sim por meio de uma visão global, externa, num exercício continuamente reflexivo. Para fazê-lo, é importante ter em mente que toda *migração* — sem prefixo — é referente a pelo menos três grupos: o da sociedade natal, o dos migrantes e o da sociedade receptora (SAYAD, 1998 [1991], 2000). A, para mim e para os demais brasileiros, *i*-migração haitiana já havia influenciado na minha percepção dos fenômenos sociais a ponto de escolhê-la como tema de pesquisa; a migração, e sua representação, já agia sobre mim, agora era hora de rompê-la e tentar agir sobre ela — constituir, enfim, uma *objetivação participante*. A sociedade receptora está tão envolvida na questão migratória quanto o migrante (*ibidem*) — por mais que não saiba como é a realidade de vivenciar a migração enquanto migrante, constrói sentidos sobre ela, os quais vão estruturar a ação social; ou seja, para compreender, mesmo que parcialmente, a migração era necessário (i) romper, nos termos de Bourdieu et al. (1999), com o objeto, isto é, objetivá-lo a partir de seu respectivo espaço e (ii) ir além do migrante, pois não raro os migrantes são a força social mais silenciada na disputa sobre o sentido da própria migração (JOHNSON, 2016). Ainda nessa esteira, outro erro seria não perceber de início que não há *uma* representação coletiva unívoca e dominante, mas sim que há uma *disputa de sentido* envolvida em sua produção, na qual há várias forças sociais agindo simultaneamente com os mais diversos interesses; assim como *não* perceber que *não* há *uma* realidade sobre a migração. Para compreender a migração haitiana como fenômeno social, precisei também acessar seus outros produtores de sentido que não os migrantes.

Entretanto, isso não significa que o eixo dessa pesquisa tenha se deslocado da perspectiva do migrante. Pelo contrário, foi a partir dos indicativos dela e das relações que essa estabelece objetivamente com os outros atores do espaço social que partimos. Entendendo que o discurso mobilizado pelo migrante para responder minhas perguntas não estava contido apenas na fala do migrante — e nem era produzido por ela — e sabendo da existência de relações assimétricas de poder, ou seja, de que "o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de *manter a ordem* ou de subvertê-la, é a *crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras*" (BOURDIEU, 2014a, p.11, grifos meus), percebi que deveria buscar os produtores desse discurso e estudar a relação de forças entre produtores e reprodutores e sua materialização na tradução e incorporação de códigos sociais, o que será retomado mais à frente.

Para além do refinamento das categorias de análise e da concomitante construção do objeto, é digno de nota que encontrei inicialmente certa dificuldade graças às condições disponíveis para o campo. Desde o princípio, a Missão Paz e suas dependências foram o *locus* onde pude entrar em contato com os migrantes, todavia em uma situação muito particular. Do *boom* da migração haitiana de 2010 até 2018, a Missão Paz teve seu papel acentuado pelas necessidades de acolhimento desses migrantes, o que a levou, com o

auxílio do Ministério Público de São Paulo, que doou o dinheiro arrecadado com uma multa por trabalho escravo à Missão, a constituir um eixo responsável apenas pela questão do trabalho. Dentre outras atribuições, esse eixo realizava em 2016 e 2017 às terças e quintas-feiras, no início da tarde, uma mediação entre empregadores e potenciais empregados (migrantes), de modo que os migrantes se acumulavam desde cedo no pátio da Missão esperando a abertura dos portões da mediação. É nesse cenário que minhas entrevistas, conversas informais, observações etc. se deram, o que obviamente traz dificuldades, principalmente graças à escolha metodológica pelas entrevistas em profundidade. Conversar por cerca de uma hora — o quanto geralmente levava para percorrer o roteiro, mais perguntas e divagações adicionais — nos degraus estreitos de uma escada que dá acesso a uma igreja, a céu aberto, em meio a uma miríade de distrações e, com o passar das horas, a iminência da abertura dos portões para a mediação, o fim último de todos os presentes com a minha exceção, limitou em muito as pretensões do método, que queria se aproximar da História Oral.

Todavia, apesar dos constrangimentos do espaço físico, ambicionou-se com sucesso construir um diálogo fluido com o entrevistado, de modo a que este constituísse, a partir dos eixos definidos pelo pesquisador (i.e, as perguntas), uma narrativa, um fluxo de consciência, escolhendo o que dizer de acordo com sua percepção de prioridade e/ou memória. A partir desses fluxos — ou melhor, da *comparação* dos fluxos — que prosseguiu a análise, de forma a encontrar pontos de recorrência que, múltiplos, constituem ao mesmo tempo uma representação coletiva e um discurso migrante por sobre a própria migração. Por meio dessa metodologia, tomamos o migrante enquanto *autor*, entendendo-os não enquanto "objetos cegos, mudos e passivos, mas enquanto sujeitos ativos, engajados e importantes (*meaningful*)" (JOHNSON, 2016, p. 389). Entretanto, visando preservar suas identidades entendendo a situação de vulnerabilidade em que se encontram, omitimos os nomes de todos os 28 migrantes abordados – 10 que me deram entrevistas completas e outros 18 cujo contato se deu por conversas informais não gravadas – e os substituímos por nomes fictícios.

Ainda, quanto em termos cronológicos e de divisão do roteiro, me inspirei principalmente na obra *A Caminho da Cidade* de Eunice Durham (1978) [1973], referência nos estudos urbanos e migratórios brasileiros. Do estudo, me apropriei, sobretudo, de sua subdivisão da migração em três momentos — divisão que, por sua vez, é inspirada em Eisenstadt:

> "O **primeiro momento** corresponde à situação anterior à migração, onde se procuram analisar a natureza do equipamento cultural dos migrantes, as causas da migração e sua manifestação como motivação para migrar. [...] O **segundo momento** compreende a análise do processo de deslocamento espacial; e, finalmente, o **terceiro momento** inclui a investigação do migrante na nova situação e processo de integração dos contingentes migratórios às novas condições de vida sociocultural" (p. 11-12, grifos meus).

Pretendi expor até aqui as dificuldades encontradas no início do campo, o referencial que nos permitiu superá-las e as principais referências metodológicas para esta pesquisa, assim como à abordagem adotada para tratar da questão. Não obstante, ao longo das páginas seguintes, creio que tudo ganhará mais forma.

NARRATIVAS SOBRE O "PAÍS EM PAZ"

Essa seção se subdivide em alguns movimentos. De primeira, ambiciono trabalhar o discurso incorporado pelos agentes da MINUSTAH[4] (2004-2017) por meio da análise do discurso do comandante do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil, país que liderou a missão. Depois, explorarei, a partir do recorte da discriminação, as entrevistas conduzidas com os migrantes haitianos e o que me foi revelado por moradores e transeuntes da região do Glicério (São Paulo, SP) quando, em conversas informais durante a condução do trabalho de campo, lhes indagava questões relacionadas à migração, o que pensavam sobre os migrantes e o que acreditavam que dificultava sua aceitação[5] na sociedade local. Para eles, a questão da discriminação era uma tônica recorrente – embora fosse negada por quase todos os haitianos entrevistados. Por fim, farei considerações sobre o relatado dos migrantes em contraposição às contribuições dos moradores locais e do discurso incorporado pelos agentes da MINUSTAH.

Os missionários brasileiros e sua excepcionalidade – the Brazilian way of peacekeeping

O exército brasileiro desempenhou um papel central na vida sociopolítica do Haiti entre 2004 e 2017, quando se iniciou a MINUSTAH até seu fim. Maior contingente da missão e país que a liderou, durante sua duração, o Brasil obteve protagonismo ímpar em sua história de atuação em missões de paz. No entanto, essa ambição precede 2004, pois, de modo a desempenhar com mais eficiência seu papel e a atender normativas internacionais, o exército criou em 2001 o Centro de Preparação e Avaliação para Missões de Paz do Exército Brasileiro (CEPAEB), com a função de orientar o treinamento de todos os militares brasileiros designados às Missões de Paz. Em 2005, o centro foi rebatizado para Centro de Instrução de Operações de Paz (CIOpPaz). Em 2010, por decisão do Ministério da Defesa, unificou-se o treinamento de todos os militares, tanto do exército quanto da marinha, e o CIOpPaz passou a se chamar Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB),

4 A Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti ou MINUSTAH (da sigla em francês para Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti), cujo comando foi dado ao Brasil, foi estabelecida em 30 de abril de 2004 por meio da resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), após quatro anos de ausência de forças das Nações Unidas, a pedido da Comunidade do Caribe (CARICOM), da OEA e do novo governo haitiano. A missão se encerrou em 2017.

5 Estou ciente das limitações do termo de "aceitação", porém acredito que possa trazer uma carga menos dualista e mais crítica do que "inserção" ou "integração". Os migrantes, sem sombra de dúvida, já estão inseridos/integrados às respectivas sociedades receptoras, porém numa condição que os reproduz, em termos gramscianos, como subalternos, ou seja, como aqueles que não podem ser ouvidos. Para maior aprofundamento sobre o conceito de "integração", cf. Koser (2007, p. 24-27) e para uma discussão sobre o conceito de "subalterno" cf. Spivak (2010) [1988]. Voltaremos a essa questão na última seção.

com suas atribuições expandidas "para a preparação de militares e *civis*[6] brasileiros e de *nações amigas* a serem enviados em missões de paz"[7].

Dado o papel que os militares brasileiros ocupam e a importância que o CCOPAB possui, tanto por treinar os *missionários* brasileiros, civis e militares, optou-se por escutar o que seus oficiais teriam a dizer sobre a MINUSTAH e sobre a atuação brasileira na missão. Para isso, participei de um *workshop* denominado *O Brasil e as Missões de Paz da ONU* promovido pelo próprio CCOPAB em parceria com o Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais (NUPRI-USP) nos dias 30 e 31 de maio de 2017 na cidade de São Paulo. É a partir do exposto e das conversas informais com os oficiais que obtivemos as informações que se seguem.

Para o Cel. Ramires (2017), à época comandante do CCOPAB, nossa "cultura ocidental" é o que mais nos aproxima do Haiti. Da mesma forma, o soldado brasileiro é capaz de atuar com maior efetividade em terreno haitiano por "já estar acostumado com a pobreza". Ainda, continua ele, seríamos muito respeitados no exterior graças à quase ausência de abusos sexuais da MINUSTAH e isso se deve "porque somos um país cristão: vemos nossas mães, irmãs, filhas naquelas meninas". A "boa relação" construída, segundo o coronel, se dava graças ao uso proporcional da força por parte das tropas da Missão e pela atuação humanitária das forças armadas brasileiras, que, muitas vezes, prestavam socorro aos haitianos em situação de risco. Isso facilitaria, por sua vez, a coleta de dados de inteligência, o que teria papel estratégico para o bom andamento da Missão.

No entanto, a especificidade maior do Brasil estaria, segundo o coronel, em nossa base social multiétnica e miscigenada, a qual geraria uma maior tolerância para com o diferente, somada a nossa habilidade de atuar em situações de pobreza, vivenciada no próprio Brasil. Ramires, então, reproduz, consciente ou inconscientemente, o discurso da democracia racial, de um país onde há ausência de tensões raciais e reina a tolerância. E mais: o prega aos haitianos e a quem queira ouvir, seja uma plateia de estudantes universitários ou a seus soldados e demais alunos no CCOPAB. É por isso que definem sua prática como *a Brazilian way of peacekeeping* – um jeito brasileiro especial de atuar em missões de paz, em tradução livre; uma suposta excepcionalidade do missionário brasileiro que adviria de seu treinamento, mas também de vir de uma sociedade multiétnica, sem tensões raciais e acostumada a lidar com a pobreza. Essa questão não é de modo algum secundária. Segundo o próprio coronel, a função do CCOPAB é "introjetar" nos soldados as "regras de engajamento" estabelecidas pela ONU. Dito de outra forma, é fazê-los incorporar um *habitus* próprio ao soldado de missão de paz, o qual, juridicamente, opera

6 Igualmente, o CCOPAB treina oficiais – e, eventualmente, civis – brasileiros que queiram se candidatar a cargos na ONU, assim como jornalistas para cobrir as missões e outros civis, graças a parcerias com instituições como Vale, Petrobrás, Odebrecht etc. Ou seja, é responsável pela instrução de boa parte da Missão, muito além das próprias forças armadas.

7 Cf. "Sobre o CCOPAB". Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/G5Q1u2>. Acesso em 30/07/2017. Grifos nossos.

sob uma doutrina militar distinta da do soldado convencional[8]. São componentes desse *habitus*[9] estruturas práticas voltadas a orientar o soldado quando age armado "até os dentes", mas também quando age sem necessariamente guiar-se pelo perigo iminente da violência. É com base nele que os soldados se relacionaram com a população local de modo a obter, dentre outros, dados de inteligência. O que é internalizado no CCOPAB se materializa enquanto *senso prático*[10] do soldado missionário. Soldado que, geralmente, não tem sólida formação em humanidades. O mito da democracia racial, então, pode facilmente ser introjetado. Mais do que como utilizar armas, o CCOPAB imbuí nesses sujeitos uma lente muito particular sobre a sociedade brasileira e sobre a atuação do Brasil, muito bem expressa pelo discurso de seu comandante, o Coronel Ramires. Todavia, para além do coronel, já havia outros registros na literatura de declarações semelhantes por parte de altos oficiais do exército e do corpo diplomático brasileiro (cf. HIRST; NASSER, 2014).

Igualmente, é válido lembrar que o centro não treina apenas militares, como também civis a serviço de grandes empresas e potenciais funcionários das Nações Unidas, o que indica que, muito provavelmente, a capilaridade de seu discurso se expande tanto pela ação dos soldados, quanto pela de civis. Durante o trabalho de campo, também tive a oportunidade de conversar com duas funcionárias de agências da ONU que estiveram e trabalharam no Haiti[11], que também reproduziram a ideia de um relacionamento especial entre os missionários brasileiros e a população local – ou, nas palavras do CCOPAB, *a Brazilian way of peacekeeping.* Ora, sabendo que o poder das palavras não está nelas contido, mas sim na legitimidade daquele que as enuncia (BOURDIEU, 2014a, p.11), não é de se estranhar que esse discurso dos militares ressoe também entre os haitianos. Os sujeitos entrevistados, geralmente, acabavam por mencionar em algum ponto o fato de o Brasil ser um país mais seguro que o Haiti, assim como um lugar onde não sofrem discriminação – *o Brasil, afinal, é um país multiétnico*, muitos migrantes, a semelhança do Cel. Ramires, argumentaram comigo; também "um país de [paz] e em paz", nas palavras de um deles.

Ao que parece, segundo minha hipótese, os migrantes internalizam esse tipo de discurso antes de sua viagem e em solo brasileiro, o reproduzindo por considerá-lo legítimo, mesmo que eventualmente seja contraditório a sua experiência; verdades produzidas pela legitimidade daqueles que a formulam. Em outras palavras, de modo a evitar a quebra do fluxo de expectativas sociais, optam por omitir a sua própria situação de discriminados – a qual é expressa pelos moradores locais da região em que vivem –, temendo serem (mal)

8 De modo sintético, o capacete azul – como são conhecidos os soldados a serviço de missões das Nações Unidas – está submetido ao que se denomina doutrina azul, a qual tem como finalidade proteger a população local. Essa doutrina é complementar à doutrina verde, a tradicional da guerra, cuja finalidade é "eliminar o inimigo". Entende-se que é impossível desvencilhar o soldado da doutrina verde, contudo ambiciona-se, com a doutrina azul, acoplar a ele novos "constrangimentos psicológicos" que modifiquem o *modus operandi* de sua ação.
9 Cf. Bourdieu (2014d).
10 Cf. Bourdieu (1994) [1980].
11 Escolhi por omitir também a identidade das funcionárias.

vistos enquanto ingratos por atacarem o discurso legítimo.

Mas por que o Brasil?

> "A porta tava aberta. A porta tava aberta pra receber estrangeiro" (Entrevista pessoal, São Paulo, 23 de maio de 2017).

De modo geral, todos os entrevistados mencionaram em algum ponto da entrevista o bom momento político-econômico que vivia o Brasil até 2014 enquanto determinante na sua escolha por esse destino, além da pouca dificuldade de entrada e o baixo índice de deportação do país. É, de fato, entre 2010 e 2015 que cresce acentuadamente o número de migrantes haitianos no país (vide Gráfico 1 e Tabela 1).

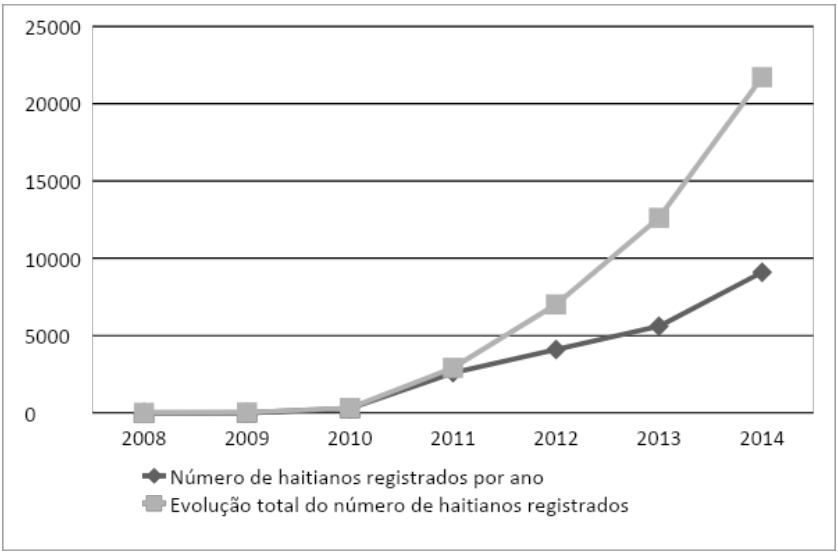


Gráfico 1: Evolução do número de haitianos registrados como permanentes no Brasil (2008-2014)

Fonte: Cavalcanti et al. (2015).

	Turista	Negócios	Estudante	Permanente
2010	192	3	151	0
2011	337	14	102	0
2012	382	11	16	1.405
2013	611	3	21	5.186
2014	302	0	31	6.994
2015	521	1	27	17.750
2016	188	9	3	9.063
Total	**2.533**	**41**	**351**	**40.398**

Tabela 1: Principais vistos emitidos pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe: 2010-16.

Fonte: Divisão de Imigração – Itamaraty (MRE). Solicitação pessoal via Lei de Acesso à Informação.

Há uma leitura comum que expõe o país, tanto no plano doméstico quanto no internacional, como um lugar (i) *pacífico* – "o Brasil é um país tranquilo, não tem guerra como nos Estados Unidos, que todo dia tá indo fazer guerra [...] País que não gosta de guerra, todo mundo vem, fica tranquilo, pode andar na rua sem problema, sem muito bandido"[12] –, (ii) *estável politicamente* – "[o Haiti tem] um problema político [...], não guerra civil, mas um problema político muito urgente... tem muita violência no Haiti. Por isso eu vim pro Brasil, se você fica na rua [lá], matam pessoas. [Há um] problema político muito sério. [...] [No] Brasil, não tem isso"[13] – (iii) e com *uma economia sólida*, geradora de empregos – "vim pro Brasil porque meu irmão me disse: 'Marcos, aqui tem muito trabalho, oportunidade... as coisas são melhores"[14]. Há, em suma, a reprodução de uma narrativa que constrói o Brasil enquanto um país tolerante, "aberto" à diferença e aos "estrangeiros", sem *tanta* violência – em comparação ao Haiti – política e/ou criminosa e com maiores possibilidades econômicas. Ressoam, então, em muitas partes, o discurso do coronel: o país aberto e tolerante com a diferença e, pois, com os estrangeiros – identidade assumida pelos próprios haitianos. De modo geral, essas razões somadas à presença de familiares no país – a importância das redes de contatos é vital[15] – e a relativa facilidade de entrada no país foram o apontado para a escolha do Brasil como destino de imigração. Não obstante, outros fatores também exerceram/exercem atração nos sujeitos migrantes em relação ao Brasil ou a uma concepção específica de brasilidade: música, carnaval, futebol, sociabilidade dos brasileiros etc.

Sociabilidades afetivas e discriminação

Um fator positivo apontado por parte dos migrantes era a boa relação afetiva que diziam possuir com brasileiros – ou, de modo mais preciso, com *alguns* brasileiros. Entretanto, esse fator não é de modo algum unânime, posto que encontrei sujeitos que diziam não ter relação afetiva *nenhuma* com a população local, mesmo já estando aqui por um período de tempo superior a três anos. Magalhães (2017), ao conduzir sua pesquisa em Balneário Camboriú (SC), encontrou uma realidade similar, porém com maior número (95) de entrevistados. Em suma, "quase um terço do grupo analisado mantém-se segregado, ou seja, vinculados apenas entre os demais membros da comunidade migrante – e sem relacionamento com brasileiros" (MAGALHÃES, 2017, p. 231), o que é em si preocupante.

12 Entrevista concedida em 9 de maio de 2017.
13 Entrevista concedida em 23 de maio de 2017.
14 Entrevista concedida em 18 de abril de 2017.
15 Outras pesquisas sobre migração haitiana também identificaram o papel das redes sociais ou de contatos como fundamental na catalisação do processo migratório, vide Araujo (2015) e Magalhães (2017). Ao que parece, há a inserção definitiva do Brasil nas rotas de imigração haitiana, as quais remontam há mais de um século, e que, nos termos de Durham (1978), constituem uma *tradição migratória* – o Haiti é um país de migrantes (COSTA, 2016, p. 8; COUPEAU, 2008, p. 1). Sendo assim, é possível que o Brasil assuma a centralidade das rotas dessa tradição, graças à consolidação das redes sociais haitianas em seu território, caso haja uma retomada do crescimento econômico e do emprego no país somada à manutenção do atual enrijecimento da tolerância à migração nos países desenvolvidos.

Não há evidência que sustente a hipótese que estou prestes a levantar além do observado durante meu trabalho etnográfico e do revelado a mim durante as entrevistas, mas me parecia que duas variáveis são centrais na compreensão do processo de construção de laços afetivos com brasileiros: conhecimento da língua portuguesa e faixa etária. Todos os entrevistados que afirmaram possuir boas relações afetivas com brasileiros tinham domínio da língua, assim como possuíam idade entre 20 e 40 anos. Ainda, também coincidiu – ou não – de estarem sempre em grupos de três ou mais migrantes, enquanto os cinco migrantes que me afirmaram não ter relações afetivas com brasileiros estavam mais isolados no pátio da Missão, sozinhos ou acompanhados de apenas mais uma pessoa.

No que tange à discriminação, também encontrei apenas um contingente pequeno, dois, de migrantes que afirmaram tê-la sofrido, apesar de parte considerável dos demais admitir que ela possa ocorrer com *outros* migrantes, mas sempre negando que tenha ocorrido com eles:

> Não sei se tem [discriminação contra haitianos], mas pode [ser] que tem; pode ser, mas eu não encontra isso, você sabe [que] em qualquer país você encontra gente que é bom e encontra também gente que é mal, mas para mim, perto de minha casa, para mim, todos os meus amigos brasileiros, minha amiga brasileira, tudo bem comigo... [eu] ***nunca achou gente assim racista aqui não, falar coisa mal de mim, pode ser que tem, mas eu não encontra... não sei se tem outro haitiano que encontra isso, mas eu não***. [...] Nunca encontrei um brasileiro que me trate mal... eu tô falando, eu não sei se tem, mas eu nunca encontrei um brasileiro que me tratou mal, é sempre "João, você tá bem? Tá tudo bem com você?". Por exemplo, perto de minha casa, eu tenho um amigo brasileiro que ele me liga, liga para mim e "fala João, onde você tá? Tá tudo bem? Você tem comida hoje para comer?" Se eu não tem comida, ele fala para mim falar pra ele que eu não tem comida e ele compra comida para mim, sempre encontrar um amigo brasileiro que não é mal comigo, não[16].

A negação da discriminação e seu *porquê* é o aspecto central desse trabalho. Ambicionamos abordá-la com mais corpo doravante e traçar uma possível explicação para sua ocorrência nas páginas seguintes: ela seria utilizada enquanto estratégia de resistência por parte dos migrantes.

A questão da discriminação

Quando conversava informalmente com moradores locais, trabalhadores e/ou transeuntes – doravante denominados em conjunto de "locais" – da região do Glicério e comentava sobre a questão do crescente número de migrantes haitianos nas últimas décadas, três fatores, de certa forma, sempre estavam presentes em suas considerações: a cor de pele, a discriminação que sofrem e a percepção de "invasão" da região por parte dos migrantes. Isso era um tanto quanto curioso. Considerando que etnia, ser lido como "invasor" e sofrer discriminação são três variáveis que se entrelaçam, é importante lê-las com atenção e em conjunto.

16 Entrevista concedida em 21 de fevereiro de 2017.

A cor da pele, o *preto*, é o estigma que os haitianos carregam consigo desde que deixam seu país natal. “Me tornei preto aos 19 anos de idade”, me disse um haitiano, referindo-se a quando chegara ao Brasil. Literalmente, marcada em seus rostos, sua cor lhes insere num complexo amálgama de relações sócio-raciais do país onde há racismo *sem haver racistas*. Ser negro, no Brasil, significa ter as probabilidades de acesso ao ensino superior reduzidas em muito, as quais caem ainda mais caso o negro em questão seja pobre – mesmo se em comparação a seus pares brancos (LIMA; PRATES, 2015). Ainda, significa, em média, ganhar menos do que os brancos, posto que, como Silveira e Muniz (2014) demonstram, a cor da pele, no âmbito intrametropolitano, tem maior impacto nos ganhos auferidos do trabalho do que a localização residencial geográfica dos indivíduos na metrópole; assim como significa estar inserido numa lógica que favorece sua própria segregação socioespacial, a qual, em si, age como mecanismo reprodutor das desigualdades que a ela dão origem (*ibidem*). Isso para falar *apenas* de educação, renda e moradia, sem entrar no mérito de outros constrangimentos estruturais. Todavia, tais migrantes não só são negros, porém, obviamente, também *haitianos*; mas mesmo que não fosse uma informação óbvia, a maneira com que os locais os retratavam não poderia deixar-me esquecê-lo. As próprias expressões utilizadas não raro para referir-se à migração – “invasão”, “onda” etc. – assim como a constante marcação dos sujeitos migrantes enquanto *estrangeiros* – palavra mais usada, tanto pelos migrantes, quanto pelos não migrantes, para caracterizar os haitianos – indicam que, além de negros, tais indivíduos são lidos como negros *de fora*. Estranhos a serem assimilados. Acoplada a essa percepção – ou melhor, constatação –, os sujeitos locais me contavam sobre como “nem sequer conseg[uiam] imaginar o preconceito sofrido por esses haitianos”. Era inegável, então, que para a população brasileira vivendo junto aos migrantes *há* discriminação contra eles. Apesar de, via de regra, os locais negarem praticar qualquer tipo de discriminação contra os migrantes – como é a norma no Brasil –, sempre reconheciam que ela existia. A situação era um tanto quanto inusitada.

Os haitianos negavam sofrer discriminação, ao passo que os locais atestavam a sua existência. Em outras palavras, as vítimas negavam a violência a que são submetidas, enquanto seus agressores a reconheciam. A inquietação advinda desse aparente paradoxo foi forte e, então, conduziu a que se estabelecesse o recorte da discriminação para ser a questão central desse trabalho, que será analisado a seguir, entrelaçando-se as narrativas trabalhadas nessa seção.

A QUESTÃO DA DISCRIMINAÇÃO: A NEGAÇÃO DO INEGÁVEL ENQUANTO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA

A fronteira é, mais do que uma delimitação geográfica ou um estatuto jurídico, uma experiência vivenciada diariamente pelo migrante (JOHNSON, 2017). Ao adentrar

em um novo país, o migrante está sujeito a seus códigos e particularidades sociais, os quais, frutos de uma luta por classificação e reconhecimento, determinam as práticas dos indivíduos desse país em específico e atuam como contínua marcação de seu estatuto de estrangeiro. A fronteira, então, é também um ato de conhecimento, poder simbólico, firmada no reconhecimento, e que possibilita a existência do que enuncia – a nação (BOURDIEU, 2014b). Ela produz o Outro continuamente ao mesmo tempo em que é fruto dessa produção.

Desta forma, os migrantes encontram a fronteira todo dia, cotidianamente. Ela pode se materializar de múltiplas maneiras em sua realidade social, todavia estando sempre relacionada à posição do sujeito em um determinado sistema de classificação e, pois, em um determinado espaço social. Sabendo que toda disputa sociopolítica se dá pelo reconhecimento em ou de um determinado sistema de classificação (cf. HONNETH, 1995) afirmar que essa é a origem da fronteira que separa os migrantes – o *estrangeiro* – dos locais não é de modo algum trivial. Os migrantes, por sua própria condição, já chegam à sociedade receptora em uma posição relativa inferior a seus anfitriões, muitas vezes em condição de subalternidade, ou seja, em termos gramscianos (cf. SPIVAK, 2010), *sem poder falar* (JOHNSON, 2016) nas duas acepções do termo, isto é, tanto por não dominarem o idioma quanto por não serem ouvidos. Além disso, ainda têm que agir de modo a constituir estratégias visando atingir as condições necessárias para que possam ali reproduzir sua vida da melhor forma possível. Mal posicionados na hierarquia social e, pois, subalternos, as estratégias construídas por eles fortemente refletem sua posição estrutural e as dinâmicas de violência simbólica a que estão submetidos.

Defendo, então, a hipótese que a negação da discriminação por parte dos haitianos se constitui enquanto uma *estratégia*, no sentido bourdieusiano da palavra, de resistência às dificuldades que se impõem durante o processo migratório. Em outras palavras, em assuntos sensíveis, "eles [migrantes entrevistados] dizem o que acham que você quer ouvir", conforme me relatou um migrante haitiano apresentado por um colega com quem esse migrante possuía vínculos afetivos de longa data, ou seja, tentam evitar qualquer tipo de *constrangimento*, nos termos de Goffman (2011) [1967] – isto é, que se quebre a corrente de expectativa social que liga os dois lados de uma interação. Inteligentes, mas vulneráveis, os migrantes optam por omitir o que vivenciam de modo a evitar que sejam mal vistos pela sociedade receptora. Na série de entrevistas que realizei no pátio da Missão Paz[17], apenas um migrante – o outro foi em um encontro privado organizado por um amigo – me confirmou verbalmente a existência de discriminação no Brasil, mas, mesmo assim, depois de num primeiro momento tê-la negado:

> Aqui nunca fui [discriminado], aqui todos os brasileiros querem ficar comigo, pergunta[m] se tá tudo bem. Aqui, eu sei, não tem discriminação, discriminação de preto e branco, senão você paga na justiça... (silêncio) mas aqui tem muita

17 10 entrevistas completas, junto a outros 18 contatos informais e entrevistas interrompidas pela metade.

> discriminação, eu... pessoa[l] não fala, mas tem muita discriminação no Brasil, você sabe: você é brasileiro. Não fala, mas tem muito, é mais disfarçado[18].

A grande maioria, no entanto, se recusava a "falar mal do Brasil".

> Brasil, Brasil é difícil. Sempre tem alguém que tá vivendo bem, entendeu? Eu não vou falar mal pra ninguém do Brasil. Se quiser vir, vem. No fim, tudo vai depender de Deus. Não, não vou falar mal do Brasil, em nenhum momento[19].

É curiosa a situação que levou à virada no discurso do único migrante que, na Missão Paz, confessou sofrer discriminação. Jovem, simpático e muito amigável, desde o primeiro contato, foi muito gentil comigo. Durante a entrevista, ríamos, enquanto ele me contava casos de sua vida pessoal e de sua trajetória no Brasil, tudo muito fluidamente: até essa pergunta. De início, começou a responder reproduzindo o mesmo que já tinha ouvido de seus pares, a negação da discriminação, sem sequer me olhar nos olhos, até que, depois de um momento de silêncio, voltou atrás e decidiu contar-me que não só há discriminação, mas como há "muita" e "disfarçada".

Não é nem um pouco exagerado supor que os migrantes, além do apercebido durante sua estada no Brasil, já haviam internalizado, desde o Haiti, um determinado discurso sobre o país, o contido na fala padrão dos missionários, expresso pelo mito da democracia racial propagado pelo Cel. Ramires, comandante do centro que forma os soldados e parte dos civis que atuarão na Missão. Se "o brasileiro tem preconceito de ter preconceito" é porque tem vergonha, e certamente é compreensível que os migrantes, em sua posição, não queiram relembrar-lhes as suas mazelas sociais. Pensemos: além de haitianos, são negros em um país cujas marcas do racismo são tão profundas que eu poderia gastar uma página inteira apenas com uma nota de rodapé composta por referências confirmando-as. É ainda válido relembrar que, na mesma cidade de São Paulo, onde conduzi as entrevistas, cerca de dois anos antes de meu campo, seis haitianos foram baleados aos gritos de "haitianos, vocês roubam nossos empregos!"[20], assim como do caso do assassinato, igualmente motivado por ódio racial/xenófobo, de um trabalhador naval haitiano, Fetiere Sterlin, em Santa Catarina[21]. Sendo assim, podemos observar que a negação da discriminação por parte dos entrevistados pode ser descrita como espécie de negação do inegável, ao passo que é totalmente compreensível dada sua posição na estrutura social.

Acredito que o migrante, simbolicamente desterritorializado e desenraizado, lançado à vida em um país estrangeiro, subalterno e mal posicionado no atual sistema de classificação, se priva de atestar a violência que sofre, de modo a evitar tanto constrangimento quanto potencial retaliação de quem não reconheça legitimidade em sua

18 Entrevista realizada em 9 de maio de 2017.

19 Entrevista realizada em 21 de fevereiro de 2017

20 "Seis imigrantes haitianos são baleados em São Paulo". *Carta Capital*, 8 de agosto de 2015. Disponível em:<https://www.cartacapital.com.br/blogs/parlatorio/seis-imigrantes-haitianos-sao-baleados-em-sao-paulo-9027.html> Acesso em 01/08/17.

21 "O corpo de Fetiere, negado três vezes". **El País**, 24 de outubro de 2015. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/24/internacional/1445714487_314367.html>. Acesso em 01/08/17.

fala, assim como de modo a evitar potenciais entraves a seu processo de aceitação social. Sendo assim, a compreensão do impacto que minha posição de pesquisador desempenha nos sujeitos têm papel central – a qual, pela própria assimetria advinda das diferentes posições na hierarquia social, pode ser instrumento de violência simbólica (BOURDIEU, 1997, p. 716) [1993].

Por mais que tentasse construir uma atmosfera confortável para o entrevistado, em apenas uma hora, no momento em que acabamos de nos conhecer, não creio que as condições – e a perícia do pesquisador – tenham sido suficientes para tal. Eles dizem o que escolhem dizer, e essa escolha é fruto da análise que o entrevistado faz do entrevistador. Sou brasileiro, mais claro que todos eles – apesar de ser pardo –, universitário, jovem etc. e todas essas características são lidas por eles, assim como as deles são, por mim, lidas. Não há fluxo de mão única: ao tomá-los como objetos de conhecimento, eles também o fazem comigo – como em qualquer interação. Portanto, a leitura que fazem da minha posição evidentemente influencia no que vão escolher para me contar. Talvez, então, por essa leitura que fazem de mim, acreditem que eu vá preferir ouvir que não há discriminação, que o Brasil deles, a semelhança do Brasil do Cel. Ramires, não possui tensões raciais – nem xenófobas.

Como contraponto à minha hipótese, poder-se-ia argumentar que há a possibilidade de a grande maioria dos haitianos entrevistados de fato não se sentir discriminada uma vez em território brasileiro. As tensões raciais no Brasil são mais sutis e "disfarçadas" que nos Estados Unidos ou na República Dominicana, por exemplo, os dois maiores receptores de imigrantes haitianos do mundo. Desta forma, seria possível que os migrantes, comparativamente, não sentissem discriminação, pelo menos não com a carga semântica que a palavra supostamente possuiria, mais atrelada a suas experiências.

Entretanto, não é o que sou levado a crer. Os dois haitianos com quem conversei e com quem consegui construir a maior situação de confiança me afirmaram haver, sim, *muita* discriminação, ainda que *disfarçada*. Com os demais, apesar de terem negado sofrer discriminação, sua postura, de certa forma, os contradizia. Em quase todos os casos, quando a pergunta surgia – sempre em um fluxo, após o migrante me contar sobre dificuldades que enfrentava em São Paulo – havia constrangimento, o entrevistado não esperava que eu fizesse essa pergunta: o olhar se desviava, a postura corporal se retraia, a fala ficava mais pausada. Se há constrangimento ao falar de discriminação é porque não é um assunto do qual se possa falar livremente – ou seja, ela atua como um tabu. *E não há como haver tabu do inexistente*.

Não é só por isso, todavia, que sou levado a crer na existência de discriminação. O haitiano que me dissera que os entrevistados diriam o que achassem que quero ouvir é amigo de longa data de um amigo, também pesquisador. Por isso, fomos apresentados. Esse rapaz, muito articulado, milita desde que chegou ao Brasil por melhores condições para os haitianos. Inicialmente, residia em Santa Catarina, mas, por considerar ter pouco

horizonte no estado, veio a São Paulo. Aqui, junto com outros colegas haitianos, esse rapaz fundava a União Social dos Imigrantes Haitianos, organização que pretendia agir como um ponto de contato entre a comunidade e como instrumento para "restaurar a dignidade" de alguns migrantes. Muitos, contou-me ele, acabam adquirindo problemas mentais ou vícios devido à falta de oportunidades e de espaços de acolhida num sentido mais do que físico: cultural. Nas palavras desse migrante, não pretendem retratar-se como "coitadinhos", pois não o são; querem realizar ações para ajudar a comunidade haitiana, mas, para isso, precisam ter como fazê-lo. "Resistem", novamente nas palavras do jovem, e vão continuar "resistindo" às intempéries e dificuldades do processo migratório, dentre as quais está a discriminação, em parte, causa dos problemas psicológicos que muitos migrantes enfrentam. Para que fundar uma associação – ou melhor, *união* – se tudo está bem e não há discriminação?

Sendo assim, identificamos duas abordagens distintas em relação ao problema da discriminação que, cada uma com sua particularidade, são adotadas pelos migrantes estudados. A primeira consiste na sua negação de modo a evitar constrangimento e potenciais entraves a seu processo de aceitação social; a grande maioria dos entrevistados parece recorrer a essa. Já a segunda é a abordagem da União, mais *positiva* – no sentido da ação –, construindo espaços em que o migrante possa edificar vínculos de solidariedade com os demais e obter apoio quando necessário, de modo a mitigar as mazelas que recaem sobre seus pares. A primeira parece dizer respeito à esfera individual; enquanto a segunda, à pública.

CONCLUSÃO

Toda migração é um fenômeno multifacetado e carrega consigo inúmeros matizes diferentes. Nenhum migrante é igual a outro, apesar do fenômeno migratório tender a apagar distinções e diferenças por meio de violência simbólica. Sendo assim, o seu estudo se faz imensamente pertinente, assim como das dificuldades, estratégias e dinâmicas com que se confrontam os sujeitos migrantes. A partir dessa contextualização, ambicionei construir uma exposição do trabalho de campo que conseguisse retratar os principais pontos de recorrência da fala dos migrantes, tendo como foco o recorte da questão da discriminação, eixo central desse trabalho. Por fim, explorar minha hipótese para explicar a *negação do inegável*, isto é, da própria discriminação por parte dos migrantes. Esses sujeitos negavam a realidade que vivenciavam visando não confrontar um discurso estabelecido, que retrata o Brasil enquanto país livre de tensões raciais – a democracia racial –, o qual internalizam previamente e veem como legítimo. Em outras palavras, *negam a discriminação para evitar criar situações de constrangimento com a sociedade receptora*, prevenindo-se de serem (mal) vistos enquanto *coitadistas* ou ingratos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Adriano A. A. (2015). **Réve de Brézil:** a inserção de um grupo de haitianos em Santo André. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do ABC, Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais, Santo André, SP.

BOURDIEU, Pierre (1994). **Le sens pratique.** Paris: Les Editions de Minuit.

_____ (coord.) (1997). **Miséria do mundo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (1999) et al. **A profissão do sociólogo**. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____ (2014). "Introdução a uma Sociologia Reflexiva" *in* **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

_____ (2014a). "Sobre o Poder Simbólico" *in* **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

_____ (2014b). "A Identidade e a Representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região" *in* **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

_____ (2014c). "Le mort saisit le vif. As relações entre a História Reificada e a História Incorporada" *in* **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

_____ (2014d). "A gênese dos conceitos de habitus e campo" *in* **O Poder Simbólico**. Lisboa: Edições 70.

_____ (2015). "Condição de Classe e Posição de Classe" *in* **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva.

CAVALCANTI, L et al (2015). **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Anuário 2015.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho e Previdência Social/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra.

COSTA, Gelmino (2016). Memória da chegada de imigrantes haitianos a Manaus, 2010-2014: presença da Pastoral do Migrante. **Cadernos de migração – 8**. São Paulo, Centro de Estudos Migratórios.

CORREA, Mariana Almeida Silveira et al (2015). MIGRAÇÃO POR SOBREVIVÊNCIA: SOLUÇÕES BRASILEIRAS. **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.**, Brasília , v. 23, n. 44, p. 221-236, June 2015 .

COUPEAU, Steve (2008). **The History of Haiti**. Westport & London: Greenwood Press.

DURHAM, Eunice (1978). **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva.

GIRARD, Phillipe R (2005). **Paradise Lost:** Haiti's Tumultuous Journey from Pearl of the Caribbean to Third World Hot Spot. New York: Palgrave Macmillan.

GOFFMAN, Erving (2011). "Constrangimento e organização social" *in* **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes.

HELMAN, Gerald B.; RATNER, Steven R. (1992). Saving Failed States. **Foreign Policy**, [s/l], n. 89, winter 1992-1993.

HIRST, Mônica; NASSER, Reginaldo M (2014). “Brazil’s involvement in peacekeeping operations: the new defense-security-foreign policy nexus”. **NOREF Report**, september 2014.

HANDERSON, Joseph (2015). ***Diáspora.* As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

HONNETH, Axel (1995). **The struggle for recognition**: the moral grammar of social conflict. Cambridge, MA: MIT Press.

JOHNSON, Heather L. (2016). “Narrating Entanglements: Rethinking the Local/Global Divide in Ethnographic Migration Research”. **International Political Sociology**, [s/l], v. 10, n. 4 [p. 383-397].

JOHNSON, Heather L (2017). Apresentação. **Borders, boundaries, frontiers**. IPS Winter School/IRI PUC-Rio. Rio de Janeiro, 6 de julho de 2017.

KOSER, Khalid (2007). **International Migration**: A Very Short Introduction. New York, NY: Oxford University Press.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian (2015). “Desigualdades raciais no Brasil: um desafio persistente” *in* ARRETCHE, Marta (org). **Trajetórias das desigualdades**: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. São Paulo: Editora UNESP.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires (2017). **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CEL. RAMIRES (2017). Apresentação. **Brasil e as Missões de Paz da ONU** (workshop). NUPRI-USP/ CCOPAB. São Paulo, 30-31 maio de 2017.

REDIN, Giuliana; BARBOSA, Juliana Graffunder (2014). “Da Seguranca Internacional a Seguranca Humana: implicacoes do instituto juridico do refugio e o caso da politica externa bilateral Brasil-Haiti na questao imigratoria.” **Boletim Meridiano 47**. v. 15, n. 141, p. 10-17, jan/fev 2014.

SAYAD, Abdelmalek (1998). **Imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Edusp.

_____ (2000). “O retorno: elemento constitutivo da condição do imigrante”. **Travessia – Revista do Migrante**, ano XIII (número especial), pp. 7-32.

SILVEIRA, Leonardo; MUNIZ, Jerônimo (2014). Variações intra e intermetropolitanas da desigualdade de renda racial. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, v. 16, n. 31, jun 2014 [p. 265-289]

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2010). **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG.

CAPÍTULO 5

ANTECIPAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS E MERCADO DE TRABALHO: (IR) RELEVÂNCIA DOS STAKEHOLDERS ACADÉMICOS

Data de aceite: 01/03/2022

Ana Paula Marques
Socióloga, Departamento de Sociologia da Universidade do Minho/ Investigadora, CECS (Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade) da Universidade do Minho
Braga, Portugal
ORCID: 0000-0002-9458-2915

RESUMO: O pressuposto de interação entre ensino superior e mercado de trabalho é assumido como uma das principais reconfigurações em curso no seculo XXI, com especial destaque para o envolvimento dos stakeholders no processo de aprendizagem. Com base nos principais resultados do projeto Link.EES - Aprendizagens empreendedoras, cooperação e mercado de trabalho: boas práticas no ensino superior (POAT-FSE), pretende-se contribuir para a discussão da (ir)relevância dos stakeholders académicos na dinamização de iniciativas de aprendizagens não formais/ informais focadas num esforço de antecipação de competências transversais exigidas pelo mercado de trabalho globalizado e cada vez mais digitalizado. Este capítulo estrutura-se em três partes. Numa primeira, revisita-se brevemente as principais missões do ensino superior e suas transformações recentes. Em seguida, expõem-se os objetivos e enquadramento metodológico do projeto. Na terceira parte, apresentam-se os principais perfis dos stakeholders académicos, suas redes e vantagens associadas, bem como se faz um balanço centrado nas iniciativas realizadas no período compreendido entre 2007-2013. Em suma, visa-se repensar as ações e iniciativas assentes em relações de cooperação e redes interinstitucionais e desenvolver novos modelos de governação dos stakeholders académicos.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior; Stakeholders; Aprendizagem não formal e informal; Redes e cooperação.

TRANSVERSAL SKILLS ANTICIPATION AND LABOUR MARKET: (IR)RELEVANCE OF ACADEMIC STAKEHOLDERS

ABSTRACT: The interaction between higher education and labour market is assumed to be one of the main ongoing reconfigurations in the 21st century, highlighting the involvement of stakeholders in the learning process. Based on research project findings Link.EES – Entrepreneurial apprenticeships, cooperation and labour market: good practices in higher education (POAT-FSE), it is intended to contribute to discussion regarding the (ir)relevance of the academic stakeholders in the revitalisation of non-formal/informal Learning initiatives focused on an effort to anticipate transversal skills required by the globalized and increasingly digitalized labour market. This chapter is divided into three parts. First, the main missions of higher education and its recent transformations are briefly revisited. Second, the objectives and methodological framework of the project are explained. Third, the profiles of academic stakeholders, theirs networks and advantages, as well as an assessment focused on the initiatives carried out in the period 2007-2013 are presented. In sum, we propose to rethink the actions and initiatives

based on cooperation relations and inter-institutional networks, and develop new models of governance for academic stakeholders.
KEYWORD: Higher Education; Stakeholders; Non formal and Informal learning; Cooperation and networks.

1 I INTRODUÇÃO

No contexto de uma sessão semi-plenária "Descentralizar, desenvolver, inovação: um olhar sobre o ordenamento do território", organizada pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS)[1], para a qual fui convidada para participar como oradora, entendi desenvolver uma reflexão sobre a temática das aprendizagens não formais/informais no sentido de desenvolvimento de competências transversais e sua articulação com os diversos stakeholders no domínio de atuação ao nível do ensino superior. A partir da oportunidade de revisitar os resultados empíricos que suportaram aquele estudo que esteve na base dessa publicação[2], pretende-se com o presente capítulo ampliar aquela discussão, por um lado, convocando as competências transversais enquanto potencial de resposta para as mudanças no mundo do trabalho em curso e identificar as exigências postas ao nível da intervenção do ensino superior, em especial dos stakeholders académicos, na preparação dos diplomados para o mercado de trabalho, por outro.

Assim, com uma perspetiva crítica assume-se que as instituições do ensino superior têm vindo a ser assoberbadas por funções diversas por força das missões de ensino, investigação e transferência do conhecimento, o que têm originando exigências acrescidas junto dos diversos atores-chave ou stakeholders[3], internos (por exemplo, alunos, professores, investigadores e administrativos) e externos que se relacionam com áreas de atuação como, por exemplo, indústria, cultura, saúde, território, desenvolvimento e mercado de trabalho, e respetivos atores institucionais.

Para efeitos deste capítulo, iremos dar destaque sobretudo aos stakeholders que, atuando no âmbito do espaço académico, são atores-chaves decisivos na promoção de competências transversais que se revelam cruciais na capacitação e facilitação de estudantes e diplomados no processo de transição para o mercado de trabalho. Como tal, estes atores-chaves são desafiados a desenvolverem novas estratégias colaborativas de formação centradas nos estudantes e diplomados, a par das instituições do ensino superior, seus responsáveis e toda comunidade educativa. Esta perspetiva ancora-se nos conceitos de "Sociedade de Aprendizagem" e de "Educação ao longo da vida", apostando

1 IX Congresso de Sociologia organizado pela APS, subordinada à temática Portugal. Território de Territórios, que teve lugar entre 6 e 8 de junho 2016, na Universidade de Algarve.
2 O presente capítulo constitui uma ampliação do estudo publicado "Aprendizagens não formais/informais e mercado de trabalho: (ir)relevância dos stakeholders académicos" nas Atas no IX Congresso Português de Sociologia (https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/Semi-plenaria_Descentralizar,%20desenvolver,%20inovar_Ana%20Paula%20Marques.pdf)
3 Ultrapassa os propósitos presente capítulo efetuar uma discussão sobre os significados atribuídos à expressão "stakeholder" dada a abrangência da temática.

na complementaridade entre aprendizagens formal, não-formal e informal.

Com base nos principais resultados do projeto de investigação Link.EES - Aprendizagens empreendedoras, cooperação e mercado de trabalho: boas práticas no ensino superior (POAT-FSE)[4], pretende-se contribuir para a discussão do (ir)relevância dos stakeholders académicos na dinamização de iniciativas de aprendizagens não formais/ informais focadas nas temáticas da empregabilidade e empreendedorismo. Assumimos o sentido de stakeholders atribuído por Amaral & Magalhães (2000: 16), que representam "terceiros que atuam entre os dois principais parceiros – a comunidade de académicos e os interesses da sociedade". São várias as entidades que têm vindo a assumir uma visibilidade crescente na implementação sobretudo da "terceira" missão das Instituições do Ensino Superior (IES), ou seja, a transferência de conhecimento para a comunidade envolvente.

Este capítulo estrutura-se em três partes. Numa primeira, revisita-se brevemente as principais missões do ensino superior e suas transformações recentes, com destaque para o lugar das competências transversais como fazendo parte do recente desígnio educativo orientado para o mercado de trabalho. Em seguida, expõem-se os objetivos e enquadramento metodológico do projeto. Na terceira parte, apresentam-se os principais perfis dos stakeholders académicos, as redes e vantagens associadas, bem como se faz um balanço centrado nas iniciativas realizadas no período compreendido entre 2007-2013.

2 | DA "TERCEIRA" MISSÃO DO ENSINO SUPERIOR: COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS

Às missões centrais de ensino e investigação atribuídas, nos últimos anos, às Instituições do Ensino Superior (IES), desenvolve-se uma terceira missão, a de crescente transferência do conhecimento para a sociedade e o exigente exercício de um diálogo crítico com os diversos atores sociais. Esta dinâmica de cooperação surge ainda mais reforçada no quadro da Europa 2020, em que universidades e centros de I&D são convocados para participarem mais ativamente em redes de consórcio e em equipas multidisciplinares. Ao se realçar as vantagens competitivas de cada país e região, assume-se que as IES, em articulação com os principais atores-chave ou stakeholders, têm um papel importante na produção, circulação e transferência de conhecimento em torno de uma visão de futuro orientada para a excelência da inovação e transformação económica e social da comunidade envolvente. É nesse sentido que Teichler (2009) refere, criticamente, o "alinhamento" progressivo do ensino superior à logica do mercado, com todas as consequências daí decorrentes, sobretudo quanto aos paradoxos e controvérsias associadas ao papel do ensino superior e sua relação com o mercado de trabalho. Para Alves (2020: 52), parecem evidentes as contradições em que o ensino superior se encontra envolvido perante a "excessiva importância" atribuída à dimensão do mercado de trabalho e à lógica económica

4 Projeto de investigação financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu.

daí decorrente, face ao valor da universidade como "espaço de educação, ciência e cultura de um modo mais abrangente".

O envolvimento de vários stakeholders tem criado uma dinâmica positiva no contexto das IES (Matlay, 2008) que passa por duas vertentes principais. A primeira consiste no reforço do empreendedorismo ligado à inovação, transferência de tecnologia e criação de empresas. Este estímulo direto consubstanciou-se na criação de novas estruturas académicas e de interfaces na área do empreendedorismo/emprego (e.g. gabinetes de empreendedorismo/inserção na vida ativa; centros de empreendedorismo; centros de inovação e de transferência de conhecimento; clubes de empreendedorismo) que, em estreita articulação com vários stakeholders (e.g. empresários, associações comerciais e industriais, comunidades locais, ONG) apoiam a aprendizagem empreendedora. A segunda vertente, em resultado desta dinâmica, traduz-se no aumento da oferta de atividades extracurriculares nos planos formais de ensino, por um lado, e de apoios e medidas que disponibilizam conhecimentos decorrentes da experiência prática e das redes de competências de diferentes atores-chave, por outro.

Numa sociedade em que a globalização é um elemento-chave e a dimensão europeia e mundial dos negócios uma realidade tangível, torna-se imperativo ser capaz de utilizar competências transversais. Como tal, desde os finais do século XX se tem vindo a fomentar a aquisição de competências transversais orientadas para uma cultura empreendedora no sentido amplo do "espírito empresarial" (EC, 2012)[5]. Na verdade, as competências transversais e empreendedoras podem ser desenvolvida no contexto educativo institucionalizado, mas também podem ser encorajadas de muitas outras maneiras, a partir de estratégias não formais e informais de aprendizagem, como sejam, por exemplo: estágios e experiências de mobilidade curricular, participação em associações diversas (desde desportivas a cívicas) e em iniciativas de organização (e.g. seminários, concurso de ideias e prémios) e apoio a eventos científicos, culturais e sociais, entre outras. Estas estratégias podem revelar-se importantes no processo de transição para o mercado de trabalho, na obtenção de um emprego, na estruturação de uma carreira pela antecipação de projetos e "futuros" profissionais possíveis (Marques, 2020, 2019, 2016a).

3 | PROJETO LINK.EES: PRESSUPOSTOS, OBJETIVOS E METODOLOGIA DE SUPORTE[6]

3.1 Pressupostos e objetivos

Independentemente das polémicas e controvérsias associadas às distinções entre aprendizagens formais, não formais e informais é relevante neste estudo destacar o

5 Nesse sentido, no âmbito deste capítulo assumimos como relativamente equivalentes os conceitos de competências transversais e empreendedoras.
6 As partes subsequentes deste capítulo suportam-se na publicação do estudo completo (cf. Marques, 2016a).

potencial das aprendizagens não formais e informais no desenvolvimento de competências transversais e empreendedoras no contexto do ensino superior. Estas aprendizagens tendem a reportar-se a um conjunto de iniciativas que permite o desenvolvimento pessoal e profissional dos estudantes/diplomados (e.g. através da participação em estágios ou experiências profissionais, atividades extracurriculares, associações juvenis, programas de mobilidade, organização de eventos, voluntariado, entre outras); e, por outro lado, ações e iniciativas mais orientadas para a criação de próprio negócio/ autoemprego (e.g. formação específica e cursos ou módulos formativos), bem como atividades de mentorização e acompanhamento para a implementação de projetos (e.g. incubação, tutoria, consultoria técnico-especializada).

Com efeito, são ainda relativamente desconhecidas aquelas iniciativas e programas não formais e informais que, em paralelo aos projetos formais de aprendizagem, têm lugar no contexto do ensino superior e são protagonizadas por diversos stakeholders (por exemplo, centros de inovação e de transferência de conhecimento e tecnologia, incubadoras, gabinetes de inserção/ empreendedorismo, gabinetes de propriedade intelectual, entre outros). Sobretudo, desconhecem-se a importância das mesmas quanto ao seu impacto na capacitação dos diplomados e seu potencial de desenvolvimento de competências empreendedoras que podem fazer a diferença na vida diária dos jovens, no acesso e manutenção no mercado de trabalho, ou quando estes optam por construir, em alternativa, uma carreira profissional assente numa relação de autonomia hierárquica e organizacional de criação do seu próprio emprego/empresa (Marques, 2016a).

Nesse sentido, o projeto Link.EES - Aprendizagens Empreendedoras, Cooperação e Mercado de Trabalho: Boas Práticas no Ensino Superior" (POAT/ FSE) prosseguiu objetivos mais específicos ancorados em três eixos-chave: 1) visou fazer um mapeamento exaustivo das principais experiências de aprendizagens empreendedoras não formais e informais desenvolvidas no ensino superior público em Portugal (2007-2013) orientadas para a promoção da empregabilidade e/ou empreendedorismo; 2) identificar um conjunto de "boas práticas" no ensino superior, ou seja, de projetos/iniciativas de promoção de aprendizagens não formais e informais de empreendedorismo; e propor um reportório de competências transversais e empreendedoras, na perspetiva dos stakeholders envolvidos no estudo.

Na operacionalização dos processos de aprendizagem não formal e informal e sua dinamização no contexto das IES, foi-nos possível sinalizar os diversos stakeholders envolvidos em três dimensões centrais daqueles processos, designadamente: 1) sensibilização e informação (e.g. disponibilização de informação geral aos estudantes, produção de brochura e outros suportes informativos); 2) formação específica para a criação de próprio negócio/ autoemprego (e.g. cursos de formação de curta-duração e workshops na área do empreendedorismo, criação de empresa e empregabilidade, tais como competências, gestão de projetos, plano de negócios/ marketing); 3) mentorização e acompanhamento para a implementação de projetos, nomeadamente de serviços (e.g.

coaching, registo de patentes, serviços técnico-especializados, acesso a redes e apoios à internacionalização) e infraestruturas de suporte à criação de empresas (e.g. incubadoras).

3.2 Enfoque metodológico

Privilegiando um enfoque metodológico misto, o estudo "Aprendizagens empreendedoras, cooperação e mercado de trabalho: boas práticas no ensino superior" , realizado entre 2014-15, permitiu-nos recolher informação de modo a responder ao objetivo geral que consistiu em analisar as iniciativas e programas de empreendedorismo, de cariz não formal e informal, dinamizadas por um conjunto de stakeholders académicos no período compreendido no anterior Quadro de referência Nacional Estratégico (QREN 2007-13). Adicionalmente, pretendia-se contribuir para uma reflexão mais alargada sobre o valor acrescentado das dinâmicas estabelecidas em termos de trabalho colaborativo desenvolvido pelos stakeholders em contexto académico.

Assumindo aqueles pressupostos e objetivos de investigação, o plano de metodologia implicou acionar diversas técnicas de recolha e tratamento de informação e de dados, a saber: Etapa 1 – aplicação de um inquérito online, que permitiu a recolha da informação detalhada e consistente sobre o universo dos stakeholders que fazem parte do ensino superior público português; Etapa 2 – realização de doze estudos de caso a partir da seleção de entidades/iniciativas consideradas paradigmáticas na promoção de aprendizagens empreendedoras de cariz não formal e informal e realização de entrevistas aprofundadas aos respetivos atores-chave; Etapa 3 – elaboração de um reportório de competências empreendedoras e respetiva validação junto dos atores-chave.

Na etapa 1, foi possível construir o universo-alvo deste estudo a partir de uma recolha sistemática dos contactos e endereços eletrónicos de entidades e/ ou infraestruturas, vinculados ao ensino superior público (universitário e politécnico) centradas na temática das aprendizagens não formais e informais. No total de 57 stakeholders, foi possível endereçar um inquérito online a todas, tendo sido obtida a participação efetiva de 41 stakeholders (considerando o período temporal definido).

Através da sistematização dos principais resultados obtidos no inquérito online, selecionou-se um conjunto de "boas práticas", de acordo com os seguintes critérios: 1) boas práticas que revelassem elevado potencial de transferibilidade para outros públicos/ contextos; 2) originalidade da iniciativa ao evidenciar novas formas de inovação (inovação tecnológica, social e de serviços); 3) exemplaridade da "boa prática" na capacidade de rejuvenescimento de setores tradicionais incluindo-lhe valor acrescentado e/ ou evidenciando novos nichos de mercado; 4) diversidade da "entidade jurídica"/ organizacional e do perfil do ator-chave ou stakeholder (e.g. clube de empreendedorismo, gabinete de apoio); 5) experiências ou projetos desenvolvidos nas três fases de aprendizagem não formal/ informal: (i) sensibilização; (ii) formação; (iii) mentorização e acompanhamento (incubadoras).

Na etapa 3 do estudo, visou-se envolver novamente todos os stakeholders que integraram a nossa amostra no sentido de lhes solicitar a participação na validação de um reportório de 47 competências transversais apresentadas no questionário online. Cada uma destas competências foi alvo da apreciação dos peritos que hierarquizaram a sua importância. A percentagem atribuída a cada competência (consubstanciada na soma ponderada, obtida com base na frequência de resposta) justificou a inclusão de trinta e cinco (35) competências e a eliminação de quinze (15) competências cuja linha de corte ficou abaixo dos 20%. Através da plataforma online realizaram-se duas rondas pelos stakeholders, obtendo-se um consenso generalizado em torno da hierarquização das competências em três grupos distintos: técnicas, atitudinais e organizacionais/socioculturais.

4 | STAKEHOLDERS ACADÉMICOS: PERFIL, REDES E BALANÇO CRÍTICO[7]

4.1 Perfil dos Stakeholders académicos

Após os procedimentos metodológicos seguidos, atrás expostos, obteve-se a identificação de 41 Stakeholders académicos. Estes assumem funções com responsabilidade direta nos programas ou infraestruturas existentes no ensino superior público (universitário e politécnico), localizando-se preferencialmente nas regiões de Lisboa (22), Norte (17) e Centro (13). Em termos de estatuto jurídico e autodenominação, mais de metade declara assumir o regime de unidade ou subunidade orgânica de ensino superior universitário/politécnico (51,2%), seguido de associações de direito privado sem fins lucrativos (31,7%). Quanto à forma como os atores se auto denominam em termos de configuração organizacional, foi possível concluir que quase metade se define como uma interface/unidade de transferência de C&T (24,4%) e centro/gabinete de inovação e/ou empreendedorismo (24,4%). Por oposição, apenas uma minoria se auto define como incubadora de empresas ou gabinete de inserção profissional, ambas com valores residuais de 2,4%. Estes resultados permitem, desde já, reforçar a ideia atrás avançada quer da maior visibilidade das atividades de transferência de conhecimento de base tecnológica suportada na relação entre universidade-indústria e a identificação de "patentes", quer da menor visibilidade das atividades de transição para o mercado de trabalho e das funções de incubação de empresas em processo avançado.

São micro organizações, em que 73,2% possuem até 9 trabalhadores, tendo sido criadas na primeira década do século XXI. As entidades que emergiram nos anos 80 são residuais (4,9%), o que permite reforçar o argumento da importância das políticas públicas no quadro nacional, e sobretudo europeu, relacionadas com as iniciativas de transferência de conhecimento, empreendedorismo e empregabilidade dos estudantes e diplomados.

Quanto interpelados sobre o modo de funcionamento e atuação das IES a que se

7 Por questões de síntese, e como referido no início deste capítulo, suporta-se a redação dos pontos subsequentes no trabalho por nós publicado nas Atas do Congresso Português de Sociologia (Marques, 2016b).

encontram vinculados, os inquiridos avaliam o seu grau de autonomia face à universidade ou politécnico como sendo predominantemente parcial (56,1%). Ainda assim, 31,7% referem que apresentam pouca (19,5%) ou nenhuma (12,2%) autonomia em termos de atuação e funcionamento face à IES a que estão adstritos. Esta autonomia organizacional mais restrita é consonante com o elevado grau de compromisso destas entidades no desenvolvimento das suas atividades face à missão da universidade/politécnico onde se inserem, sendo que 70,7% referiram que esse grau de compromisso é total.

Dos serviços prestados, importa considerar a diversidade dos mesmos. Com efeito, estes stakeholders revelam que disponibilizam maioritariamente os seguintes serviços: informação sobre apoios, programas e iniciativas; ações de formação em empreendedorismo (cursos, workshops, e-learning); apoio à formalização de candidaturas a projetos e a elaboração de planos de negócios; realização de sessões de sensibilização e esclarecimento (seminários e conferências), mentorização/ acompanhamento de projetos ou ideias de negócio e a organização de concursos de ideias/competição de planos de negócio. Com menor expressão neste cômputo geral de serviços refira-se a consultoria técnica especialização em gestão/ consolidação de empresas e a participação na formação académica, na sua componente formal do plano curricular.

Por fim, os resultados revelam, ainda, que o âmbito geográfico com maior relevância entre estes atores-chave é o local ou regional (42%), seguido do nacional (32%). A dimensão internacional assume uma relevância menor no quadro da área de atuação destas entidades, reunindo 26% das respostas.

4.2 Redes e vantagens de parceiras

Com efeito, a maioria dos inquiridos estabelece dinâmicas colaborativas com outras instituições/unidades orgânicas do ensino superior, com associações empresariais/ comerciais/industriais e com entidades públicas de promoção do empreendedorismo, bem como com agentes económicos/empresários.

As principais vantagens percecionadas pelos atores destas dinâmicas colaborativas prendem-se com o acesso a um volume mais alargado e diversificado de informação, a uma maior projeção/disseminação das atividades desenvolvidas pelas entidades, a tomada de conhecimento de novas práticas e métodos de trabalho e com a otimização de recursos/ meios disponíveis. Apesar do reconhecimento da existência de benefícios decorrentes das dinâmicas colaborativas estabelecidas, foi igualmente possível detetar a ocorrência de dificuldades e obstáculos no âmbito das atividades de cooperação. Com efeito, 48,8% dos stakeholders académicos inquiridos referiram ter enfrentado dificuldades no âmbito das atividades de cooperação desenvolvidas, que passaram, sobretudo, por problemas de comunicação, de gestão da propriedade industrial, de competição entre pares, bem como por diferentes motivações e expectativas, diferentes metodologias de trabalho, diferentes capacidades financeiras das entidades em cooperação, diferentes modelos organizacionais

(gestão dos tempos, horários, calendarização das atividades, objetivos e missão das entidades, procedimentos administrativos e burocráticos), diferenças jurídico legais e ainda diferenças culturais, no caso das cooperações de âmbito internacional.

De forma sistemática, avança-se com a hipótese exploratória (a aprofundar em posteriores estudos) da existência de três perfis de stakeholders, a saber:

- "Perfil académico", na medida em que fazem parte integrante da orgânica da IES e, como tal, tendem a localizar-se nos espaços físicos das instituições a que pertencem. Assumem uma diversidade de designação com forte mimetismo organizacional (e.g. departamento, gabinete, unidade) e apresentam, igualmente, serviços diversificados, ainda que centrados nos estudantes/ diplomados.

- "Perfil participada" integra, em especial, associações sem fins lucrativos, sociedades anónimas, cooperativas, etc. que mantém uma ligação com as IES (ações ou capital, representação nos seus órgãos) e geralmente têm instalações próprias autónomas (fora dos campi). O seu foco de atuação apresenta-se mais alargado à comunidade envolvente, não apenas académico (e.g. desenvolvimento regional, empresarial e científico).

- "Perfil de interface" relaciona-se com as entidades centradas nas atividades de transferência de base tecnológica (inovação de produtos e processos), fazendo sobretudo a ligação das IES com a indústria-mercado (e.g. parques de tecnologia, incubadoras, start-ups e spin-offs). As suas designações tendem a ser mais focalizadas na transferência e valorização do conhecimento, podendo assumir estatutos e localizações diversificadas.

4.3 Balanço e avaliação das iniciativas realizadas

Neste esforço de balanço e avaliação das iniciativas realizadas, importa enfatizar, desde logo, a não linearidade de atuação dos stakeholders considerando as três dimensões sequenciais do processo de aprendizagem empreendedora. Igualmente, pode-se confirmar dificuldade em se distinguir as várias entidades pelos focos de atuação, sendo, por isso, expectável alguma sobreposição na atuação em colaboração ou rede no âmbito do ensino superior.

Dos resultados obtidos, as entidades posicionam-se em todas as fases de (i) sensibilização; (ii) formação; (iii) mentorização e acompanhamento (incubadoras). Ainda assim, foi possível verificar uma maior concentração de respostas em atividades como (i) organização de sessões de esclarecimento e sensibilização dedicados à temática do empreendedorismo (92,7%), (ii) organização de ações de formação em empreendedorismo (cursos, workshops, e-learning, etc.) (87,8%) e (iii) promoção e/ou participação na organização de concursos de ideias (85,4%). Ou seja, grande parte destas entidades focam a sua atividade na fase de sensibilização e formação, ainda que existam algumas atividades relacionadas com mentorização e acompanhamento. Com efeito, esta constatação não gera perplexidade, uma vez que as atividades enquadradas nesta fase exigem uma maior complexidade organizacional, financeira e de serviços prestados, que estas entidades

ainda não detêm, em parte devido à sua reduzida antiguidade.

Da avaliação do perfil dos participantes nestas iniciativas, destaca-se sobretudo a participação de estudantes, diplomados e docentes que são os elementos diretamente relacionados com as IES, sendo reduzida a expressão de participantes extra meio académico, designadamente daqueles que se enquadram na categoria de "profissionais". No entanto, ainda que seja evidente esta maior presença destes elementos, a avaliação que os stakeholders fazem da sua participação é moderada, já que 58,5% reconhecem uma adesão parcial e 19,5% apontam para "pouca" participação nas iniciativas dinamizadas. Esta avaliação moderada poderá indicar que existe a necessidade de investir neste domínio, de forma a potenciar os níveis de participação dos indivíduos envolvidos nestas iniciativas.

Quanto à área de formação dos participantes, verificou-se uma clara predominância de participantes cujas áreas de formação são engenharia, informática e técnicas afins (30,5%) e ciências económicas e empresariais (19,0%). Ou seja, estamos perante áreas de formação que aparentam estar mais sensibilizadas para a temática do empreendedorismo e que são tradicionalmente associadas a áreas mais "empresariáveis".

Quanto às questões organizacionais relacionadas com as iniciativas, no cômputo global, as entidades inquiridas consideram "adequados" ou "muito adequados" os recursos mobilizados (humanos, financeiros, logísticos/materiais, das infraestruturas e dos meios de disseminação/divulgação). Ainda assim, foi possível detetar uma avaliação menos favorável em relação à adequabilidade dos recursos financeiros e dos meios de disseminação. Especificando o domínio dos recursos financeiros, as principais fontes de financiamento das iniciativas desenvolvidas referidas são as receitas próprias (32,9%) e o mecenato ou patrocínio de entidades privadas (22%). Apenas 7,3% das entidades inquiridas referiram, como principal fonte de financiamento, a "transferência de verbas da Instituição de Ensino Superior" a que se encontram vinculadas.

Os aspetos críticos identificados na sua atividade reportam-se com aspetos como como: (i) a gestão de equipas alargadas, (ii) a coordenação de timings e de agendas no âmbito das parcerias e colaborações com outras entidades, (iii) a falta de motivação dos alunos e do corpo docente para a temática do empreendedorismo, (iv) a pouca adesão dos estudantes às atividades extracurriculares (em parte devido à carga horária dos estudantes já elevada), (v) a dificuldade em mobilizar/envolver outras entidades, (vi) a dificuldade na divulgação das iniciativas, (vii) a escassez de recursos, nomeadamente humanos, financeiros e materiais, (viii) a complexidade dos processos de financiamento associados à dinamização das iniciativas, bem como (ix) a existência de alguma resistência face ao tema do empreendedorismo.

Em termos gerais, a avaliação percecionada do impacto das iniciativas desenvolvidas com maior importância decorrem do estímulo da capacidade criativa e espírito empreendedor (51,2%), do desenvolvimento de competências empreendedoras (48,8%) e do aumento da informação sobre apoios ao empreendedorismo e ao financiamento (46,3%). Por oposição,

consideram que existe um menor impacto em dimensões como: (i) a emergência de empreendedorismo de cariz social/3º setor (56,1%), (ii) a dinamização das atividades de I&D (36,6%) e (iii) a criação de redes de suporte ao empreendedorismo (19,5%).

5 I NOTAS FINAIS

Os resultados do estudo evidenciam a necessidade dos processos educativos não formais e informais em empreendedorismo favorecerem uma maior valorização da igualdade de oportunidades como prioridade transversal. A concentração das atividades/ serviços prestados pelos stakeholders em determinadas regiões do país (Norte, Centro e Lisboa) e em certas fases do processo de aprendizagem (sensibilização e formação), bem como a sobre-representação de participantes oriundos das áreas da engenharia, tecnologia, ciências económicas e empresariais nas atividades formativas podem, assim, evidenciar algumas dificuldades no acesso a recursos e oportunidades educativas na área do empreendedorismo.

Este projeto pode ter um enorme impacto junto dos vários agentes políticos, académicos, empresariais, pois será um exemplo piloto do mapeamento e avaliação de iniciativas de promoção do empreendedorismo no contexto académico, da criação de dinâmicas colaborativas e envolvimento de stakeholders num domínio específico e estratégico das políticas de educação/ formação e emprego, da eficaz divulgação e disseminação de boas práticas e partilha de experiências e da contribuição para o reforço dos conhecimentos e competências na área do empreendedorismo. Ao dar relevância à aprendizagem não formal e informal na aquisição e desenvolvimento de competências empreendedoras transferíveis para o mercado de trabalho será possível analisar o seu potencial de imputação na oferta formativa formal futura: nova cultura de aprendizagem, desviando-se de perspetivas tradicionalistas, restritas a uma visão gestionário-economicista ou psicologizante-comportamentalista.

REFERÊNCIAS

Alves, M. Gaio (2020), Universidade e mercado de trabalho. In Al. Borralho e outros (Coord.). Desigualdades sociais, Editora Húmus, pp. 37-53

Amaral, A.; Magalhães, A. (2000). O conceito de stakeholder o novo paradigma do ensino superior. Revista Portuguesa de Educação, vol. 13, núm. 2, pp. 7-28

EC (European Commission) (2012). *Entrepreneurship 2020 Action Plan – Reigniting the entrepreneurial spirit in Europe*, COM(2012)795 (disponível em http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0795:FIN:en:pdf).

Marques, A. P. (2020). Na fronteira do mercado de emprego: jovens, trabalho e cidadania. *Revista Trabalho, Educação e Saúde*,18(s1):e0024981, doi 10.1590/1981-7746-sol00249. http://hdl.handle.net/1822/64493

Marques, A. P. (2019). Rev. 4.0. e competências. De que “futuros” de trabalho falamos?. *Revista Formar & Dirigir*, n. 22, IEFP, pp. 32-35, ISSN 2182-7532

Marques, A. P. (2016a). Aprendizagens empreendedoras no Ensino Superior. Redes, Competências e Mercado de Trabalho, V.N Famalicão: Editor Húmus.

Marques, A. P. (2016b). Aprendizagens não formais/informais e mercado de trabalho: (ir) relevância dos stakeholders académicos, In Atas no IX Congresso Português de Sociologia (https://associacaoportuguesasociologia.pt/ix_congresso/docs/final/Semi-plenaria_Descentralizar,%20desenvolver,%20inovar_Ana%20Paula%20Marques.pdf).

Matlay, H. (2008). The impact of entrepreneurship education on entrepreneurial outcomes”, In *Journal of Small Business and Enterprise Development*, *15*(2), pp. 382–396. doi:10.1108/14626000810871745

Teichler, U. (2009). Higher Education and the World of Work: Conceptural Frameworks, Comparative Perspectives, Empirical Findings. Rotterdan: Sense Publishers, Disponível em: https://www.sensepublishers.com/media/469-higher-education-and-the-world-of-work.pdf.

Vieira, D. A. & Marques, A. P. (2014). *Preparados para trabalhar? Um Estudo sobre os Diplomados do Ensino Superior e Empregadores.* Lisboa: Fórum Estudante/ Consórcio Maior Empregabilidade.

CAPÍTULO 6

ECONOMIA CIRCULAR À MODA BRASILEIRA"; UM ESTUDO EXPLORATÓRIO A PARTIR DA INTERFACE ENTRE ECONOMIA CIRCULAR E BEM VIVER

Data de aceite: 01/03/2022
Data da submissão: 15/12/2021

Marcos Paulo Marques Araujo
Advogado,
Mestre em Direito da Cidade (UERJ),
Rio de Janeiro, RJ, Brasil,
http://lattes.cnpq.br/7981501009135625

RESUMO: O modelo de economia linear se fundamenta no crescimento econômico ilimitado que tensiona os limites de resiliência planetária. Em resposta, destaca-se a economia circular que propõe um crescimento econômico dissociado do uso de recursos finitos sem geração de contaminantes. Todavia, o modelo circular não abarca os aspectos marcantes dos países latino-americanos. Faz-se necessário criar uma interface com as escolas de pensamento da América Latina, dentre elas, o Bem Viver, que propõe uma transformação civilizatória biocêntrica, que refunde a relação do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza pautada nos Direitos Humanos e da Natureza. A partir do diálogo da economia circular com o Bem Viver, pode-se propor a formação de uma "*economia circular à moda brasileira*". Com efeito, o presente artigo tem por objetivo examinar a interface da economia circular com o Bem Viver, a fim de aferir a interseção entre estas escolas para propor reflexões para a construção da "*economia circular à moda brasileira*". Esta pesquisa se justifica pelo ineditismo do tema, e a pretensão de o Governo federal formalizar termo de compromisso para introduzir a economia circular no país. Em relação à metodologia, promoveu-se uma revisão bibliográfica do tema, que, dado o seu ineditismo, ainda são poucos os artigos e livros disponíveis. O artigo foi estruturado em 5 (cinco) capítulos que tratam da economia linear e seu esgotamento, da economia circular e o início da sua transição no Brasil, do Bem Viver, da aproximação e afastamento da economia circular com o Bem Viver e, por fim, da "*economia circular à moda brasileira*". À título de conclusão, acredita-se que as reflexões sobre a "*economia circular à moda brasileira*" podem contribuir para o debate da transformação da sociedade e do Estado nacional a partir da convivência harmoniosa do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza segundo os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, e da superação do modelo linear a partir da reorganização produtiva com reaproveitamento dos artefatos como regra geral. Este é o desafio do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Linear; Economia Circular; União Europeia; Bem Viver; Brasil.

"BRAZILIAN CIRCULAR ECONOMY"; AN EXPLORATORY STUDY FROM THE INTERFACE BETWEEN CIRCULAR ECONOMY AND WELL LIVING

ABSTRACT: The linear economy model is based on unlimited economic growth that strains the limits of planetary resilience. In response, the circular economy stands out, which proposes

economic growth decoupled from the use of finite resources without generating contaminants. However, the circular model does not cover the striking aspects of Latin American countries. It is necessary to create an interface with the schools of thought in Latin America, among them, Bem Viver, which proposes a biocentric civilizing transformation, which refuses man's relationship with himself, with the community and with Nature based on Human Rights and from nature. From the dialogue between the circular economy and Bem Viver, it is possible to propose the formation of a "*circular economy in the brazilian way*". In effect, this article aims to examine the interface of the circular economy with Bem Viver, in order to assess the intersection between these schools to propose reflections for the construction of the "*circular economy in the brazilian way*". This research is justified by the novelty of the theme, and the intention of the Federal Government to formalize a commitment term to introduce the circular economy in the country. Regarding the methodology, a bibliographic review of the theme was promoted, which, given its originality, there are still few articles and books available. The article was structured in 5 (five) chapters that deal with the linear economy and its exhaustion, the circular economy and the beginning of its transition in Brazil, Bem Viver, the approach and removal of the circular economy with Bem Viver and, finally , from the "circular economy in the brazilian way". In conclusion, it is believed that reflections on the "*circular economy in the brazilian way*" can contribute to the debate on the transformation of society and the national state from the harmonious coexistence of man with himself, with the community and with Nature according to Human Rights and Nature Rights, as well as overcoming the linear model from the productive reorganization with reuse of artifacts as a general rule. This is the challenge of the present work.
KEYWORDS: Linear Economic; Circular Economic; European Union; Bem Viver; Brazil.

1 I INTRODUÇÃO

O ciclo produtivo pautado na economia linear se fundamenta na ideia de crescimento econômico ilimitado com exploração sem limites de recursos naturais finitos, e, por isso, já ultrapassou, em muito, os limites ecológicos e de resiliência do planeta.

A continuidade deste modelo pode, e deve ser revista, sob pena de toda a humanidade pagar um alto preço por esta omissão; o que, aliás, já está acontecendo. A geração sem precedentes de resíduos sólidos pós-consumo de embalagens em geral provoca uma grave crise ambiental com sério comprometimento da saúde da população.

No intuito de superar este modelo, algumas soluções estão em discussões, dentre elas, a economia circular, que busca promover o crescimento econômico dissociado do uso de recursos naturais finitos e, portanto, da geração de impactos ambientais. Trata-se, assim, de modelo econômico que o ciclo produtivo funciona de forma integrada com o sistema ecológico do planeta.

No segundo semestre de 2020, o Governo federal submeteu à consulta pública o Termo de Compromisso para Implementação de Ações Voltadas à Economia Circular e Logística Reversa de Embalagens em Geral, a fim de introduzir a economia circular no país. Este Termo de Compromisso foi alvo de crítica pelos órgãos de controle institucionais

dada a ausência de materialização do sistema de logística reversa de embalagens em geral, e ainda não restou formalizado.

Em que pese a pretensão do Governo federal, a economia circular, cujas raízes são europeias, não dialoga, a princípio, com os diversos aspectos que distinguem e marcam os países periféricos da América Latina. Com efeito, a transição para este ciclo produtivo vai pressupor uma interface com escolas de pensamento de raízes latino-americanas.

Destaca-se, dentre todas, o Bem Viver, que calcado em valores culturais dos povos e das nacionalidades indígenas andinos e dos povos indígenas guaranis brasileiros, propõe uma transformação civilizatória biocêntrica, que refunde a relação do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza pautada nos Direitos Humanos e da Natureza, sem prejuízo de preconizar uma economia pós-extrativista que se divorcia da exploração mercantilista da natureza.

A partir da interface da economia circular com o Bem Viver, propõe-se uma reflexão para a construção de uma "*economia circular à moda brasileira*", que proporcione não só a transformação da sociedade e do Estado nacional a partir da convivência harmoniosa do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza segundo os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, assim como da superação do modelo linear extrativista de globalização policêntrico a partir da reorganização produtiva com reaproveitamento dos artefatos como regra geral.

Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo examinar a aproximação e o afastamento da economia circular com o Bem Viver, a fim de aferir se há interface entre estas escolas, e, em caso positivo, como poderá contribuir para as reflexões para a construção da "*economia circular à moda brasileira*".

A presente pesquisa se justifica não só pelo ineditismo do tema, mas também pela pretensão de Governo federal formalizar Termo de Compromisso para Implementação de Ações Voltadas à Economia Circular e Logística Reversa de Embalagens em Geral para introduzir a economia circular voltada para as embalagens em geral no país.

No tocante à metodologia, promoveu-se uma revisão bibliográfica do tema, que, dado o seu ineditismo, ainda são poucos os artigos e livros disponíveis

Espera-se que os resultados a serem obtidos com o presente trabalho sejam profícuos, e possam contribuir para o debate do processo de transição para economia circular na América Latina, e, assim, fomentar aproximação com as escolas de pensamento latino-americanas com vista à formação de uma economia circular compatível com a realidade desta região. Este é o desafio do presente trabalho.

2 | ECONOMIA LINEAR E SEU ESGOTAMENTO

A noção de economia linear se confunde com o modelo econômico industrial, cujo

florescimento ocorreu a partir da Revolução Industrial. Todavia, defende-se, sob o viés da globalização, que este ciclo produtivo linear teve seu embrião na Era do Imperialismo, que inaugurou um modelo econômico mercantilista expropriatório voltado para a exploração de recursos naturais e subjugação dos povos colonizados pela via bélica e cultural, e, guardadas as devidas proporções, perdura até os dias atuais, notadamente perante os países colonizados, que, hoje, são periféricos, e continuam em sua posição passiva de fornecedores de commoditties para os países ricos (SANTOS, 2015, p. 29).

A economia linear, portanto, segue, nos dias atuais, pautada, especialmente, pelo uso da matriz energética fóssil e sofre ampliação por meio do processo de globalização policêntrica, que, por sua vez, não se restringe à lógica do mercado, e adentra em outras áreas, como, por exemplo, ciência, cultura, tecnologia, saúde, área militar, transporte, turismo, esporte, e, em menor escala, política, legislação e assistência social (TEUBNER, 2008, p. 329).

O modelo de economia linear se fundamenta no ciclo de produção, consumo e descarte. Ou seja, promove-se, inicialmente, a intensa extração de recursos naturais virgens, que, por sua vez, são processados e transformados em artefatos a partir do ciclo produtivo. Por conseguinte, os artefatos são postos à venda para consumo dos consumidores. Ao final da vida útil destes artefatos, operar-se o descarte na forma de resíduos sólidos, que, em regra, não são reaproveitados como matéria-prima secundária no ciclo produtivo.

E, o manejo inadequado de resíduos sólidos tem consequências diretas no espaço urbano, posto que a falta de prestação desse serviço ou sua insuficiência não contribuem para a expansão urbana. A destinação inadequada de resíduos deteriora e fomenta a degradação da área urbana com impactos negativos de toda a sorte para os seus moradores (PINTO, 2010, p.176/177).

Da mesma forma, a gestão inadequada de resíduos sólidos vai ter impacto direto no ambiente natural, inclusos os recursos hídricos, e, ainda, na saúde da população, que pode contrair doenças a partir dos vetores encontrados nos resíduos, como, por exemplo, a chikungunya transmitida pelo aedes aegypti. Em outras palavras, o manejo inadequado de resíduos contribui para a "*contaminação de mananciais, curso de água e solos, para o assoreamento dos rios, para as inundações e, consequentemente, para a formação de ambientes propícios à proliferação de agentes transmissores de diversas doenças, aumentando a incidência desta na população*" (SAIANI E TONETO JÚNIOR, 2014, p. 46).

Na prática, as doenças geradas a partir de vetores encontrados nos resíduos sólidos resultam no comprometimento laboral dos trabalhadores, que ou ficam debilitados e afastados dos seus postos ou deixam de atingir a produtividade e a produção estimada. As crianças também são afetadas por estas doenças, que não só podem comprometer o desenvolvimento de suas capacidades cognitivas, mas também acarretam a baixa frequência na escola com o estímulo à evasão escolar (SAIANI E TONETO JÚNIOR, 2014, p. 46).

Indo mais adiante, o ciclo linear se pauta na ideia de crescimento econômico ilimitado com exploração sem limites dos recursos naturais finitos do planeta, estabelecendo-se, assim, uma estreita correlação entre o progresso econômico e o uso dos recursos naturais disponíveis. Contudo, a valoração deste progresso com a geração de bem-estar é feita a partir e em conformidade com o crescimento econômico. Daí porque, a metragem da pujança econômica de cada país é feita segundo o seu produto interno bruto (PIB), que não leva em consideração aspectos de cunho ambiental ou social da nação, mas, tão somente, as variáveis econômicas.

Todavia, o mito do crescimento econômico ilimitado se depara, hoje, com uma realidade fática inconteste, qual seja, a evidência dramática de deterioração humana, ambiental e social. Enquanto galga-se, de um lado, uma expansão de riqueza material dirigida pelo capital especulativo e fomentada pela globalização policêntica, encontra-se, de outro, os ativos financeiros fruto desse crescimento econômico concentrados nas mãos de alguns conglomerados poderosos; o que só reitera a face verdadeira e perversa desta globalização (SANTOS, 2015, p. 18/21).

É evidente que o modelo de economia linear iria, e acabou por comprometer seriamente os limites ambientais de resiliência do planeta. Logo, o consumo humano dos recursos naturais (dimensão do consumo humano) com a superação da capacidade biológica da Terra (dimensão da biodiversidade) acabou por ocasionar consequências desastrosas que resultaram em diferentes estágios de degradação ambiental no sistema ecológico em diversas partes do planeta – alguns, irreversíveis. Tanto é assim que "*a 'pegada ecológica', ferramenta de comparação entre essas duas dimensões, elaborada pelo WWF em 1999, constata essa alteração, e também o declínio da abundância das espécies que vivem nas florestas, na água doce e no mar*" (KAZAZIAN, 2009, 23).

Trata-se, portanto, de uma outra verdade inconteste evidenciada desde o relatório "*Os Limites do Crescimento*", do Clube de Roma, que subsidiou a Conferência de Estocolmo, em que foi editada a Declaração de Estocolmo, e erigiu 26 princípios basilares para orientar e guiar os países para preservar e melhorar o meio ambiente. Esta Declaração pode ser considerada como o marco jurídico internacional para a preservação ambiental, e influenciou a elaboração de diversos diplomas constitucionais e legais dos países signatários, a exemplo do Brasil, que editou a Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), e, mais tarde, acarretou no esverdeamento da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988).

Como se não bastasse isso, a continuidade do modelo de economia linear poderá ocasionar, invariavelmente, outra crise mundial produtiva profunda, a exemplo do que ocorreu nas crises do petróleo, na década de 70. Isso porque, a ausência dos recursos naturais finitos, que, hoje, subsidiam esse ciclo produtivo, poderá impedir, pelo menos, a manutenção da máquina produtiva, que, em colapso, resultará em outra grande recessão.

A partir e alinhada com o modelo de economia linear, surge a sociedade de

consumo da era da modernidade líquida. Esta sociedade pós-moderna tem a característica fundamental de transformar o homem-cidadão em consumidor de direito, e, agora, em mercadoria. O homem da era líquida é instado, desde a sua tenra idade, a consumir os milhões de produtos em massa despejados pelo mercado de consumo para as diferentes classes e tipos de consumidores. Com efeito, este homem passa a se submeter a um processo de recomodificação para sair da invisibilidade para ver e ser visto, e, assim, representar o que ele tem, e não quem é, de fato (BAUMAN, 2008, p. 200).

Para isso, faz-se necessário fomentar, por meio de propaganda e/ou da mídia em geral, o estado emocional melancólico do consumidor-mercadoria, que, a partir do seu vazio existencial, é levado a um estado de felicidade "*pontilhista*", isto é, perpétuo e instantâneo, mediante a busca compulsiva do consumo desenfreado com a negação contínua da infelicidade, seja ela qual for (BAUMAN, 2008, p. 45/46). E, isso não ocorre, apenas, na esfera inconsciente pessoal. Extrapola-se para o âmbito da sociedade como um todo, e insere-se no inconsciente coletivo, perpetuando um processo contínuo de aquisição de artefatos, que representa um objetivo final, um modo de vida, qual seja, consumir para viver, e viver para consumir.

Em decorrência disso, a sociedade de consumo passa a gozar de uma personalidade narcísica, que, porém, enseja sintomas psicológicos com a geração de doenças identificadas, inicialmente, como neuroses sintomáticas (histeria e neuroses obsessivas). Todavia, estes sintomas pioraram nas últimas décadas. Evoluiu-se para as desordens de caráter narcisista, cujos distúrbios de personalidade estão frequentemente associados aos sentimentos de vazio e falta de sentido, à incapacidade de relacionamento com o outro de maneira profunda e significativa, à hipocondria, às fronteiras difusas do ego e à falta de um sentimento coeso do eu (SEVERIANO e ESTRAMIANA, 2006, p. 41/42).

Isso, porém, não freia o ciclo produtivo linear que assegura a prosperidade econômica em patamares elevados. Não importa se é provocada pela depreciação ou desvalorização do artefato que acabou de ser lançado com o emprego da obsolescência programada, nem sequer se é alcançada mediante o estímulo de nova necessidade, desejo ou vontade compulsiva decorrente da insatisfação existencial do homem da era líquida. No final, acarreta-se a geração de mais resíduos sólidos, e, assim, de mais impacto ambiental.

A título de exemplo, e levando-se em consideração os resíduos sólidos decorrentes de embalagens em geral, isto é, papel, plástico, metal, vidro e outros, o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), da Secretaria Nacional de Saneamento (SNS), do Ministério do Desenvolvimento Regional, da União, em seu Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos de 2019, registrou, em 2019, que 1.681 Municípios brasileiros do total de 5.570 Municípios e o Distrito Federal se manifestaram sobre o aproveitamento da massa recuperada destes resíduos recicláveis.

O SNIS informou que, em 2017, houve a recuperação de 851.785 toneladas no ano, representando, por conseguinte, 7,4% quilos por habitantes no ano; o que foi informado por

1.497 Municípios. Em 2018, o SNIS apontou que 1.546 Municípios se pronunciaram sobre o aproveitamento do material reciclado, e indicaram a recuperação de 923.285 toneladas por ano, perfazendo 7.76% quilos por habitantes no ano. Adite-se que o SNIS indicou que, em 2019, foram recuperadas 928.959 toneladas, perfazendo um percentual de 7,5%. Complementarmente, o SNIS aponta que, ainda em 2019, foram recicladas 165.304,3 toneladas de plásticos para uma base 1.175 Municípios, resultando em um percentual de 24,3%.

Há, portanto, uma baixa capacidade de aproveitamento, pelo país, destas embalagens em geral, as quais, quando são lançadas nos vazadouros a céu aberto, chamados, usualmente, de lixões, podem importar em contaminação do solo, do subsolo e do lençol freático, espraiando-se contaminantes por todo o ambiente natural com gravame para a saúde da população, repita-se.

O SNIS aponta que, em 2019, o país contava com 76,9% de aterros sanitários para um total de 5.570 Municípios brasileiros, enquanto os lixões representavam 11,7%, e os aterros controlados 11,5%.

O ciclo produtivo linear segue incólume, e capitaneado pelo mercado associado ao capital financeiro, que recebe a chancela dos Estados nacionais. Pior, a mídia manipulada não dá o espaço necessário e verdadeiro para o despertar dos consumidores, e o processo de degradação ambiental mundial avança rapidamente sob os olhos da sociedade de consumo (MANZINI, 2008, p. 20).

3 I ECONOMIA CIRCULAR E O INÍCIO DA SUA TRANSIÇÃO NO BRASIL

Em resposta ao modelo de economia linear, surgem, dentre outras propostas de sua superação, a economia circular, que, em tese, pode ser compreendida como uma teoria guarda-chuva, vez que incorpora ao seu conceito linhas de pensamento de escolas surgidas desde a década de 70 até os dias atuais, valendo citar as principais: *Cradle to Cradle;* Economia de Performance ou de Desempenho; Ecologia Industrial; Economia Azul; Capitalismo Natural; Biomimética; e, Design Regenerativo (WEETMAN, 2019, p. 44/50). Todavia, a economia circular vai mais além disso.

Propõe-se que a economia deva funcionar como e em harmonia com o metabolismo do planeta, em constante equilíbrio dinâmico, possibilitando, por conseguinte, a construção de uma economia regenerativa e restaurativa por princípio. Em outras palavras, o crescimento econômico passa a ser dissociado do uso de recursos naturais finitos e, portanto, da geração de impactos negativos, ensejando a adoção de um modelo econômico alinhado com a resiliência da biodiversidade do planeta.

A Fundação Ellen MacArthur, entidade internacional não governamental ligada ao setor de negócio, que tem contribuído bastante para construção, disseminação e implementação desse modelo econômico, especialmente na União Europeia, concebe

a economia circular como "*restaurativa e regenerativa por princípio e tem como objetivo manter produtos, componentes e materiais em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, fazendo distinção entre ciclos técnicos e biológicos*" (MacArthur, 2015).

Complementarmente, a Fundação Ellen MacArthur ressalta que a "*economia circular é concebida como um ciclo contínuo de desenvolvimento positivo que preserva e aprimora o capital natural, otimiza a produtividade de recursos e minimiza riscos sistêmicos gerindo estoques finitos e fluxos renováveis*" (MacArthur, 2015). E, por fim, conclui que "*novo modelo econômico busca, em última instância, dissociar o desenvolvimento econômico global do consumo de recursos finitos*" (MacArthur, 2015).

A partir da concepção de economia circular, percebe-se que este modelo econômico tem por objetivo primordial manter os artefatos em seu mais alto nível de utilidade e valor o tempo todo, fazendo-se o uso destes recursos a partir do enquadramento como nutrientes biológicos ou técnicos, que, por sua vez, farão parte dos respectivos ciclos biológicos ou técnicos (WEETMAN, 2019, p. 72).

O ciclo biológico constitui no fluxo de materiais renováveis, que são desenhados de maneira a reingressar, de forma segura, na bioesfera, sem toxidade, para reconstruir capital natural, como, por exemplo, uma madeira, que constitui um nutriente biológico, pode ser usado como porta para a construção de uma casa, e, depois da demolição desta casa, este nutriente pode ser inserido no ciclo biológico para o uso de uma mesa, e, assim, sucessivamente, até que, na condição de resíduo, possa ser incorporado como composto do processo de compostagem (WEETMAN, 2019, p. 72).

O ciclo técnico pauta-se na gestão dos estoques de materiais finitos, que também são previamente desenhados para circular na economia com alta qualidade no máximo de ciclo possíveis, mas sem retornar à bioesfera como resíduos sólidos, permanecendo, assim, regenerados no mesmo ciclo técnico, como, por exemplo, a embalagem de PET, que é composta de polipropileno e, portanto, derivada do petróleo, deve ser submetida ao prévio projeto de design regenerativo que permita a sua superciclagem para a geração de liga de plástico, e, assim, possibilitará o seu uso no processo produtivo de embalagens de coleta de resíduos, sem geração de rejeitos (WEETMAN, 2019, p. 72).

Ambos os ciclos possibilitam, de diferentes formas, que cada nutriente, seja biológico seja técnico, inserido no modelo econômico circular, reduza a necessidade de nova matéria prima para funcionamento do ciclo produtivo, sem embargo de possibilitar o acesso de bem e serviços de consumo pelos consumidores.

A Fundação Ellen MacArthur, com respaldo no objetivo primordial da economia circular, apresenta importantes princípios que vão nortear esse novo modelo econômico, sem prejuízo da adoção de princípios de ordem ambiental já estabelecidos, a saber:

- "*Princípio 1: Preservar e aprimorar o capital natural controlando estoques finitos e equilibrando os fluxos de recursos renováveis*" (MacArthur, 2015), que, em síntese, vai representar a desmaterialização dos produtos e serviços mediante o uso de

tecnologia da informação, e, quando houver a necessidade de uso de nutrientes, deve-se propugnar pela escolha de tecnologias e processos que utilizem recursos renováveis ou que apresentem melhor desempenho para inserção no ciclo biológico ou tecnológico, dependendo da característica do nutriente;

- "*Princípio 2: Otimizar o rendimento de recursos fazendo circular produtos, componentes e materiais no mais alto nível o tempo todo, tanto no ciclo técnico quanto no biológico*" (MacArthur, 2015), que, em suma, significa projetar a remanufatura, a renovação e a reciclagem dos nutrientes para que possam continuar em circulação para contribuir para a economia. Logo, esses nutrientes deverão circular, sempre que possível, por círculos menores (por exemplo, reparar o produto, ao invés de reciclá-lo) e, ainda, por ciclos consecutivos mais longos o maior tempo possível para intensificar a sua utilização (por exemplo, reutilizar um produto por diversas vezes estendo a sua vida útil ao máximo), sem prejuízo do uso em cascatas ou por compartilhamento desses nutrientes (por exemplo, reutilização ou compartilhamento de roupa de algodão, antes de ser usada no revestimento de móveis). Há que se fazer referência, ainda, a necessidade de estimular-se a reinserção segura dos nutrientes biológicos na bioesfera mediante a sua decomposição sem contaminantes para convolação em matéria prima para uso por outro ou novo ciclo.

- "*Princípio 3: Estimular a efetividade do sistema revelando e excluindo as externalidades negativas desde o princípio*" (MacArthur, 2015), isto é, expor e excluir as externalidades negativas no sistema produtivo com a incorporação dos custos do controle ambiental nesse sistema desde o início, evitando-se, com isso, a acelerada degradação ambiental do ecossistema.

Em 2015, a Comissão da Europeia encaminhou para o Parlamentou Europeu, o Conselho Europeu, o Comitê Econômico e Social Europeu e, ainda, o Comitê das Regiões uma proposta inédita e arrojada intitulada "*Fechar o Ciclo – Plano de Ação para a União Europeia para a Economia Circular*", que, como o nome dá a entender, representa um plano para acelerar a transição da economia linear para a circular no continente Europeu[1].

Complementarmente, a Comissão Europeia apresentou, em 2020, o "*Novo Plano para a Economia Circular*" que pretende criar condições para ampliar a economia circular por meio de oportunidades de inovação e de investimentos em modelos circulares de negócios e tecnologias facilitadoras; o que, em tese, contribuirá para a aceleração e a continuidade do processo de transição para este novo ciclo produtivo[2].

Assim sendo, a União Europeia avança a passos largos para a adoção e, agora, a aceleração para a economia circular como uma estratégia de renovação da sua economia com baixo impacto e geração emprego alinhada com a sustentabilidade do planeta, inclusive por meio da adoção de planos setoriais específicos e da revisão de suas diretivas legislativas voltadas para a gestão de resíduos, especialmente.

1 Disponível em: https://op.europa.eu/pt/publication-detail/-/publication/8a8ef5e8-99a0-11e5-b3b7-01aa75ed71a1/language-pt/format-PDF/source-113116419 - Acessado em: 20.01.2021.

2 Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/12095-A-new-Circular-Economy-Action-Plan – Acessado em: 20.01.2021

O Brasil não assumiu, oficialmente, o compromisso com a transição para a economia circular, porque não conta com uma política pública específica para fomentar este modelo produtivo cíclico.

Todavia, o país detém um arcabouço composto de planejamentos, instrumentos normativos e legislação no setor de resíduos sólidos que concorrem, ainda que indiretamente, para a conformação da economia circular e, portanto, podem acarretar a sua inserção com segurança jurídica em território nacional.

Neste sentido, a Lei Federal n.º12.305, de 02 de agosto de 2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que é objeto de regulamentação pelo Decreto Federal n.º7.404, de 23 de dezembro de 2010, é o marco regulatório nacional para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, e serve de ponto de partida para a transição para a economia circular.

A PNRS ocupa-se da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos com atribuições complexas, mas individualizadas e encadeadas entre todos os atores atuantes no ciclo produtivo, ensejando, por conseguinte, a delimitação da responsabilidade destes atores também no processo de transição para a economia circular.

Em desdobramento desta responsabilidade compartilhada, a PNRS institui o sistema de logística reversa que incide de forma facultativa sobre os resíduos sólidos especiais pós-consumo, dentre eles, as embalagens em geral. Este sistema de logística reversa vai importar em um conjunto de ações, procedimentos e infraestruturas técnicas-operacionais a ser implantado e custeado pelos produtores para reinserção destes resíduos especiais pós-consumo no ciclo produtivo cíclico sem o desvio de resíduos.

Justamente por isso, o produtor de artefatos (leia-se, fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes), segundo a sua responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, tem a obrigação de promover o redesenho do passado deste artefato em sede do sistema de logística reversa, concebendo-o, desde logo, de forma que seja passível de reutilização e de reciclagem (art. 32, *caput*, §1º, incs. I até III, da PNRS); o que revela a indução em prol da escola de pensamento do design regenerativo, da economia circular, pela PNRS (ARAÚJO, 2019, p. 9/10).

Indo mais adiante, o acordo setorial de embalagens em geral, que é um instrumento negocial que materializa este sistema de logística reversa, conforma a atuação do produtor na consecução das medidas indispensáveis para o financiamento e a implementação deste sistema. Com isso, pode-se contribuir para a transição para a economia circular, pois o acordo setorial traça diretrizes técnica-operacionais sobre o processamento do ciclo técnico ou do ciclo biológico.

Em 27 de novembro de 2015, o Diário Oficial da União, em sua Seção 3, página 169, trouxe a publicação do extrato do Acordo Setorial de Embalagens em Geral, que foi formalizado, em 25 de novembro de 2015, pela União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente (MMA), e pelas associações e entidades representantes das empresas arroladas

no Anexo I, desse acordo setorial, com a interveniência e anuência do Compromisso Empresarial para Reciclagem (CEMPRE), da Associação Brasileira de Embalagens (ABRE), da Associação Nacional dos Aparistas de Papel (ANAP), do Instituto Nacional das Empresas de Preparação de Sucata não Ferrosa e de Ferro e Aço (INESFA), da Associação Nacional de Carroceiros e Catadores de Materiais Recicláveis (ANCAT) e da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O Acordo Setorial de Embalagens em Geral é objeto de ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo e pelo Ministério Pública Federal que contesta, seja em sede de liminar seja em âmbito de mérito, a omissão de responsabilidade operacional das empresas signatárias em sede do sistema de logística reversa, assim como demanda a declaração de nulidade das obrigações financeiras imputadas às organizações de catadores e, ainda, requer o ressarcimento financeiro do Município de São Paulo pela consecução de atividades inerentes a este sistema[3].

Em 1º de junho de 2020, o Ministério do Meio Ambiente expediu a Portaria n.º 252, que tornou pública o processo de consulta pública remota, no período já findo de 04 de junho de 2020 até 03 de julho de 2020, sobre proposta de Termo de Compromisso para Implementação de Ações Voltadas à Economia Circular e Logística Reversa de Embalagens em Geral, que será formalizado, de um lado, pela União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e de outro, pela "ReCircula", que congrega as empresas signatárias arroladas no Anexo I, deste termo.

Importante ressaltar que este Termo de Compromisso, após ser formalizado, substituirá, para todos os efeitos, as obrigações das empresas compromissárias em sede do Acordo Setorial de Embalagens referido (Cláusula Quinta – Da Implantação dos Compromissos Assumidos). Trata-se, em última análise, de uma novação da obrigação originalmente formada (art. 360, inc. I, da Lei Federal n.º10.406, de 10 de janeiro de 2002, Código Civil), posto que as partes signatárias são as mesmas, e, ainda, pretende-se assegurar que a totalidade dos compromissos das empresas signatárias sejam sucedidos pelos temas relacionais a economia circular e a logística reversa de embalagens em geral estabelecidos neste Termo de Compromisso pelo período da sua vigência; o que, em tese, pode representar uma tentativa das empresas signatárias de evitar o contencioso judicial que é alvo o Acordo Setorial de Embalagens.

O Termo de Compromisso, em sua Consideranda, apresenta a seguinte definição de economia circular, a saber:

> "conjunto de medidas que buscam redefinir a noção de crescimento, com foco em benefícios para toda a sociedade, envolvendo a dissociação da atividade econômica do consumo de recursos finitos e eliminação de resíduos por princípio, visando à construção de capital econômico, natural e social, com

3 Ver: BRASIL – Justiça Federal – Seção Judiciária de São Paulo – 17ª Vara de São Paulo – Ação Civil Pública - Processo n.º0015159-35.2016.403.6100 – Autor: Ministério Público do Estado de São Paulo e outros – Réu União e outros – Disponível em: http://www.jfsp.jus.br/foruns-federais/_- Acessado em 21/01/2021.

base em três princípios: (i) eliminar resíduos e poluição; (ii) manter produtos e materiais em ciclos de uso; e (iii) regenerar sistemas naturais"

O Termo de Compromisso tem por finalidade estabelecer diretrizes, iniciativas e ações que serão realizadas pelos signatários para o desenvolvimento da economia circular de embalagens em geral que inserem no mercado, levando-se em consideração os objetivos da PNRS, especialmente: (i) não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos; (ii) estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços; (iii) incentivo à indústria de reciclagem para fomentar o uso de matérias-primas e insumos renováveis, recicláveis e reciclados; e, (iv) cooperação técnica e financeira para gestão integrada de resíduos sólidos (Cláusula Primeira – do Objeto, do Termo de Compromisso).

Complementarmente, a Cláusula Segunda – Da Descrição das Medidas de Fomento à Economia Circular de Embalagens em Geral, do Termo de Compromisso, ao dispor sobre a implementação progressiva de medidas voltadas para o fomento da economia circular de embalagens em geral, aponta o desenvolvimento das seguintes iniciativas, que seguem lastreadas nos aspectos técnicos e operacionais previstos no "Anexo II - Fundamentos e Diretrizes Técnicas": (i) inovação na produção de embalagens em geral, que tem por objetivo viabilizar que as embalagens de seus produtos sejam, desde a concepção, desenvolvidas para reciclagem, além de ações que contribuam para a redução, reutilização e reciclagem de embalagens pós-consumo; (ii) fomento à cadeia de reciclagem por meio de ações que contribuam para o desenvolvimento da economia circular de embalagens em geral, que agreguem valor ao material pós-consumo e o tornem economicamente viável a ser reciclado, respeitadas as limitações técnicas; e, (iii) engajamento dos consumidores para a separação e correta destinação das embalagens pós-consumo por meio de ações de conscientização a serem desenvolvidas em apoio à agenda nacional de qualidade ambiental urbana.

O Termo de Compromisso, em sua Cláusula Terceira – Dos Compromissos das Compromissárias, prevê que as empresas compromissárias da ReCircula, ao promoverem o fomento da economia circular de embalagens em geral, comprometem-se, de forma conjunta, a atenderem às metas descritas nos "Anexo II - Fundamentos e Diretrizes Técnicas" e "Anexo III – Metas e Métricas Estimadas" mediante o cumprimento dos seguintes eixos de atuação: (i) 100% de reciclabilidade até 2025; (ii) aumentar progressivamente o uso de matéria-prima reciclada pós-consumo nas embalagens; (iii) manter e incentivar o uso de modelos alternativos de entrega; (iv) logística reversa de embalagens em geral.

O Termo de Compromisso, que possui prazo de vigência de 05 anos, prorrogáveis automaticamente, em caso de ausência de expressa manifestação em contrário até 03 meses antes do seu término (Cláusula Sétima – Da Vigência e Validade), será objeto de monitoramento, acompanhamento e reporte, anualmente, mediante apresentação de relatório independente que deverá ser enviado para a União (Cláusula Sexta – Do

Acompanhamento, Controle e Fiscalização dos Compromissos, do Termo de Compromisso).

No período de consulta pública, o Termo de Compromisso foi alvo de severas críticas, destacando-se, dentre todas, a Nota Técnica expedida pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (ABRAMPA)[4], que, a título de conclusão, sugeriu a rejeição integral deste Termo de Compromisso por não atender, minimamente, os requisitos legais estabelecidos para materialização do sistema de logística reversa de embalagens em geral previstos na PNRS.

Em relação as obrigações relacionadas à economia circular apontadas no Termo de Compromisso, a ABRAMPA, com respaldo nos estudos da Fundação Ellen MacArthur, aponta que este novo ciclo produtivo só terá sucesso e atingirá os seus objetivos se houver o atendimento das condições viabilizadoras e das condições sistemáticas favoráveis. Estas condições dependem de ações muito mais amplas, que envolvam a responsabilidade de terceiros diversos dos produtos de artefatos. Com efeito, as condições citadas deverão envolver (i) colaboração, (ii) revisão de incentivos, (iii) estabelecimento de regras ambientais internacionais adequadas, (iv) liderança por exemplo e com foco em escala e agilidade e (v) acesso a financiamento.

Neste sentido, a ABRAMPA aponta que o país ainda não conta com as condições viabilizadoras e as condições sistemáticas favoráveis para a transição para a economia circular. Todavia, as empresas compromissárias, independentemente destas condições, podem, e devem estruturar, de forma adequada, o sistema de logística reversa de embalagens em geral, a fim de que esta matéria-prima secundária possa ser reaproveitada, no mesmo ciclo ou em outro, pelo maior tempo possível, ou, se for o caso, enviado para a destinação final ambientalmente adequada; o que o Termo de Compromisso não contempla, e é um aspecto antecedente de cunho operacional de fundamental importância para implementação da economia circular também.

Até o presente momento, o Termo de Compromisso para Implementação de Ações Voltadas à Economia Circular e Logística Reversa de Embalagens em Geral ainda não foi formalmente formalizado.

Em 12 de novembro de 2020, o Diário Oficial da União, em sua Seção 3, veiculou a publicação do extrato do Termo de Compromisso para o Aperfeiçoamento do Sistema de Logística Reversa de Latas de Alumínio para Bebidas, que foi subscrito em 10 de novembro de 2020, e possui como partes, de um lado, a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, e, de outro, as empresas associadas à Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (ABRALATAS) e à Associação Brasileira do Alumínio (ABAL).

O Termo de Compromisso de Latas de Alumínio tem por objetivo disciplinar o sistema de logística reversa de latas de alumínio, por meio do retorno após o uso pelo consumidor, a fim de aperfeiçoar este sistema já existente mediante garantia da continuidade da taxa

4 Disponível em: https://abrampa.org.br/abrampa/site/index.php?ct=conteudoEsq&id=873&modulo=NOT%C3%8DCIA – Acessado em 21/01/2021

elevada de reciclagem, melhoria da eficiência do sistema e, ainda, fortalecimento da conscientização ambiental da população e dos gestores públicos.

O Termo de Compromisso de Latas de Alumínio promove uma novação em relação ao acordo setorial de embalagens em geral, posto que o primeiro, o termo de compromisso, sucederá todos os demais instrumentos setoriais de logística reversa na esfera nacional, estadual e regional, inclusive este último, o acordo setorial; o que se alinha à pretensão do Termo de Compromisso para Implementação de Ações Voltadas à Economia Circular e Logística Reversa de Embalagens em Geral.

Sem prejuízo das críticas apontadas pela ABRAMPA sobre a proposta do Governo federal para introdução da economia circular no setor de embalagens em geral, é certo que esta transição para o novo ciclo produtivo, cujas raízes são europeias, não dialoga, a princípio, com os diversos aspectos que distinguem e marcam os países periféricos da América Latina, em especial o Brasil; o que será aprofundado adiante.

Surge, assim, outro desafio específico a ser superado na transição para a economia circular na América Latina, que pode, e deve envolver a interface deste novo ciclo produtivo com as escolas de pensamento alinhadas com as raízes latino-americanas. Dentre elas, destaca-se o Bem Viver, que é calcado nos valores culturais dos povos tradicionais e das florestas da América Latina, inclusive os povos indígenas guaranis brasileiros (BONIN, 2014, p. 3); o que justifica a escolha desta escola de pensamento latino-americana.

4 I BEM VIVER

O Bem Viver busca abrir caminho para uma transformação civilizatória construída coletivamente para uma nova forma de vida em harmonia do homem com ele mesmo, com sua comunidade e com a Pachamama, Mãe Natureza (ACOSTA, 2016, p. 24/30).

Não se trata de uma idealização de um melhor sistema de acumulação material, nem sequer um sistema distribuição ou redistribuição de bens. Menos ainda representa uma proposta para atender ou disfarçar o *status quo* desenvolvimentista excludente e fracassado, que, porém, domina há séculos a América Latina (ACOSTA, 2016, p. 21).

O Bem Viver, que se pauta nos princípios da reciprocidade, relacionalidade, complementariedade e solidariedade, constitui uma ideia, uma visão utópica em construção, livre de preconceitos, que possibilita a abertura de portas para a formulação de visões alternativas de vida com vista à superação do modelo de produção capitalista linear (ACOSTA, 2016, p. 24/30).

Trata-se, assim, de bem conviver fundamentado nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, e não se resume a um simples bem-estar ocidental. O Bem Viver aposta em um futuro diferente, que pressupõe a construção de relações de intercâmbio e de cooperação, para que seja possível propiciar uma suficiência sustentada na solidariedade (ACOSTA, 2016, p. 26/27).

Daí, o elemento chave para a compreensão do Bem Viver é voltar-se a atenção não somente para o homem em uma visão antropocêntrica, mas, sim, para o ser humano na sua relação com a comunidade e em harmonia com a Natureza a partir de uma visão biocêntrica. Ou seja, não está em jogo, apenas, a defesa em face da exploração da mão-de-obra violada pela mais-valia linear. A fronteira da defesa civilizatória se alarga, e vai abranger a proteção em face de esquemas antropocêntricos de organização produtiva causadores de destruição da biodiversidade planetária (ACOSTA, 2016, p. 27/28).

O Equador e a Bolívia, a partir das propostas revolucionárias de ruptura tradicional civilizatória que ganharam força política nesses países, alçaram os resultados dessas lutas nas suas constituições, contribuindo, assim, para dar concretude às medidas de implementação desse novo processo civilizatório (ACOSTA, 2016, p. 22).

Todavia, o simples fato de ser um direito positivado na constituição não tem o condão de superar o sistema linear. Da mesma forma, a mera incorporação burocrática das dimensões e valores dos povos e comunidades indígenas andinos ou o favorecimento de espaços especiais pelo Estado não vai traduzir em uma transição pacífica para o Bem Viver. Isso vai exigir um compromisso histórico do Estado, que, ao buscar a qualificação como plurinacional, deverá incorporar os códigos culturais dos povos tradicionais, e abrir as portas para um amplo debate com vista à transição para outro modelo estatal descomprometido com as amarras eurocêntricas e estadunidenses (ACOSTA, 2016, p. 25/26).

Justamente por isso, vai emergir a necessidade de construção de uma nova economia compatível com essa outra civilização. Esta nova economia, que segue pautada nos princípios citados, e, ainda, nos princípios da responsabilidade, da integralidade, da suficiência, da diversidade cultural, da equidade e democrático, pode, e deve buscar a desconstrução do racionalismo capitalista, e reconstruir alternativas para a sua superação. O reconhecimento e a valorização de outros saberes e práticas, inclusa a reinterpretação social da Natureza a partir do imaginário cultural dos povos nativos, será fundamental para possibilitar essa transformação racional econômica (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 136).

Daí, a proposta dessa economia alinhada ao Bem Viver vai pressupor uma reorganização produtiva que abandone a lógica da acumulação de bens materiais cada vez maior, que, por conseguinte, contribui para a devastação social e ambiental; o que, repita-se, caracteriza o modelo de economia linear, então, vigente (ACOSTA, 2016, p. 165/166).

Deve-se dar espaço, portanto, para uma grande transformação de base, que possibilite consumir diferente, melhor e, em alguns casos, menos, a fim de obter-se melhor resultados em qualidade de vida, inclusive. Esta nova economia solidária e sustentável vai demandar, ainda, a mudança do eixo de uma economia do crescimento por uma sociedade do crescimento, em que se busca uma crescente autodependência comunitária para superar o consumismo e o produtivismo, prevalecendo, sempre, as relações humanas, as comunitárias e as estabelecidas com a Natureza (ACOSTA, 2016, p. 165/166).

No intuito de criar condições para assentar, de forma segura, o Bem Viver, e

possibilitar o aprofundamento das suas premissas também no campo do racionalismo econômico, emerge o pós-extrativismo. (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 138).

O modelo extrativista pode representar, não sem livre de críticas, uma perpetuação do Imperialismo, que originou a economia linear, e mantém-se firme no domínio da América Latina. Trata-se de modelo desenvolvimentista baseado na exploração de recursos naturais e na concentração de renda, cujos resultados são exportados na forma de commodites para os países desenvolvidos; o que só reforça a dependência da volatilidade dos preços e o poder oligopolista das empresas transnacionais (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 139).

Em oposição a esse modelo, surge o movimento pós-extrativista, que nasce da mobilização em face do neoliberalismo e do questionamento a respeito do neoextrativismo (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 140). O pós-extrativismo decorre da constatação de que se vive uma crise universal civilizatória, e não, apenas, uma crise econômica, financeira ou múltipla, razão pela qual contesta-se os padrões desenvolvimentistas de dominação autoritário, vertical e assimétrico do mercado mundial com suas práticas de consumir, produzir e gerar resíduos (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 141/142).

Reconhece-se a insustentabilidade da perpetuação da exploração do conjunto da biodiversidade da Natureza com o gravame dos seus limites de resiliência. A Natureza tem limites de perturbações, que, obviamente, não podem se subordinar às vontades do homem. E, estes limites estão cada vez mais perceptíveis e insustentáveis diante da apropriação capitalista desenvolvimentista. Logo, a rendição perante uma realidade visível é o primeiro passo para impulsionar o processo de transformação da racionalidade econômica e social (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 146).

O pós-extrativismo vai implicar em grandes e amplas transformações sociais, concentrando-se em criar condições e formas de reprodução social integrais, incluído os aspectos econômico e ambiental de cunho social (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 148). Para tanto, resgata-se o reencontro, o elo de ligação do homem com a Natureza, que se desfez por conta de uma concepção de vida predatória e intolerável. Com essa união, a política poderá recobrar uma força de atualidade capaz de superar a mercantilização da Natureza (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 146).

Assim sendo, os objetivos dessa nova economia respeitarão o funcionamento dos sistemas naturais, atendendo-se ao princípio da dignidade humana para conferir uma melhor qualidade de vida para as pessoas (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 147). Mas, não é só isso.

A própria pluralidade da sociedade levará a construção da liberdade, da equidade e da felicidade; o que possibilitará a criação de instituições e normas para desenvolver e consolidar uma democracia mais prolífica e radical. Com isso, abre-se espaço para reversão do domínio capitalista atual, cria-se poder com a legitimidade social e, ainda, provoca-se a revisão do pensamento do Estado a partir de uma dimensão comunitária que expanda a democracia direta em todos os âmbitos possíveis (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 147).

"*É a partir daqui que se deve construir uma transição pós-extrativista nos moldes de um processo de democracia sem fim, em que se conjugue reforma, transformação estrutural e rebeldia*" (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 147).

5 I APROXIMAÇÃO E AFASTAMENTO DA ECONOMIA CIRCULAR COM O BEM VIVER

A economia circular e o Bem Viver vão se aproximar na medida em que se apresentam como proposta de ruptura e superação do modelo desenvolvimentista linear. Ambas guardam relação com um conceito de bem-estar e visões de futuro a partir de uma sociedade desenvolvida em alinhamento com a biodiversidade do planeta, e respeito aos limites de resiliência da natureza. Logo, apregoam que as formas de produção devem ser social e ambientalmente compatíveis, a fim de conferir uma vida atrativa para todos com a prevalência da relação do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza.

A economia circular, com base na Economia da Performance na vertente das premissas da economia social e da economia cultural, ressalta a importância, e a necessidade de promover-se a defesa dos direitos humanos e da geração digna de emprego e renda, assim como o compromisso com os valores ético-culturais decorrente da herança histórica e cultural dos povos (WEETMAN, 2019, p. 44/45); o que, de certo, contribuirá para formação desta economia regenerativa e restaurativa por princípio.

Indo ao encontro desta proposta sociocultural da economia circular, o Bem Viver apregoa a construção de uma nova sociedade de bases comunitária voltada para um conviver harmonioso com a Natureza, e, por isso, vai ensejar uma nova economia pós-extrativista divorciada da lógica de desenvolvimento mercantilista do capitalismo, tudo orientado pela prevalência dos Direitos Humanos e, mais do que isso, dos Direitos da Natureza, pautando-se pela materialização dos princípios da reciprocidade, da relacionalidade, da complementariedade e da solidariedade.

A economia circular e o Bem Viver apresentam, portanto, a necessidade de reorganização da produção desvinculada da dominação de mecanismos de mercado orientados por uma visão utilitarista de exploração, sem limites dos recursos finitos planetários. Esta reorganização produtiva busca respeitar o ambiente natural a partir da reutilização dos recursos com a reordenação em novos ciclos ecológicos, ensejando, por conseguinte, uma forma diferente de pensar o consumo, e, em alguns casos, consumir menos para resultar em melhor qualidade de vida.

Contudo, só isso não basta. O paradigma produtivista e consumista da sociedade de consumo da modernidade líquida precisa ser rompido. Faz-se necessário compreender e superar os processos compulsivos de consumo do homem desta era líquida para revelar, transformar e integrar o seu estado emocional melancólico. Para tanto, o processo de autoconhecimento agregado com a busca do self são peças essenciais e chaves para

assegurar o mergulho no vazio existencial humano, e trazer do inconsciente individual do homem para o seu consciente as ferramentas necessárias para despertar do si e, portanto, da sua essência (JUNG, 1980, p. 101/105)

A partir do despertar deste novo homem, será possível estabelecer conexões com valores éticos e espirituais mais elevados (KRISHNAMURTI, 2018, p. 112), notadamente dele consigo mesmo, com a comunidade e com a Pachamama; o que sempre esteve na gênese da consciência cultura dos povos tradicionais, e, nesta quadra atual, constitui a espinhal dorsal do Bem Viver para uma transformação civilizatória que já ganhou *status* constitucional no Equador e na Bolívia.

Em suma, a economia circular apresenta e reconhece a necessidade de ruptura do consumismo que molda o homem- mercadoria da era da modernidade líquida, segundo a feliz expressão de BAUMAN, enquanto o Bem Viver complementa essa ruptura por meio do resgate da ligação da essência humana com a Natureza para ensejar o surgimento de outra sociedade, fraterna, justa, solidária e livre, em qualquer parte do planeta, segundo apregoa ACOSTA.

Todavia, a interface entre a economia circular e o Bem Viver para por aí.

O Bem Viver compreende o processo histórico extrativista, mercantilista e segregacionista, que se baseia em um desenvolvimento linear de cunho globalizante policêntrico que assola a América Latina.

O Bem Viver vai de encontro não só ao *status quo* desenvolvimentista capitalista prevalecente, mas também às propostas alternativas de ruptura que se moldam a este *status quo*. Defende a necessidade de uma transformação desestabilizadoras do capitalismo e seus interesses para criar condições sociais que permitam o florescimento de um contexto social comunitário e solidário (ACOSTA e BRAND, 2018, p. 158).

Logo, o Bem Viver vai muito além da economia circular, e propõe mudanças estruturais no âmago da sociedade e, obviamente, do Estado para construir uma alternativa e evolução de vida que seja repensada a partir de um olhar holístico e sistêmico calcado nos Direitos Humanos e nos Direitos da Natureza, e guiada pelos princípios da reciprocidade, da relacionalidade, da complementariedade e da solidariedade (ACOSTA, 2016, p. 166).

6 | ECONOMIA CIRCULAR À MODA BRASILEIRA

O surgimento da "*economia circular à moda brasileira*" poderá ocorrer justamente da interseção entre a economia circular e o Bem Viver. Todavia, deve-se ir além para ressaltar a importância dos aspectos distintivos que sobressaem do Bem Viver, em razão das características inerente de um país latino-americano periférico como é o Brasil.

Nesse sentido, a "*economia circular à moda brasileira*" deverá estar pautada na ruptura e na superação da economia linear extrativista de cunho globalizante policêntrico, e propugnar pela transformação do âmago da sociedade – e, não somente de um ciclo

produtivo – e, por conseguinte, dos Estados nacionais, para que seja construída uma nova alternativa social, cultural, econômica e ambiental a partir de um olhar holístico e sistêmico que esteja alinhado com a biodiversidade do planeta, e respeito aos limites de resiliência da Natureza.

Esta nova sociedade - que orientar**á** a atuação dos Estados nacionais, e não o contrário - deverá estar comprometida com os valores ético-culturais herdados dos povos constitutivos do país (art. 3, incs. I e II, da Constituição de República Federativa do Brasil de 1988), e priorizar o florescimento de uma base social comunitária e solidária para estabelecer uma convivência harmoniosa do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza, observando-se, sempre, a prevalência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza com a materialização dos princípios da reciprocidade, da relacionalidade, da complementariedade e da solidariedade.

Em desdobramento disso, a "*economia circular à moda brasileira*" deverá pressupor a reorganização do ciclo produtivo desvinculado dos mecanismos de mercado de cunho mercantilista e utilitarista dos recursos finitos ambientais. Com efeito, esta nova economia deverá ter como regra o respeito à Natureza, e reconhecê-la como um ser vivente com direitos a serem assegurados em sede constitucional pelos Estados nacionais; o que implicará na migração do antropocentrismo alargado e esverdeado da CRFB/1988 para um ecocentrismo efetivo.

Justamente por isso, a "*economia circular à moda brasileira*" deverá inverter a logica atual da utilização dos recursos naturais, isto é, a utilização dos recursos naturais deverá ser a exceção, e a reutilização das matérias primas secundárias a regra, importando, por conseguinte, na inserção destes artefatos no mesmo ou em outros ciclos produtivos, pelo maior tempo possível, sem que haja a geração de resíduos sólidos a serem encaminhados para a destinação final ambientalmente adequada.

Indo mais adiante, a nova sociedade e, ainda, os Estados nacionais, ambos responsáveis pela construção da "*economia circular à moda brasileira*", também deverão comprometer-se com a ruptura da sociedade de consumo da modernidade líquida, e ofertar os meios necessários para assegurar que o homem mercadoria desta era líquida possa compreender e superar os processos compulsivos de consumo para revelar, transformar e integrar o seu estado emocional melancólico.

A partir do processo de autoconhecido agregado com a busca do self, o homem mercadoria poderá mergulhar no seu vazio existencial, e trazer do inconsciente individual para o seu consciente as ferramentas necessárias para revelar a sua essência; o que poderá acarretar o resgate de valores éticos e espirituais mais elevados em conexão com a Natureza. Daí, o homem deixará ser uma mercadoria, e resgatar**á** a sua real dignidade humana, podendo, assim, gozar de um estado de graça interior pleno com redução dos desvios de consumo que impactam o ambiente natural. Com isso, o homem poderá ter a clareza que até pode consumir de forma sustentável, mas não cair no consumismo vazio

dessa era líquida.

7 I CONCLUSÃO

A economia circular propugna pela ruptura do modelo de economia linear, e reconhece a necessidade de superação do consumismo que orienta a vida do homem-mercadoria da sociedade de consumo da era da modernidade líquida. Complementarmente, o Bem Viver reforça essas diretrizes da economia circular, e induz o resgate da ligação deste homem com a Natureza para ensejar o surgimento de uma outra sociedade, fraterna, justa, solidária e livre.

Todavia, o Bem Viver vai além, e propõe uma mudança estrutural da sociedade e, por conseguinte, do Estado nacional para construir uma via alternativa com um olhar holístico e sistêmico alinhado com os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza, e guiada pelos princípios da reciprocidade, da relacionalidade, da complementariedade e da solidariedade.

Tendo em vista esta interface entre a economia circular e o Bem Viver, propõe-se reflexões para a construção de uma "*economia circular à moda brasileira*", que, por sua vez, pode contribuir para o debate da transformação da sociedade e do Estado nacional a partir da convivência harmoniosa do homem consigo, com a comunidade e com a Natureza segundo os Direitos Humanos e os Direitos da Natureza.

Ademais, a "*economia circular à moda brasileira*" poderá importar na reordenação da lógica do ciclo produtivo, em que a utilização dos recursos naturais deverá ser a exceção, e a reutilização das matérias primas secundárias a regra, resultando, assim, na inserção destes artefatos no mesmo ou em outros ciclos produtivos, pelo maior tempo possível, sem que a geração de contaminantes de qualquer espécie.

Indo mais adiante, a "*economia circular à moda brasileira*" deverá assegurar os meios para que o homem-mercadoria busque o processo de autoconhecido agregado com a busca do self, a fim de possibilitar o mergulho no vazio existencial. Com isso, este homem poderá trazer do inconsciente individual para o seu consciente as ferramentas necessárias para revelar a sua essência, importando, assim, no resgate de valores éticos e espirituais mais elevados em conexão com a Natureza.

Logo, o homem poderá resgatar a sua real dignidade humana, e gozar de um estado de graça interior pleno com redução dos desvios de consumo que impactam o ambiente natural. Dessa forma, será possível ter a clareza que até pode consumir de forma sustentável, mas não cair no consumismo vazio dessa era líquida.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto e BRAND, Ulrich. Pós-Extrativismo e Decrescimento; Saídas do Labirinto Capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.

ACOSTA, Alberto. O Bem Viver; Uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos. São Paulo: Elefante, 2016.

ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. "*Design Regenerativo e Direito Ambiental: Construção de Ponte para a Economia Circular*". SILVA, Américo Junior Nunes da; e, VIEIRA, André Ricardo Lucas (Orgs.). Ciências Exatas e da Terra: Aprendizado, Integração e Necessidades do País 2. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2021, p. 33/48.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para Consumo; A Transformação das Pessoas em Mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Regional - Secretaria Nacional de Saneamento (SNS) - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2019. Brasília: SNS/MDR, 2020.

Fundação Ellen MacArthur. "*Rumo a Economia Circular: O Racional de Negócio para Acelerar a Transição*" – Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf – Acessado em: 31.01.2021.

JUNG, Carl Gustav. Psicologia do Inconsciente. Petrópolis: Vozes, 1980.

KAZAZIAN, Thierry. Haverá a Idades das Coisas Leves; Design e Desenvolvimento Sustentável. São Paulo: SENAC/SP. 2009.

KRISHNAMURTI, Jidu. Seu Universo Interior; Você é a História da Humanidade. São Paulo: Planeta, 2018.

MANZINI, Ezio. Design para Inovação Social e Sustentabilidade: Comunidades Criativas, Organizações Colaborativas e Novas Redes Projetuais. Rio de Janeiro: E- Papers, 2008.

PINTO, Henrique Motta. "*A Articulação dos Serviços de Saneamento Básico com a Política Urbana*". In: MOTA, Carolina (coordenadora). Saneamento Básico no Brasil: Aspectos Jurídicos da Lei Federal n.º11.445/2007. São Paulo: Quartier Latin, 2010.

SANTOS, Milton. Por uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal, 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SAIANI, Carlos César Santejo e TONETO JÚNIOR, Rudinei. "*Manejo dos Resíduos Sólidos no Brasil: Desigualdades e Efeitos sobre a Saúde*". In: DOURADO, Juscelino, SAIANI, Carlos César Santejo e TONETO JÚNIOR, Rudinei (coordenadores). Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e Desafios da Lei Federal nº12.305 (Lei de Resíduos Sólidos). Barueri, SP: Minha Editora, 2014.

SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira e ESTRAMIANA, José Luís Álvaro. Consumo, Narcisismo e Identidade Contemporânea: Uma Análise Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora UERJ.

TEUBNER, Gunther, "*Justice under Global Capitalism?*". In: *Law Critique* (2008) pp. 329–334.

WEETMAN, Catherine. Economia Circular: Conceitos e Estratégias para Fazer Negócios de Formais Inteligente, Sustentável e Lucrativa. São Paulo: Autêntica Business, 2019.

CAPÍTULO 7

MECANISMOS DE EXCLUSÃO DIGITAL E DESAFIOS PARA A EFETIVAÇÃO DO DIREITO À COMUNICAÇÃO

Data de aceite: 01/03/2022

Maria Lúcia de Paula Oliveira
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Professora Adjunta, ECJ-CCJP
Rio de Janeiro,Brasil

RESUMO: Um dos aspectos centrais para a efetivação do direito à comunicação está na necessidade de que haja uma participação na maior igualdade de condições possíveis de todas as pessoas. Ao se considerar a comunicação por meio da internet, é possível verificar que existem formas expressivas de excluir parte substancial da população do processo de discussão pública que se dá virtualmente. Os mecanismos de exclusão digital que se pretende apresentar não se circunscrevem, ainda que também incluam, a falta de acesso aos meios tecnológicos indispensáveis para o exercício do direito à internet. Isso porque a não participação pode decorrer também de preconceitos que inibem, de variadas formas, a participação dos agentes (preconceitos que limitam o acesso por meio de uma cultura de impropriedade (por exemplo, a alegação da incapacidade feminina de lidar com máquinas) ou por meio de uma cultura de violência (por exemplo, o discurso do ódio). Em conclusão, objetiva-se mostrar a necessidade da regulação da comunicação nas redes para que se efetive o direito à comunicação. A metodologia envolve pesquisa bibliográfica e de dados, que subsidiam a correlação de ideias e conceitos concebidas a partir das discussões travadas no âmbito do Grupo de Pesquisa de Filosofia do Direito – GIFPOG-UNIRIO.
PALAVRAS-CHAVE: Exclusão. Comunicação. Democracia. Direito. Igualdade.

ABSTRACT: One of the central aspects for the realization of the right to communication is the equality of conditions for all people. When considering communication through the internet, it is possible to identify significant ways to exclude a substantial part of the population from the process of public discussion. The mechanisms of digital exclusion are not limited to the lack of access to the technological means indispensable for the exercise of the right to communicate virtually. Non-participation can also stem from prejudices that inhibit, in various ways, the participation of agents (prejudices against women and technology – for example, the allegation of female inability to deal with machines) or by means of a culture of violence (hate speech). In conclusion, the objective is to show the need for regulation of communication in networks so that the right to communication becomes effective. The methodology involves bibliographic and data research, which subsidize the correlation of ideas and concepts conceived from the discussion held in the Research Group on Philosophy of Law – GIFPOG-UNIRIO.
KEYWORDS: Exclusion. Communication. Democracy. Law. Equality.

1 I INTRODUÇÃO

Assim como existe um desafio para a comunicação democrática decorrente

da exclusão social, se coloca a questão se esse mesmo desafio se põe no ambiente virtual. Será que existe desigualdade no meio virtual e essa desigualdade se reflete na comunicação pela internet? Nosso objetivo no presente estudo é relatar um aspecto talvez não tão destacado da exclusão social, qual seja a que se dá por meio digitais, e suas consequências sobre a efetivação do direito à ea essa exclusão digital, visando a igualdade e democracia do processo de comunicação democrática.

Primeiramente, cumpre tecer algumas considerações sobre o próprio direito à comunicação: isso porque ao se posicionar tal direito como direto humano e fundamental, se está referindo, à luz do nosso sistema jurídico constitucional e no direito internacional. Convém, de outro lado, questionar a idealização da comunicação pela internet, como esfera de liberdade e igualdade. Na sequencia, mostraremos como a inclusão digital é fundamental para que se tenha uma comunicação pela internet mais democrática, estimulando-se políticas públicas voltadas à sua inclusão. Compatibiliza-se literatura sobre democracia e exclusão social, com a literatura mais receite sobre exclusão digital, estabelecendo-se correlações com os materiais bibliográficas que tratam do direito à comunicação.

2 | DIREITO À COMUNICAÇÃO COMO DIREITO HUMANO E FUNDAMENTAL

Num primeiro momento, os direitos relacionados à comunicação eram enfocados do ponto de vista da liberdade dos indivíduos, se constituindo em direitos negativos, para os quais o papel do Estado consistia basicamente em garantir o exercício do direito do cidadão, não cabendo a ele intervir na manifestação de pensamento dos cidadãos. Às liberdades de pensamento e de expressão inicialmente concebidas, juntaram-se posteriormente o direito à informação (que inclui o direito de informar e de ser informado) e a liberdade de imprensa. Essa ampliação dos direitos suscitou uma revisão da própria forma de assegurá-lo. O enfoque inicial (que via a liberdade de expressão basicamente como liberdade negativa) vai sendo paulatinamente revisto, concebendo-se agora a eventual necessidade de intervenção do Estado na tutela desses direitos, ou seja, a necessidade de políticas públicas para a comunicação.

A ampliação do rol de direitos que regulam a comunicação permitiria o reconhecimento de um direito à comunicação. O Relatório MacBride da UNESCO de 1983 realçou a importância desse direito como direito humano. O que se coloca nesse momento é que a comunicação deveria estar nas mãos do povo, sem a dominação pelo mercado. De outro lado, a relação do Estado com os meios de comunicação deveria se dar de forma a evitar uma sujeição dos segundos ao primeiro. Cuida-se de direito (com todos os direitos que englobaria) imprescindível para a democracia, em tempos de avanço tecnológico.

É notável o papel da UNESCO na concepção do direito à comunicação. Relembra-se que já em 1976, na Conferência de Nova Déli, o famoso discurso de Indira Gandhi, então Primeira Ministra da India, fazia, com grande repercussão, a associação entre comunicação

e cultura. Nos anos oitenta, um marco indiscutível é a elaboração do famoso Relatório "Um Mundo, Muitas Vozes", mais conhecido como Relatório Mac Bride, cabendo lembrar também do Programa Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação. Atribui-se pela primeira vez o status de direito humano ao direito à comunicação (ou de comunicação, como se preferia falar). Esse momento decorre de novas circunstâncias, especialmente a influência do elemento econômico sobre os meios de comunicação, surgindo a chamada "indústria da comunicação"; a verticalização na circulação das informações, com a uniformidade e concentração na indústria da comunicação e a percepção quanto a uma falta de neutralidade da incorporação de novas tecnologias.

Algumas décadas depois, com a importância das TICs (tecnologias de informação e comunicação), o direito de buscar, receber e comunicar informações volta de forma mais clara a ser objeto de atenção da UNESCO. Impulsionada pela Cúpula Mundial sobre a Sociedade de Informação realizada no âmbito da Organização das Nações Unidas em 2005, surgiu uma campanha internacional denominada "Communication Rights in the Information Society (CRIS), que colocou o direito à comunicação na pauta política. Ainda que a invocação do direito à comunicação tenha, por variadas razões políticas, deixado de estar numa perspectiva de relevo, ele se torna ainda mais crucial nas circunstâncias contemporâneas, pois ele é imprescindível para a liberdade de manifestação de pensamento e para a liberdade de expressão. O que se objetiva, em última instância, com o reconhecimento desse direito é assegurar a participação de todos, de forma igual, na esfera pública mediada pelas comunicações sociais e eletrônicas.

Dentre os direitos fundamentais, sempre se identificou alguns direitos conectados com a comunicação humana, dentre os quais a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação de pensamento e, também, o direito à informação. A Constituição Brasileira estipulou em seu art. 5º todos esses direitos, em seus incisos IV, VI, IX, XII, XIV. Contém, ainda, a nossa Constituição, um Capítulo, Cap. V, no Título VIII, dedicado à Comunicação Social. Esses direitos estão também expressos em documentos do Direito Internacional. Dispõe, por exemplo, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu art. 19, que "...todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios, independente de fronteiras." Nesse momento, é importante lembrar que a concepção do direito à comunicação como direito fundamental e humano encontra respaldo em nosso sistema constitucional e legal vigente, ainda que não haja previsão expressa desse direito no texto constitucional brasileiro. Primeiramente, o direito à comunicação compreende o exercício de outros direitos fundamentais, como a liberdade de expressão, a liberdade de manifestação de pensamento, a liberdade de informação, o direito à igualdade, o direito à privacidade, à honra e à imagem, a liberdade de imprensa, todos previstos expressamente na Constituição Brasileira no seu art.5º. Recorde-se, ainda, a disciplina nos arts.220 a 224 da Comunicação Social.

O §2º. do art. 5º da Constituição Federal estabelece a possibilidade de direitos fundamentais implícitos. Resultariam eles do regime e dos princípios adotados pela própria Constituição, ou dos tratados internacionais em que o Estado Brasileiro seja parte. Essa norma, como nos lembra Ingo Sarlet resulta de longa tradição em nosso Direito Pátrio, que começa com a Constituição Republicana de 1891, traduzindo a compreensão quanto à existência de um conceito material da Constituição, "... no sentido de existirem direitos que por seu conteúdo, por sua substância, pertencem ao corpo fundamental da constituição de um Estado, mesmo não constando expressamente no catálogo originalmente definido pelo constituinte." (MARINONI, MITIDIERO E SARLET, 2017, p.217). Dos preceitos legais anteriormente citados e de um amálgama dos direitos citados no parágrafo antecedente, é possível, sem sombra de dúvida, afirmar a existência no sistema constitucional brasileiro do direito à comunicação. Ingo Sarlet reconhece aos direitos fundamentais implícitos a mesma proteção constitucional prevista para os direitos explícitos, não os diferenciando. Essa nos parece a conclusão mais acertada também. Já se encontra a defesa de que seja expressamente previsto no Texto Constitucional, por meio de emenda constitucional, o direito à comunicação. Ainda que tal previsão não seja indispensável, é possível compreender as razões de quem defende tal alteração da Constituição, já que muitas vezes a invocação em isolado dos direitos fundamentais hoje contemplados, justifica discursos que pretendem desqualificar a tutela constitucional da comunicação social ou da internet, tratando-as não como um direito do cidadão, mas como um mero serviço de utilidade pública.

Frise-se que se verificarmos os tratados e convenções internacionais de que o Estado Brasileiro é signatário, reforça-se ainda a tese de que o direito à comunicação é um direito implícito. Além da já citado art. 19 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, relembre a previsão contida no art 27º. 1. , cuja redação é a seguinte: "Art.27º. 1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e nos benefícios que destes resultem". No Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (Decreto no. 592, de 06/07/92), encontramos as disposições sobre a liberdade de manifestação de pensamento e da liberdade de expressão nos arts.18 e 19, estabelecendo o referido art.19 que a liberdade de expressão inclui a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, em forma impressa ou artística ou qualquer outro meio de sua escolha. Também a Convenção Interamericana de Direitos Humanos (Decreto no. 678, de 06/11/92), dispõe o seguinte:

> Art.13º. 3. Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de frequências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão da informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de ideias e opiniões.

Esses seriam exemplos de Convenções internalizadas no Direito Brasileiro e que

reforçam a concepção do direito à comunicação como direito humano e fundamental. A afirmação de tal direito é destacada como indispensável para a própria realização da democracia. Nos últimos tempos, avulta a importância da comunicação virtual, em que a internet se torna parte onipresente na vida humana. Os desafios da efetivação do direito à comunicação se renovam, já que com relação à internet já não mais se sustentam as primeiras avaliações positivas de democratização da comunicação humana.

3 | A DEMOCRACIA E A ESFERA PÚBLICA EM TEMPOS VIRTUAIS

É indispensável para a democracia a existência de canais de comunicação para os cidadãos poderem discutir os assuntos relevantes, permitindo que esses assuntos repercutam na agenda política. O conceito de esfera pública e a forma como preservá-la nesse mundo de comunicação virtual devem ser repensados, revendo-se a formulação elaborada por J. Habermas. Na teoria habermasiana, a esfera pública constituir-se-ia em âmbito importante, além da institucionalização jurídica dos direitos humanos, para a própria preservação da democracia. A literatura recente, porém, procura rever esse conceito clássico, incorporando uma visão mais "realista" das condições da esfera pública. Hoje essa revisão passa também pela importância que a internet ganha no redimensionamento da comunicação humana.

Na obra de Habermas, o tema da esfera pública ganha relevo com a publicação da "Mudança Estrutural da Esfera Pública". É bem verdade que, como registra Alessandro Pinzani, num estudo empírico sobre o comportamento político dos estudantes universitários alemães, o filósofo já havia apresentava algumas das noções que ele manteria até a publicação do capítulo sobre o tema no "Direito e Democracia", em 1992, como a vinculação da democracia com a ideia da soberania popular, salientando o caráter circular entre a autodeterminação do homem e a própria democracia (PINZANI, 2009, p.39). Isso porque as transformações que a democracia provoca, ao dar suporte a uma autoridade racional é indispensável para o próprio surgimento de cidadãos mais maduros, que por sua vez podem levar ainda mais longe o projeto democrático. Habermas faz nesse momento uma crítica, reiterada posteriormente, à forma do Estado de Bem Estar Social, que teria minado a participação política, deixando a esfera pública para trás, e transformando o cidadão em consumidor. Essas ideias são retomadas e desenvolvidas na "Mudança Estrutural da Esfera Pública", onde faz ele uma descrição do processo de como essa esfera púbica surge na sociedade burguesa a partir da esfera literária. Destaca os locais (salões, cafés) que surgem, onde os frequentadores começaram a discutir literatura e arte, independentemente do status social. Isso se tornou possível pelo próprio desenvolvimento da imprensa escrita e pela expansão das questões debatidas, decorrente da ampliação do público. Esse seria o modelo para a esfera pública política. Aí a questão de debate deixa de ser as obras literárias ou obras de arte em geral, mas a ação do poder público. Essa esfera pública pretendia

ser a única fonte legítima da razão universal que deveria fundar a legislação do Estado. Mas existe aí um paradoxo, destacado por Habermas é que essa esfera pública política, ainda que aparentemente aberta a todos os indivíduos, na verdade só teriam acesso a ela aqueles com poder econômico e educação necessários. Como lembra Habermas (1984, p.150/151), repercutindo a crítica de Marx:

> Enquanto, na reprodução da vida social, relações de poder não tiverem sido efetivamente neutralizadas e a própria sociedade civil ainda basear-se no poder, nenhum estado de direito pode ser construído sobre a sua base, substituindo autoridade política por autoridade racional. Assim, então, também a dissolução de relações feudais de dominação no seio do público pensante não é a pretensa dissolução de dominação política de modo geral, mas a sua perpetuação em outra forma – e o Estado de direito burguês, inclusive a esfera pública, com o princípio central de sua organização, é mera ideologia. Exatamente a separação entre setor privado e setor público impede, nesse estágio do capitalismo, aquilo que a ideia de esfera pública civil promete.

A mudança decisiva teria ocorrido quando a lógica do mercado toma a esfera pública, que ocorre justamente no modelo do Estado Social, em que a relação do cidadão com o poder público se torna passiva, tornando-se ele simples consumidor dos serviços públicos prestados pelo Estado. Nesse contexto, o parlamento se torna um órgão que referenda decisões políticas já tomadas por associações e pela própria burocracia e os partidos deixam de se identificar com classes, se autonomizando perante o parlamento e perante os seus próprios representados. A questão da própria publicidade (e da opinião pública) é revista, já que a publicidade deixa de ser um momento de submissão da questão à livre discussão, passando a ser uma forma de propaganda:

> Ao invés de uma opinião pública, o que se configura na esfera pública manipulada é uma atmosfera pronta para a aclamação, é um clima de opinião. Manipulativo é sobretudo o cálculo sócio-psicológico de ofertas endereçadas a tendências inconscientes e que provocam reações previsíveis, sem, por outro lado, poder de algum modo obrigar aqueles que , assim, se asseguram a concordância plebiscitária.(HABERMAS, 1984, p.264).

As próprias instituições jornalísticas- publicitárias se tornam um poder social, isso faz com que "a formação de uma opinião pública em sentido estrito não é garantida efetivamente pelo fato de que qualquer um poderia expressar livremente a sua opinião e fundar um jornal (HABERMAS,1984, p.264)." Nesse plano, não bastaria uma garantia negativa das liberdades fundamentais, mas seria indispensável, nos alertar o próprio filósofo alemão, que esses direitos sejam interpretados como garantias da participação política. Contrapõe, então, Habermas a essa publicidade desenvolvida de modo demonstrativo ou manipulativo a uma publicidade crítica, em que o caráter público de uma opinião não provém de um público constituído por associados, mas de um intercâmbio através das mídias e entre organizações sociais e estatais.

Em "Direito e Democracia", o tema da esfera pública é retomado e a ele é dado um

papel central. Ele, então, vai definir a esfera pública não como uma organização ou como o próprio sistema da sociedade civil, mas como "...um rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões, nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos..."(HABERMAS, 1997, p. 92) Como explicitado por Habermas, é indispensável na democracia a influência política da esfera pública sobre o sistema político, já que ele permite um feedback do poder político informal dessa esfera pública e o poder institucionalizado. Segundo Habermas, o processo democrático deve garantir que "...todas as questões relevantes, temas e contribuições, sejam tematizados e elaborados em discursos e negociações, na base das melhores informações e argumentos possíveis."(1997, p.93) Apoiado na teoria de B. Peters, Habermas afirma que os processos de comunicação e de decisão do sistema político constitucional estão estruturados num sistema de comportas. Partindo de uma ideia de democracia que traduz a teoria do discurso, as decisões políticas, para serem legítimas, "...têm que ser reguladas por fluxos comunicacionais que partem da periferia e atravessam as comportas dos procedimentos próprios à democracia e ao Estado de direito, antes de passar pela porta de entrada do complexo parlamentar ou dos tribunais."(1997, p.93) Este espaço público político é descrito, ainda, como uma caixa de ressonância onde os problemas a serem enfrentados pelo sistema político farão eco.

Articula Habermas a esfera pública com o agir comunicativo, constituindo-se a esfera pública no espaço social em que ele ocorre, diferenciando-se da comunicação cotidiana. Nesse espaço, nas relações interpessoais, impera a liberdade comunicativa atribuída reciprocamente, encontrando-se esse espaço sempre aberto para outros "parceiros potenciais do diálogo" (HABERMAS, 1997, p.93). Estaríamos diante de "foros", "palcos" ou "arenas", se fossemos nos socorrer de metáforas. As esferas públicas virtuais diria inclusive Habermas, seriam onde se perceberia mais claramente a "passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública."(1997, p.93). Na esfera pública, há uma intenção de exercer influência, que faz surgir, para além do contexto de interações simples, uma diferenciação entre organizadores, oradores e ouvintes, entre arena e galeria, entre palco e espaço reservado ao público espectador. Cabe aqui trazer à cena uma diferenciação lembrada pelo próprio Habermas entre atores que surgem do público e participam na reprodução da esfera pública e atores que ocupam uma esfera pública já constituída, a fim de aproveitar-se dela, como ocorre no caso dos grupos de interesses. Registra Habermas que as opiniões públicas quando lançadas com uso não declarado do dinheiro ou do poder das organizações, perdem sua credibilidade, tão logo essas forças se tornam públicas, pois "...as opiniões públicas podem ser manipuladas, porém não compradas publicamente, nem obtidas à força" (HABERMAS,1997, p.97). Um outro ponto relevante, é que a esfera pública política se forma a partir dos contextos comunicacionais das pessoas virtualmente atingidas, que envolveriam "vozes díspares e variadas", mas orientadas pelo entendimento. Mesmo que a complexificação de esferas

públicas ramificadas, seria, ainda assim possível a comunicação entre estranhos.

Em entrevista ao El Pais, em 2018, Habermas indagado sobre o papel do intelectual, menciona a deterioração da esfera pública em curso, salientando que a internet deslocou o papel dos meios de comunicação social, o que acabou por agravar a crise já iniciada com a mercantilização da atenção pública. Diz Habermas que hoje os novos meios de comunicação praticariam uma modalidade muito mais insidiosa de mercantilização, pois o que mercantilizam não é a atenção dos consumidores, mas a exploração econômica do perfil privado dos usuários. Salienta ainda que a internet trouxe grandes benefícios para a comunicação, mas se trataria da primeira grande revolução da mídia na história da humanidade que serviria antes de tudo a fins econômicos e não culturais.

Da síntese acima apresentada, é possível aferir a razão pela qual a teoria habermasiana se tornou um ponto de partida comum para todos que querem problematizar a esfera pública virtual. Habermas formula um conceito que é, ao mesmo tempo, descritivo de uma realidade política existente e, ao mesmo tempo, normativo, ao contemplar a esfera pública como espaço do agir comunicativo. Mas, ao contrário do que muitas vezes se delineia, não fornece a teoria habermasiana uma idealização da esfera pública, que se tornaria insustentável diante da avalanche das redes sociais na internet. Algumas das críticas feitas a uma teoria discursiva do direito fundada no acordo (especialmente a idealização do processo de comunicação, que possibilita uma discussão pública visando o acordo), parecem não se aplicar com a mesma força à formulação habermasiana do seu conceito de esfera pública. Talvez Habermas superestime o poder da democracia para dar conta das manipulações midiáticas e virtuais. Mas, à época em que escreveu “Direito e Democracia” não tinha como antever os caminhos que seriam tomados com a internet.

Ari Adut transcreve a crítica a uma pretensa unidade da esfera pública na teoria habermasiana, confundindo-a com o seu universalismo. Ainda que Habermas suponha possível uma esfera pública que abarcasse toda a humanidade, não formula ele uma ideia unitária de esfera pública, pelo menos na descrição que faz em “Direito e Democracia”. Outras críticas são lembradas, como as feitas pelos teóricos feministas. Adut não está interessado na dimensão normativa da teoria habermasiana, e propõe: “What if we relax the discursive conditions and say that the public sphere is where people – whatever their intentions – engage in civil debate?” (ADUT, 2018, p. 5). Mas a crítica de Ari Adut é mais profunda, pois afirma que a perspectiva habermasiana seria não só idealista, mas falharia empiricamente. Vale atentar para essa crítica e verificar sua procedência. Para ele, a principal dimensão da esfera pública não é a criação da opinião pública, por meio da discussão. Isso porque o que faz o espaço público é o acesso geral, mas esse acesso pode ser físico, representacional ou sensorial. E o acesso geral que caracteriza o espaço público ou virtual seria o sensorial, ou seja, o espaço público é aquele espaço em que somos visíveis. Para Adut, a pretensão habermasiana de que na esfera pública se pode chegar a um consenso através da discussão pública nem sempre se confirma. Muitas vezes esse

consenso seria obtido por meio de redes privadas- muitas vezes clandestinas. De qualquer forma, o espaço público seria, sobretudo, o espaço em que as pessoas são visíveis: um debate público não seria, portanto, um debate com a participação de todo o público, mas um debate a que o referido público assiste. Existiria uma diferença entre participação e a atenção do espectador e quando mais importante a comunicação for, mas expectadores ela deve ter. Além disso, muito da nossa atividade discursiva é privada, na esfera pública, é comum sermos espectadores, sendo que na esfera pública virtual, existem ainda os espaços semi-públicos, onde nos dirigimos publicamente para um grupo específico de pessoas (veja-se, por exemplo, a utilização do Facebook).Os espaços virtuais são menos igualitários que os físicos em termos de oportunidades de ser visto e de ser ouvido. No entanto, como nos lembra Ari Adut, o espaço virtual atinge mais pessoas. Para Adut, a interação e a participação sempre foram vistas como parte importante da atividade na esfera pública, se esquecendo da importância do expectador, aquele que assiste e existiria uma dimensão positiva da assistência do espectador, quando ele assiste de forma anônima e autônoma de outros espectadores. Como se pode perceber, a descrição de espaço público adotada por Ari Adut é mais abrangente, por não se circunscrever a uma dimensão do discurso que aparece e pretende o consenso dos demais, mas acaba por abranger todo aquilo que é visível ao outro (ainda que a audição também possa estar compreendida), daí porque menciono ele uma dimensão estética dessa comunicação, por vezes ignorada dos saberes que se pretendem objetivos.

Ainda que a crítica à própria compreensão do que seja uma comunicação democrática seja, a nosso ver, pertinente, é importante registrar que, como nos lembra Van Dijk &Hacker(2018), qualquer democracia precisa de canais de comunicação para que os cidadãos possam expressar publicamente suas visões sobre assuntos que demandam decisão públicas, fazendo com esses temas ingressem na agenda pública.

Convém, nesse momento, diferenciar esfera pública de espaço público. A rigor, o conceito de esfera pública compreende o de espaço público, mas é mais abrangente. Pudemos observar a importância de um conceito normativo de esfera pública, como propugnado por Habermas, mas é possível falar também em termos dos fóruns públicos, onde se materializaria a esfera pública, e aí normalmente se utilizaria o conceito de espaço público. Posso ter espaço público, porém, sem que haja uma esfera pública livre. Teríamos a partir daí, um conceito mais empírico da própria esfera pública, identificado com esse espaço de comunicação de ideias, que surgem na sociedade, sendo tais ideias influências importantes no processo de decisão pública. É esse conceito, inspirado em Manuel Castels, que é assumido por Van Dijk & Hacker (2018), que vão definir esfera pública como um conjunto de espaços online ou offline, integrados em rede. Na visão dos autores, os espaços públicos demandam liberdade de associação, liberdade de expressão e publicação de opiniões, mas eles não têm como ser totalmente livres da interferência do poder político e econômico. A formulação habermasiana de uma comunicação reflexiva

livre, de debate racional crítico, não funcionaria em democracias pluralistas e não seria compatível com comunicação na sociedade em redes.

Para Van Dijk e Hacker (2018), uma esfera pública em rede, seria uma infraestrutura de espaços públicos online e offline ligados entre eles. Nessa esfera pública, não se incluiria somente aquela comunicação pública que visa o convencimento, mas toda interação pública entre pessoas, compartilhada em comum. Àqueles espaços característicos da sociedade de massas como descritos por Habermas e outros, em que se encontram as pessoas fisicamente ou espaços na mídia tradicional (jornal, rádio ou canais de televisão) se soma todo o ambiente online, muitas vezes conectado com esse espaço físico que já existia. Ocorre uma fragmentação da comunicação pública, se multiplicando os espaços públicos, que se estendem inclusive à nível global. Por outro lado, na sociedade de redes, as comunicações privadas e públicas se aproximam, com uma ligação direta, muitas vezes, entre espaços públicos e privados.

Os autores apresentam o que seriam tendências nessa reconstrução do espaço público. A primeira delas seria justamente essa aproximação e até confusão entre espaço público e espaço privado, como ocorre, por exemplo, nas redes sociais. Uma segunda tendência é a abertura maior de acesso ao espaço público com a introdução da via digital, em relação ao período de predominância da mídia social. A Internet facilitou o acesso e a participação do público em geral, nem sempre isso significando um aprofundamento do nível de debate e discussão públicas. Uma terceira tendência é a conectividade extrema e o contágio no espaço público. A comunicação online por meio da internet permite a troça de informação e opinião instantaneamente ao redor do mundo. Existe um lado nem tão positivo nesse processo, com o contágio afetando o ambiente político, especialmente por meio da divulgação de fake news. Outra tendência já concretizada é a aproximação entre o mercado e o espaço público. Se essa interferência do domínio econômico sobre a esfera pública já existia na comunicação de massas por meio dos meios de comunicação social, com a internet ocorre uma fusão entre espaço público e mercado, isso porque o conteúdo da web é comercializável e manipulável inclusive para interesses comerciais. O acesso livre a internet permite a inclusão de um maior número de usuários, mas acaba provocando uma diminuição da qualidade de informação acessível à maior parte das pessoas e uma perda de privacidade. Ademais, a exposição à propaganda, inclusive propaganda política, com base nas informações obtidas a partir do comportamento dos próprios cidadãos, reduzindo a liberdade, inclusive a liberdade política. A tudo isso, é bom acrescentar a discussão em torno do oligopólio das redes sociais por algumas poucas empresas, sendo elas uma parte importante do espaço público virtual. Essa preocupação já existia quanto aos meios de comunicação social, onde também se identificava uma oligopolização, mas a questão se coloca em maior grau com o poder das chamadas “Big Techs” (o poder de Google,Apple, Microsoft, Facebook e Amazon juntos é decisivo para dominar a comunicação pela internet). E, finalmente, uma tendência importante seria a uniformização por meio das

“câmeras de eco”, que se contrapõe, de certa forma, a uma outra tendência decorrente das multiplicidades dos espaços públicos, de gerar uma maior fragmentação. Se razões mercadológicas (inclusive utilizadas politicamente) fazem com que a comunicação seja ampliada de forma seletiva, o acesso à comunicação acaba limitado. Fóruns online podem gerar a amplificação de erros, a diminuição da voz das minorias, o efeito cascata – em que o poder das várias vozes mobilizadas acaba por mobilizar outras pessoas e, finalmente, a polarização das opiniões e dos debates.

Como se pode vislumbrar, o livre acesso à internet não conduz necessariamente a uma comunicação mais pública e democrática. Mas convém colocar a questão se essa liberdade de acesso significa uma igualdade de acesso, ou mais ainda, uma igualdade de presença na internet.

4 | COMUNICAÇÃO DEMOCRÁTICA E O PROBLEMA DA EXCLUSÃO DIGITAL

Um ideal normativo de democracia supõe processos de comunicação entre os cidadãos e as autoridades públicas, nos quais possa haver críticas e tentativas de convencimento quanto às melhores propostas para resolver os problemas coletivos. A igualdade política, pressuposta numa democracia, determina a existência de uma “norma de inclusão” (YOUNG, 2000), ou seja, devem ser incluídos todos os concernidos. A comunicação democrática deve buscar a inclusão política, como forma inclusive de crítica da legitimidade da democracia praticada. Em muitos casos, porém, ainda que nominalmente incluídos, determinados indivíduos ou grupos de indivíduos continuam excluídos do processo de comunicação.

Já na exclusão interna, as pessoas são formalmente incluídas, mas não são tratadas com igual respeito, faltando às pessoas efetiva oportunidade de influenciar o pensamento de outros quando tem acesso aos fóruns e procedimentos de formação da opinião. A exclusão interna, como realça Iris Marion Young, pode incluir alguns situações, como falta de reconhecimento público (a discussão política é obstaculizada para as pessoas em razão de serem ignoradas, terem outras pessoas que falam por elas, ou pior ainda, serem ofendidas, estereotipadas ou insultadas), a incapacidade de ouvir os outros, quando a fala é diferente da usual (o uso emocional da retórica, por exemplo, pode ter seu valor, apesar de ser muitas vezes menosprezada), a inexistência de uma articulação de afinidades coletivas e um entendimento da experiencia dos outros (o que compreende a ausência de uma narrativa política partilhada).

Será que na comunicação virtual existe exclusão externa e interna? Ou será que a comunicação virtual estabelece uma igualdade maior, diminuindo a exclusão política? Também a exclusão virtual é aspecto da desigualdade social, e ela se constitui na impossibilidade ou limitações no acesso e na participação no ambiente digital. Segundo Ragnedda &Ruiu (2016), a exclusão virtual não só é uma parte da desigualdade social, como pode, por exemplo, dificultar o acesso à educação, ao trabalho ou à comunicação.

Um aspecto importante de realçar é de que a exclusão digital não se dá exclusivamente pela falta de acesso ao ambiente digital, mas também envolve as questões de habilidade e de motivação para acesso. O interesse de acesso à internet, por exemplo, está ligado a posição individual na estrutura social. Aliás, pesquisas empíricas sobre exclusão digital identificam uma correlação entre a pirâmide da desigualdade e a exclusão social: ou seja, quanto melhor a posição do indivíduo na estratificação socio-econômica, maior o acesso à internet. Na superação das desigualdades digitais, Ragnedda &Ruiu (2016) apontam duas abordagens possíveis: a normalização e a estratificação.

Para aqueles que endossam a normalização, ao longo do tempo, o barateamento e a facilidade material ao acesso da internet, provocariam uma progressiva diminuição do hiato digital, com a progressiva diminuição da desigualdade no uso do ambiente digital. Para os adeptos da abordagem da estratificação, não haverá essa superação ao longo do tempo, mas bem pelo contrário, haverá um acirramento do hiato digital já que o ambiente digital reproduzirá as desigualdades socio-econômicas já existentes. A rigor, não se pode ignorar o poder que o acesso digital pode ter de diminuição das desigualdades sócio-econômicas, mas para isso é indispensável que o meio digital permita que isso aconteça, esteja estruturado para isso.

Um aspecto importante da inclusão digital é aquele concernente à participação política. Será que a utilização da via digital propiciaria maior participação política? Existem duas teses possíveis: a tese do reforço e a tese da mobilização. A tese do reforço alega que a via digital somente reforça a participação daquelas pessoas que já estariam de engajadas politicamente. Já a tese da mobilização, afirma que outras pessoas estão se mobilizando pela comunicação virtual, além daquelas que participariam antes da utilização da internet.

A participação é limitada quando há pessoas que são excluídas. Para a participação política por vias digitais, é indispensável ter os recursos para o acesso às redes. Se supunha também inicialmente que a via digital traria mais e melhores meios para o desenvolvimento da democracia. Mas, e se somente alguns podem dispor desses meios?

A exclusão digital pode se dar em fases. Num primeiro momento, a exclusão pode decorrer de falta de motivação ou de atitude para o acesso à comunicação digital. A falta de interesse, a falta de disposição para aprender como utilizar a nova tecnologia, são fatores que levam os indivíduos a não participar da comunicação virtual. Um segundo momento concerne ao acesso físico, sendo aí os fatores determinantes ter renda suficiente e ter um emprego ou estudo que exija o acesso. Mas não somente. É indispensável ainda ter habilidades digitais ou de utilização da internet. Dentre essas habilidades, podem se identificar as habilidades operacionais (como operar os computadores), habilidades formais (trabalhar com arquivos, páginas, hyperlinks, etc.), habilidades informacionais (capacidade para procurar, selecionar e avaliar informações) e habilidades comunicacionais (capacidade para criar perfis, posts na mídia digital e de se dirigir a outras pessoas nesse meio), habilidades para criar conteúdos (capacidade para criar textos, utilização de

vídeos e outros recursos na participação política) e habilidade estratégica (capacidade de utilizar os recursos digitais para o propósito visado). Na participação política online, é indispensável a habilidade para criar conteúdos. Em geral, pessoas com maior nível educacional se mostram melhor em todas essas habilidades, como nos lembram Dijk &Hacker. Um bom exemplo de como a exclusão digital pode se dar em etapas é a que se verifica com a exclusão das mulheres do ambiente digital. Trabalhando com dados do Brasil e da América Latina e Caribe (CEPAL, 2013), pode-se apurar que as mulheres são primeiramente excluídas em função da pobreza em que se encontram (o fenômeno da feminilização da pobreza se agrava na região) e quanto mais pobres mais dificuldade em ter o acesso físico e de deter as habilidades para participar do espaço público virtual. Depois, existe um segundo nível de exclusão, decorrente da identificação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) com o mundo masculino, o que deve ser alterado e da dupla jornada de trabalho, que faz com que, mesmo a mulher em situação econômica melhor e mais instruída, permaneça menos tempo na internet do que um homem com a mesma situação e instrução. Finalmente, existe ainda o sério problema da violência digital que tem como alvo, sobretudo, as mulheres (TRINDADE, 2018).

Já tivemos a oportunidade de salientar que a exclusão digital reitera, muitas vezes, a desigualdade sócio-econômica existente. Haveria sempre a possibilidade de um papel transformador da inclusão digital, que poderia modificar a sociedade, quebrando as discriminações variadas que existem. As desigualdades de gênero são uma questão candente das sociedades contemporâneas. Especialmente, as discriminações sofridas pelas mulheres no mundo atual mostram a dificuldade de se buscar a igualdade efetiva, já que a injustiça estrutural dificulta o seu combate. Cumpre indagar se a ambiente digital consegue superar ou mantém essas desigualdades de gênero. Nesse último caso, se houver uma manutenção ou até um agravamento dessa desigualdade no mundo virtual, essa desigualdade se traduz também em limitação ao direito à comunicação na internet. É indispensável, assim sendo, pensar políticas públicas, que possam trazer maior igualdade à comunicação por meio da internet.

5 I CONCLUSÃO

Do desenvolvimento de ideias, que trazem importantes contribuições sobre a reflexão sobre a esfera pública, especialmente a esfera pública digital, bem como sobre a exclusão social, conclui-se que maior atenção deve ser dada ao problema da exclusão digital, questão bastante complexa e que demandará políticas públicas que visem à falta de acesso e as limitações do uso na internet, especialmente pelas minorias. Pode-se concluir que não existe uma democracia na internet, sendo que o ambiente virtual pode ser mais ou menos democrático dependendo da forma como ele for regulado. A exclusão social demanda uma atenção para a falta de uma efetiva comunicação democrática, mesmo

quando ela pareça inclusiva, já que a exclusão interna sempre estará presente numa sociedade marcada por discriminações sociais injustas.

REFERÊNCIAS

ADUT, A. *Reign of Appearances* – The Misery and Splendor of the Public Sphere. Nova Iorque: Cambridge, 2018.

CEPAL. *Mujeres en la economia digital. Superar el umbral de la desigualdad*e. Disponível em https://repositorio.cepal.org/handle/11362/16561.Acesso em 15/01/2021.

DEURSEN,A.V. DIJK,J.A.G.M. *The first-level digital divide shifts from inequalities in physical access to inequalities in material access*. New Media &Society, vol. 21(2), p. 354-375, 2019.

DIJK,J.A.G.M V. HACKER, K.L. *Internet and Democracy in the Network Society.* Nova Iorque: Routledge, 2018.

EL PAIS SEMANAL, Jürgen Habermas: *"Não pode haver intelectuais, se não há leitores". Madri: Jornal El Pais Semanal, 08/05/2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil2018/04*/25/eps/1524679056_056165.html. Acesso em 15/01/2021.

HABERMAS, J. *Direito e Democracia*. Tradução; F. B. Siebeneichler, Vol.2. Rio de Janeiro: Tempo

Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Tradução: F.R. Kötche. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PINZANI,A. *Habermas*. p.39. Porto Alegre: Artmed, 2009.

RAGNEDDA,M. RUIU, M.. *Exclusão digital: como é estar do lado errado da divisão digital*. Rumores 10 (20) p.90. Universidade de São Paulo,2016.

SARLET, I..MARINONI, L.G. MITIDIERO, D. *Curso de Direito Constitucional*. 6ª. Ed. Saraiva: São Paulo, 2017. p.324

WESSLER, H. *Habermas and the Media.* Cambridge: Polity, 2018.

YOUNG, I.M. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford,2000.

CAPÍTULO 8

FLUXOS MIGRATÓRIOS NO SUL GLOBAL: ESTUDO DE CASO NO RIO DE JANEIRO

Data de aceite: 01/03/2022

Beatriz Castelo Branco Maciel
Mestra em Sociologia no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Doutoranda no Programa de Doutoramento em Antropologia da Universidade de Lisboa (DANT. ULISBOA). E-mail: beatrizmaciel@zoho.com

XI Seminário Nacional Sociologia & Política
Intermitências da Democracia e Desigualdades Sociais
GT 09 - Migrações internacionais, fronteiras e novas diásporas

RESUMO: Tradicionalmente os estudos migratórios tratam dos processos móveis de países do norte para o sul global e vice versa. Entretanto, é preciso se atentar que a mobilidade Sul a Sul é a que mais acontece na modernidade, especialmente quando falamos sobre mobilidade forçada, como é o caso de solicitantes de refúgio e refugiados. Neste trabalho procuro elencar histórias que vivenciei em minha pesquisa de campo que conversam com as formas de mobilidade Sul a Sul, especialmente entre a República Democrática do Congo, o Haiti e o Brasil, especificamente Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre migrações não tinham significativa relevância na virada do século XIX para o século XX. Autores clássicos como Marx, Malthus, Weber e Durkheim analisavam o processo migratório enquanto consequência do desenvolvimento capitalista, junto ao processo de urbanização e industrialização. Malthus explicava o fenômeno migratório enquanto decorrência da superpopulação e da fuga da miséria; já Marx se atentava às mudanças econômicas e políticas em países do Reino Unido e na França, enquanto exerciam coerção militar em camponeses e pequenos proprietários; Durkheim percebia os fluxos de pessoas enquanto um processo retilíneo de quebra com as solidariedades mecânicas; e Weber se concentrava no resultado da industrialização e do crescimento capitalista, aliado à importância da religião.

A partir do século XX começam os estudos sobre migração nas ciências sociais, principalmente porque cidadãos europeus estavam indo para países do "novo mundo", como os Estados Unidos. Nesse momento o fenômeno migratório assume importância acadêmic materializada num "problema" de cunho social. Para Denise F. Jardim, a popularização do estudo da migração relacionado a um "problema imigratório" dá margem para que as ferramentas de governamentalidade regulem os corpos dessas pessoas em trânsito, na busca de uma singularização do sujeito, visando o controle em um território.

A Escola de Chicago passa a estudar esses novos fluxos migratórios, desenvolvendo

diversas análises sobre o estudo pioneiro de Thomas e Znaniecki (1918) sobre a onda de imigração polonesa para o continente americano no final do século XIX. Surge o termo melting pot: uma designação ao processo de assimilação de imigrantes em terras norte americanas, não implicando num total abandono de seus valores e modos de vida originais. O melting pot se cristalizaria na criação de grupos cada vez mais amplos e inclusivos, mas a Escola de Chicago sofreu críticas relativas ao termo, uma vez que não abarcava a complexidade dos processos de colonialismo e imperialismo; o que se deu foi a transformação dessas comunidades enquanto grupos étnicos. Os pressupostos assimilacionistas, portanto, não se concretizaram (SASAKI; ASSIS, 2000).

Os estudos recentes sobre imigração tem relação direta ao impacto econômico dos fluxos de pessoas em escala mundial. O "problema imigratório" enquanto objeto sociológico perpassa muitos destes aspectos econômicos: uma abordagem econômica simplista sobre o fenômeno imigratório enquanto "problema" se pautaria a partir dos fluxos de pessoas advindas de locais pobres (ou em desenvolvimento) para locais ricos, visando melhorar suas condições de vida. Mas o maior número de deslocamentos mundiais se dá internamente, e mais, as migrações do sul para o norte global são pequenas comparadas às migrações sul a sul (SHUERKENS, 2016).

Novas perspectivas econômicas pensam que as decisões migratórias são tomadas por grupos relacionados, como famílias, no intuito de maximizar a renda compartilhada (STARK & BLOOM, 1985). Estas novas contribuições trazem um elemento essencial para a análise do processo migratório enquanto um movimento coletivo, ao invés de individual, como pensavam estudos anteriores.

Análises das décadas de 1960 e 1970 já demonstravam a importância das redes sociais no cenário das migrações globais, como sugeriram G. Anderson (1974), J.S. e L.D. MacDonald (1964) e P.N. Ritchie (1976)[1], ressaltados por Monica Boyd (1989). Mesmo assim, a atenção para as redes de amigos e familiares no impacto da vida desses imigrantes se deu, consistentemente, a partir da década de 1980. Desde antes da década de 1980 os estudos se concentravam, essencialmente, no Norte global, em países como o Reino Unido, os Estados Unidos e o Canadá. A produção de conhecimento advinha de áreas como Direito, Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Relações Internacionais e Geografia e buscava atender os interesses dos países hegemônicos, legitimando práticas estatais relativas ao controle de imigrantes (MOREIRA, 2017). É nesse momento que os fluxos imigratórios tornam-se um "problema imigratório" a ser solucionado a partir de práticas já pré- estabelecidas nestes países.

Para muitos autores, se houvesse um marco do estudo das migrações como

1 ANDERSON, G. "Networks of Contacts: The Portuguese in Toronto". Waterloo, Ontario: University of Waterloo Press, 1974.
MACDONALD, J.S. e MACDONALD, L.D. "Chain Migration, Ethnic Neighbourhood Formation and Social Networks", Milbank Memorial Fund Quarterly, 42:82-97, 1964.
RITCHIE, P.N."Explanations of Migration". In Annual Review of Sociology, Volume 2. Edited by A. Inkeles. Palo Alto, CA: Annual Reviews Inc. Pp. 363-404, 1976.

conhecemos atualmente, seria a publicação da revista acadêmica nova iorquina International Migration Review, de 1981 (BLACK, 2001). Stein e Tomazi (1981) prezaram, nesta edição da revista, por um olhar compreensivo, histórico, interdisciplinar e comparativo nos padrões imigratórios. Em 1982, Barbara Harrell-Bond fundou o mais importante centro de estudos sobre o tema: o Refugee Studies Center, na Universidade de Oxford. O papel da instituição foi fundamental no aprofundamento dos estudos sobre fluxos migratórios, tendo influência direta em órgãos como o UNHCR (United Nation High Comissioner for Refugee).

Neste ponto (a partir da década de 1980) separam-se os estudos migratórios dos estudos relativos a refúgio. O termo refúgio torna-se mais popular e é distinguido da imigração econômica, sendo o refugiado aquele que é "forçado a migrar", diferentemente de alguém que migra voluntariamente. Essa é a pauta da discussão entre refúgio e imigração e, através da minha experiência em campo, percebo que cada vez mais os indivíduos que atuam na rede de apoio e integração de imigrantes no Rio de Janeiro questionam a diferenciação. A ideia de "ser forçado a migrar" também inclui uma escolha: para onde migrar? Porque há muitas possibilidades e sempre há uma atitude ativa do indivíduo que migra.

Black define os refugiados como pessoas que têm necessidades e experiências particulares e que justificam ações de políticas públicas (2001). Para Black faltam mais estudos que aprofundem a compreensão e distinção de refugiados em oposição a imigrantes, o que agrega novos rótulos ao termo "guarda-chuva" de imigrantes forçados; dentro deste termo encontram-se buscadores de asilo (asylum-seekers[2]), refúgio humanitário (em determinados países), apátridas, exilados, "transferidos" e até refugiados econômicos, que incluiria pessoas que são forçadas a migrar em decorrência de uma situação de extrema pobreza (RICHMOND, 1993). Estes termos, entretanto, ainda não eram amplamente utilizados na produção acadêmica global até o início dos anos 2000.

A partir do século XXI os estudos migratórios passaram a atuar de forma mais diversificada, com olhares debruçados para questões que entrecruzavam a imigração com estudos de gênero, comunidades transnacionais, a "segunda geração" de imigrantes (ou seja, filhos das pessoas que se deslocaram) e comparações internacionais (PORTES, 1997). Entre 1998 e 2008, análises de periódicos norte americanos e europeus mostram o crescimento de temas como negritude, migração asiática, diversidade religiosa e saúde e sexualidade dentro do campo de análises migratórios. A partir da década de 2010 esses tópicos permanecem em alta, enquanto que a temática de conflitos, violência e migração, diáspora, transnacionalismo e narrativas de identidade ascendem dentro do campo de estudos (PISAREVSKAYA; LEVY; SCHOLTEN; JANSEN, 2019). Aos poucos os estudos migratórios internacionais deixaram de ter um caráter tão estatístico e demográfico para utilizar perspectivas mais sociológicas e antropológicas, procurando temas que falem sobre a diversidade, gênero, cultura, mobilidade e saúde no campo das migrações internacionais.

2 Em tradução literal.

Para os autores Pisarevskaya, Levy, Scholten e Jansen os próximos passos dos estudos migratórios internacionais provavelmente se pautarão em comunidades transnacionais, sistemas de Estado e uma nova "segunda geração" (que na verdade pode ser entendida como terceira, quarta, quinta geração descendente dos primeiros indivíduos que migraram). As perguntas feitas pelos pesquisadores deixaram de ser "quem" e "o que" para se tornarem "como" e "por que?", capilarizando novos temas relativos à imigração (PISAREVSKAYA; LEVY; SCHOLTEN; JANSEN, 2019).

MIGRAÇÃO SUL A SUL

A migração Sul a Sul global tem grande importância nos fluxos migratórios modernos. De acordo com novos números divulgados pela Organização Internacional das Migrações (OIM), 1 em cada 30 pessoas migrou internacionalmente em 2019[3]. Já quando falamos em deslocamento "forçado", os números são disponibilizados anualmente pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), no formato de dossiê. Em 2019, quase 80 milhões de pessoas tiveram que se deslocar. Destas, 85% foram recebidas por países "em desenvolvimento", tais como Turquia, Colômbia, Paquistão e Uganda, respectivamente[4].

A quantidade de pessoas em mobilidade forçada só aumentou nos últimos anos. Entretanto, é preciso trazer a atenção aos países do sul global, que estão recebendo a maior parte destes imigrantes. Isso se dá pela proximidade linguística, cultural e pela facilidade imediata de mobilidade. No ano de 2019, sírios e venezuelanos lideraram os números de deslocamento forçado e a maioria destes imigrantes residem hoje na Turquia e na Colômbia, respectivamente.

No Brasil, em 2018, existiam 11.231 refugiados reconhecidos e 161.057 solicitações de reconhecimento em trâmite. 51% desses 11.231 são sírios. As solicitações de refúgio, entretanto, mostram números um pouco diferentes: em 2018 foram 61.681 solicitações advindas de venezuelanos, seguido de 7.030 de haitianos, 2.749 de cubanos, 1.450 de chineses e 947 de bangladenses. Na lista ainda podemos encontrar solicitações de pessoas advindas de Angola, Senegal, Síria e Índia, respectivamente[5].

Durante o trabalho de campo que desenvolvi nos últimos três anos, acompanhei fluxos de dois diferentes lugares: da República Democrática do Congo (RDC) e do Haiti para o Rio de Janeiro. Os dois países contam com cenários conturbados: a RDC devido a uma guerra civil que dura mais de 15 anos e o Haiti que sofreu impactos sociais significativos a partir do terremoto de 2010. A rede à qual me inseri durante esses anos de pesquisa incluía fortemente estas duas nacionalidades: a de haitianos, pela proximidade com o país

3 OIM, "World Migration Report 2020". Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_en_ch_2.pdf, acesso em 02/09/2020.
4 OIM, "World Migration Report 2020". Disponível em: https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020_en_ch_2.pdf, acesso em 02/09/2020.
5CONARE. "Refúgio em números – 4a edição". <https://www.justica.gov.br/seus- direitos/refugio/refugio-em-numeros>. Acesso em 02/02/2020

e pelas trocas históricas entre Brasil e Haiti; e a de congoleses, que contam com uma larga comunidade no Brasil, especialmente em São Paulo.

Durante minha pesquisa, ficou claro que havia um interesse nítido de que o Brasil pudesse alavancar a saída destes imigrantes rumo aos Estados Unidos. Dentre todas as nacionalidades que pude pesquisar (nigerianos, serra leonenses, senegaleses, guineenses, ugandenses, etc.), o desejo de habitar os Estados Unidos sempre esteve presente e, em muitos casos, foi o que trouxe esse imigrantes para o Brasil. Entretanto, muitos destes imigrantes sabiam que para chegar até o país norte americano, deveriam ter paciência e se estabilizarem de alguma forma na América Latina.

O caso de Fatou[6] foi desse jeito: depois de sair de Kinshasa (capital da RDC), passou uma temporada em Angola, país vizinho, onde trabalhou como dançarino e artista em diferentes companhias de dança. O fluxo de Angolanos para o Brasil tornou-se constante a partir do final dos anos 1990 e segue até os dias atuais. Ao entrar em uma companhia angolana, viajou para a Europa e, posteriormente, para o Brasil. Me relatou que sentiu vontade de ficar e, quando houve uma segunda oportunidade de vir para cá trabalhar, decidiu ficar. “Não avisei ninguém“, me disse. “Fiz todas as apresentações com o grupo e, na hora de pegarmos o avião, disse que iria ficar“. Quando questionei se sua família sabia da decisão, Fatou me disse que não: “Melhor não falar essas coisas antes de acontecerem”.

Falar de seu país de origem é difícil para os congoleses. “Eu fui criança soldado”, me contoou Aboubacar[7]. É normal que, em certas regiões, crianças se juntem aos conflitos armados da RDC. A imigração, entretanto, se dá através de redes que podem apoiar ou possibilitar o deslocamento deste imigrante. No caso de Fatou, a turnê com o grupo de dança possibilitaria se aproximar dos Estados Unidos, ele me admitiu. Mas para chegar lá é preciso ter planejamento. Parte deste planejamento é obter a cidadania brasileira para que, desta forma, consiga o passaporte. Dificilmente um congolês ou haitiano consegue entrar em algum país europeu sem comprovar renda e meios de subsistência – mas com o passaporte brasileiro esse cenário pode mudar.

Quando conversei com Sebastian[8], congolês, no final do ano de 2019, ele também me disse que tinha vontade de ir para a Europa: “Eu pensei em ir para a Alemanha, tenho família lá, muitos primos”. Quando perguntei se ele iria como turista ele respondeu que sim: “É assim que as coisas são, é assim que fazemos”, se referindo a ficar ilegal no país.

Quando pergunto diretamente sobre quais os planos que eles têm e como pretendem alcançar o sonho de morar em países de primeiro mundo, como os norte americanos e os europeus, meus interlocutores fogem um pouco do assunto ou se sentem envergonhados. Alguns já me disseram abertamente que querem ir para os Estados Unidos, já que é tão

6 Nome fictício
7 Nome fictício
8 Nome fictício

perto do Brasil. Botamba[9], serra leonense, me disse certa vez que gostaria de ser ator e cantor e que os Estados Unidos era o melhor lugar para trabalhar com esse tipo de coisa.

Fatou tinha planos de, talvez, ir para São Paulo porque as comunidades internacionais são maiores por lá, mas como conseguiu um trabalho com carteira assinada no Rio, aqui ficou: "A oportunidade que Deus me deu estava aqui e nós precisamos pegar as oportunidades que aparecerem", me disse.

Mesmo que os plano iniciais destes imigrantes sejam os de migrarem para países ao norte, isso não significa que a imigração e a permanência destas nacionalidades no Brasil não seja significativa. Em São Paulo, há uma grande comunidade de congoleses, em Santa Catarina, de senegaleses, além de políticas de reassentamento nos últimos dez anos para pessoas advindas da Palestina. No Rio de Janeiro também é possível encontrar comunidades de congoleses, senegaleses, muitos haitianos, venezuelanos e cubanos.

Com a maior fiscalização de fronteiras, especialmente na América do Norte e no continente Europeu, a possibilidade que resta para estes imigrantes é a de permanecer no país que residem no sul global. Ao me contar sobre uma tentativa de ir para a Europa, Ibrahim disse que tinha comprado passagens de ida e volta, havia reservado um hotel e tentou entrar na Europa a partir da Espanha. "Me barraram, mesmo eu estando com tudo certo. Me disseram que eu deveria ter uma quantidade de dinheiro que não tinha e me mandaram de volta para o Brasil", explicou. Essas tentativas acontecem com alguma frequência e nem sempre são bem sucedidas.

O que pude perceber durante meu trabalho de campo é que as oportunidades estão de onde vierem primeiro. No Brasil, Ibrahim, mesmo tão mais próximo dos Estados Unidos, recebeu alguma proposta que poderia ajudá-lo na Europa e então a oportunidade que surgiu foi mais distante, mas talvez a mais palpável no momento que ele se encontrava.

A valorização do mundo e do saber ocidental é bastante nítida na trajetória de meus interlocutores. Muitos dos seus sonhos e desejos perpassam residir em países de primeiro mundo e viver uma vida condizente com os valores ocidentais. Boaventura de Souza Santos explica esta separação entre culturas de países em desenvolvimento para a cultura hegemônica ocidental através de um limiar bastante demarcado, que denomina pensamento abissal.

Abissal porque existe um "abismo" entre a articulação do conhecimento hegemônico e o conhecimento popular, leigo, indígena ou camponês – que é sempre desqualificado pela primeira forma de conhecimento. O monopólio do conhecimento se dá através de duas áreas: a ciência, de um lado, e a teologia e a filosofia, do outro. "[A visibilidade desses conhecimentos] assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades" (SANTOS, 2007). Esses lugares, portanto, não produzem conhecimento, e sim crenças, opiniões, magia – interessantes apenas como objetos de estudo da episteme hegemônica.

9 Nome fictício

Para Ramon Grosfoguel é no pensando de René Descartes que se inaugura a ego- política do conhecimento, antropocentrista. O pensamento autocentrado de “penso, logo existo”, aos olhos de Enrique Dussel (1994), nasce na existência do colonizador, que se intitulava um ser superior. Essa semente deu lugar à modernidade eurocentrada e de sujeitos que acreditavam ter acesso a uma verdade universal (GROSFOGUEL, 2007).

A modernidade nos demonstrou, entretanto, que uma resistência vem sido feita pelos indivíduos dessas “periferias” através da migração. Para Santos (2017), o que se põe em prática nesse momento é o regresso do colonial, que pode se assumir de três formas: na do terrorista, do imigrante indocumentado e do refugiado. Cada uma dessas formas é contida de formas diferentes, mas basicamente se utilizando de burocracias e legislações próprias. O indivíduo colonial (advindo de ex-colônias) agora pode chegar às metrópoles, o que antes só poderia ser feito através do colonizador (como a entrada de escravos nos centros urbanos). A reação é a remarcação da linha abissal, na tentativa de reiterar o local de supremacia hegemônica e de subalternidade.

Este é exatamente o fluxo que observo entre meus interlocutores, buscando oportunidades nas colônias que foram soberanas em seus países de origem. O que Botamba, Sebastian, Ibrahim e Aboubacar têm em comum? A busca de oportunidades onde houver possibilidade de crescimento profissional e pessoal, especialmente debruçados nos grandes centros e nas metrópoles mundiais localizados no norte do continente Americano e na Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de mostrar os desdobramentos que uma vida imigrante carrega é de chamar atenção para sujeitos enquanto multiplicidades que se constroem durante os fluxos móveis. Desdobramentos esses que acontecem em esferas da vida profissional, pessoal, acadêmica e política, como na busca de um novo emprego; na procura de uma casa, as mudanças eventuais de um bairro para o outro por questões de conforto, segurança, espaço ou associação com uma comunidade nacional; o início de uma nova formação acadêmica, como cursos profissionalizantes rápidos e até mesmo uma nova faculdade; novas relações amorosas, com brasileiros, brasileiras ou conterrâneos, etc. O aspecto em comum para que esses desdobramentos aconteçam no processo de mobilidade é a necessidade de recorrer a redes de apoio, ou simplesmente a redes de referência, para que consigam encontrar emprego ou até mesmo desenvolver algum tipo de convivência amigável e cotidiana.

Pensar numa perspectiva de fluxos móveis modernos subtrai o reducionismo da percepção da imigração enquanto um sujeito que simplesmente deixa um local e adentra outro: o que pesquisadores têm demonstrado é que o novo tipo de população imigrante emergente está conectada a partir de redes, atividades e pessoas que os conectam ao local de origem, ao local de chegada e a outros possíveis locais. Segundo Glick-Schiller,

Basch e Blanc-Szanton (1992), os imigrantes mantêm relações econômicas, familiares, sociais, organizacionais, religiosas e políticas transpassando fronteiras (ESCUDERO, 2018). E mais: suas decisões também afetam seus laços e conexões em vários lugares ao mesmo tempo.

A imigração Sul a Sul é uma realidade pulsante nos fluxos móveis modernos e leva em consideração a maior flexibilização de fronteiras, as proximidades culturais, linguísticas ou econômicas, além de reciprocidades políticas e burocráticas. Existem diversas formas pelas quais imigrantes chegam até o Brasil e, especificamente, ao Rio de Janeiro. Alguns deles já contam com a ajuda de redes desde o seu país de origem ou as adquirem em algum local de trânsito; outras pessoas, como Fatou e Sebastian, não conseguem construir essas redes até chegarem ao seu destino (no caso, o Rio de Janeiro). De qualquer forma, as migrações Sul a Sul contam com trajetórias que precisam se apoiar em redes que sustentem sua ambientação e recepção no país que adentram.

As vivências que experienciei me levaram a buscar compreender as ligações entre imigrantes e as organizações que os acolhem, além de pensar em conceitos fundamentais para a facilitação (ou empecilho) de estadia dessas pessoas no Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, através da burocracia, da língua e das redes estabelecidas ou pré-estabelecidas no país. É certo que estes aspectos se diferenciam entre Norte e Sul globais, de forma que investigações acerca da governamentalidade (FOUCAULT, 1979) tornam-se importantes neste contexto. Para tal, proponho novas formas de perceber as migrações Sul a Sul a partir da perspectiva sociológica e antropológica – levando em consideração as percepções dos próprios migrantes que vivenciam este fluxo.

REFERÊNCIAS

BASCH, Linda; BLANC-SZANTON, Cristina; SCHILLER, Nina Glick. “Transnationalism – A new analytic framework for understanding migration”. Annais New York Academy of Science, Vol.645, pp.1-24, 1992. Disponível em: <https://www.academia.edu/457018/Transnationalism_A_New_Analytic_Frame work_for_Understanding_Migration_and_A_Global_Perspective_on_Transnational_Migratio n_Theorizing_Migration_Without_Methodological_Nationalism_>. Acesso em 26/08/2020.

BLACK, Richard. “Fifty years of refugee studies: from theory to policy. International Migration Review”. New York: v. 35, n. 1, p. 57-78, 2001.

BOYD, Monica. “Family and personal networks in international migration: recent developments and new agenda, in International Migration Review”, 23(3):638- 670, fall, 1989.

FOUCAULT, Michel. “Microfísica do poder”. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GROSFOGUEL, Ramón. “Descolonizando los universalismos occidentales: el pluri- versalismo transmoderno decolonial desde Aimé Césaire hasta los zapatistas”. In: Castro- Gómez, Santiago & Grosfoguel, Ramon (coords.) El giro decolonial: reflexiones para uma diversidad epistêmica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensa, 2007.

HARREL-BOND, Barbara; VERDIRAME, Guglielmo. “Rights in Exile. Janus- Faced Humanitarism”. Nova Iorque: Forced Migrations, vol. 17. Berghahn Books, 2005.

JARDIM, Denise F. “Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle as fronteiras”. Jundiaí, Paco Editorial, 2017.

MOREIRA, Julia Bertino. “Pesquisando migrantes forçados e refugiados: reflexões sobre desafios metodológicos no campo de estudos”, Soc. e Cult., Goiânia, v. 20, n. 2, jul/dez, 2017.

PISAREVSKAYA, A.; LEVY, N; SCHOLTEN, P.; JANSEN, J. "Mapping Migration

Studies. An empirical analysis of the coming of age of a research field". University of Rotterdam: Migration Studies, v. 0, n. 0, 2019

PORTES, A. (1997). “Immigration Theory for a New Century: Some Problems and Opportunities”. International Migration Review, 31/4: 799-825.

RICHMOND, Anthony. “Global Apartheid”. Oxford: Oxford University Press, 1994.

_____ “Reactive Migration: Sociological Perspectives on Refugee Movements”, Journal of Refugee Studies, 6(1):7-24, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Por uma concepção multicultural dos direitos humanos”. In. BALDI, César Augusto (org.). Direitos Humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

_____ “Para além do pensamento abissal”. Revista Novos Estudos, CEBRAP, no 79, p. 71-94, 2007.

SASAKI, E.; ASSIS, G. Teorias das migrações internacionais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Anais... Caxambu, 2000.

SHUERKENS, Ulrike. “Transnational Migrations and Social Transformations: A Theoretical Perspective”, Current Sociology, London, vol. 53, July 2005.

STARK, Oded & BLOOM, David E. “The new economics of labour migration, in American Economic Review”, vol. 75, 1985.

THOMAS, William I.; ZNANIECKI, Florian. El Campesino Polaco en Europa y en América. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2004.

SOBRE A ORGANIZADORA

MARIA IZABEL MACHADO - Possui graduação (Bacharelado e Licenciatura) em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2009). Em 2012 defendeu sua dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Sociologia (UFPR) na linha de pesquisa "Cultura e Sociabilidades" no eixo temático Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos. Em 2017 defendeu sua tese de doutorado (UFPR) também na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades, desta vez no eixo temático Gênero e Trabalho. Como pesquisadora se dedicou durante sua formação acadêmica aos temas economia solidária, gênero, trabalho e cuidado. Atualmente as pesquisas em curso se inscrevem na perspectiva pós-estruturalista e de gênero acerca da cartografia dos sujeitos no ensino superior, especialmente na formação em pedagogia. Como educadora atuou na formação de lideranças populares por meio de ONGs e outras instituições, e com formação de professores em projetos de cultura de paz nas escolas. Atuando na docência nas redes públicas e privada desenvolveu trabalhos acerca da inclusão e segregação no ambiente escolar e com uso de literatura em sala de aula para ensino-aprendizagem de sociologia, na educação básica, especialmente no ensino médio. Atua como docente na Universidade Federal de Goiás (Faculdade de Educação), participando como pesquisadora do grupo Mutamba (UFG) e do Núcleo de Estudos de Gênero (UFPR).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 66, 67, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 123

Assentamentos humanos 32

B

Bem viver 78, 79, 80, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98

C

Capital social 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29

Comunicação 12, 34, 36, 66, 73, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113

Cooperação 12, 66, 68, 70, 71, 73, 74, 89, 92

D

Democracia 1, 10, 18, 20, 22, 24, 29, 32, 53, 54, 60, 63, 93, 94, 100, 101, 104, 106, 107, 108, 110, 111, 113, 114

Desigualdades 3, 16, 32, 58, 64, 76, 98, 111, 112, 114

Direitos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 104, 105, 117, 122, 123

Direitos humanos 1, 13, 72, 78, 80, 91, 94, 95, 96, 97, 103, 104, 122, 123

Discriminação 47, 48, 49, 52, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63

E

Economia circular 78, 79, 80, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99

Economia linear 78, 79, 81, 82, 83, 84, 86, 92, 93, 96, 97

Ensino superior 58, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 123

Equações estruturais 30, 37, 38, 45

Exclusão digital 100, 101, 110, 111, 112, 113

G

Gestão social 30, 31, 42

Globalização 1, 3, 10, 69, 80, 81, 82, 98

H

Haiti 47, 48, 52, 53, 54, 56, 60, 64, 114, 117, 118

I

Identidade 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 47, 54, 56, 63, 98, 116

Identidade social 1, 2, 3, 4, 6, 7, 9, 11, 13

Igualdade 7, 76, 100, 101, 102, 110, 112

Individualização 1, 2, 3, 7

J

Jovens 30, 31, 34, 35, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 70, 77

M

Migrações 30, 49, 63, 114, 115, 116, 117, 121, 122

MINUSTAH 47, 48, 52, 53

P

Periferias 120

R

Raça 3, 4, 11

Racismo 47, 58, 60

Redes 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 27, 28, 56, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 76, 77, 98, 100, 107, 108, 109, 111, 115, 118, 120, 121, 123

Resistência 3, 6, 8, 47, 49, 57, 59, 75, 120

S

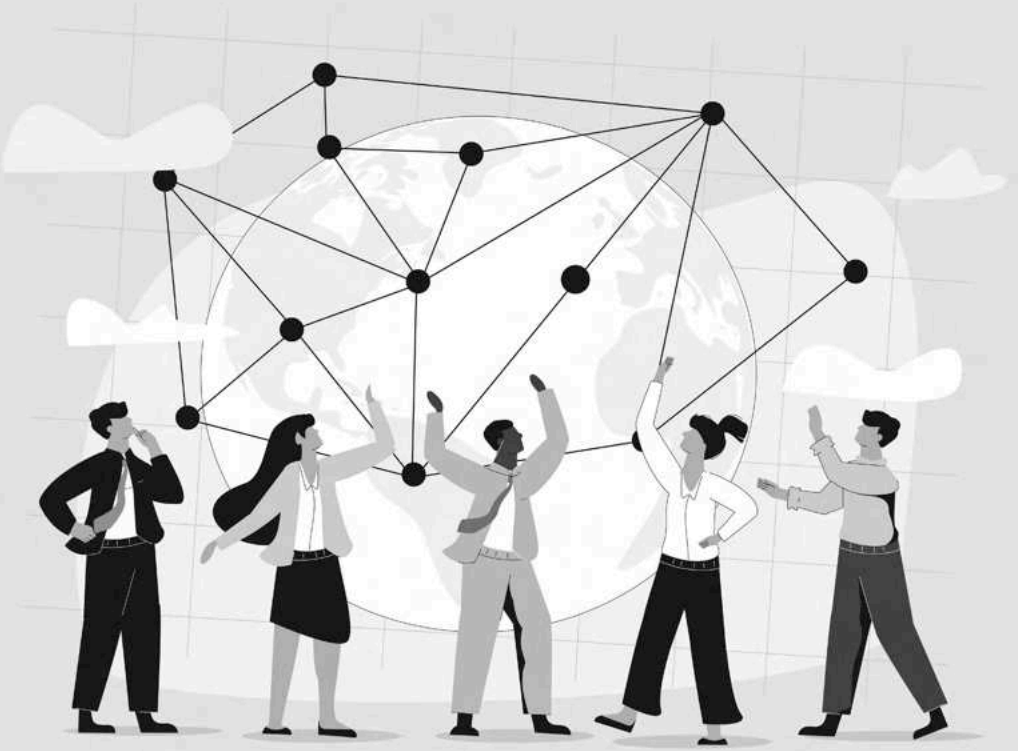
Spinoza 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Stakeholders 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade



Atena
Editora
Ano 2022

www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br
@atenaeditora
www.facebook.com/atenaeditora.com.br

SOCIOLOGIA:

Tempo, indivíduo e sociedade

Atena Editora
Ano 2022